



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Aos 30 dias do mês de setembro do ano de 2024, pelas 20h30, no Theatro Club da Póvoa de Lanhoso, sob a presidência de António Manuel Marques de Queirós Pereira, secretariado por José Ângelo Saavedra de Almeida Faria e por Joaquim Armando da Silva Fernandes, em substituição da segunda secretária Eulália Margarida da Silva Rodrigues, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16')
- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (20`):

Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Dois (15`):

Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 2º Trimestre de 2024 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Ponto Três (15`):

Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas, inerente ao 1.º semestre de 2024.

Ponto Quatro (15`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2023 da EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M., para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Ponto Cinco (15`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação da consolidação de contas, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro.

Ponto Seis (20`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação do Plano Municipal de Ação Climática.

Ponto Sete (20'):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município da Póvoa de Lanhoso.

Ponto Oito (20'):

- a) Proposta da Câmara Municipal para aprovação de projeto de Regulamento Municipal de Apoio ao Investidor e à Criação de Emprego, nos termos da alínea g) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.
- b) Proposta da Câmara Municipal para aprovação de projeto de Regulamento Municipal de Funcionamento e Utilização da LEIRA – STARTUP PÓVOA – LEADING INNOVATION RISING AMBITION, nos termos da alínea g) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Nove (20'):

Proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia de Covelas; Ferreiros; Travassos; Galegos; Lanhoso; Monsul; Rendufinho; São João de Rei; Geraz do Minho; Sobradelo da Goma; Serzedelo; Taíde; Vilela e as Uniões das Freguesias de Esperança e Brunhais; Campos e Louredo e Fonte Arcada e Oliveira, para delegação de competências, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, e aprovação de minuta de contrato interadministrativo e respetiva tabela anexos à informação interna n.º 11/2024.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Maria Glória Rodrigues; Filipe Almeida Silva; Miguel da Cunha Pereira; Álvaro da Silva Vieira; Daniel Augusto Vieira de Oliveira; Pedro Alexandre Oliveira Vale; Fernando Leonel Brandão da Cunha e Pedro Vale da Silva.

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: João António Rodrigues Marques; José Vítor Lopes Martins; Luís Carlos Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; José Miranda Gomes; Artur Vasco Lopes Salgado; Sónia Margarida da Silva Fernandes; Vítor Hugo Araújo da Silva; José João da Costa Fraga; Rita Catarina Branco Teixeira e Diogo Amaral de Sousa.

Esteve presente o membro do CDS: Pedro Alexandre Dias Afonso.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União das Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União das Freguesias de Águas Santas e Moure; União de Freguesias de Campos e Louredo e União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas e Ferreiros.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; Paulo Jorge Fernandes Coimbra do Gago e Alberto Ricardo Teixeira Alves. Estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Olga de Jesus Oliveira Fernandes Duque; Alexandre Manuel Coimbra Peixoto e Maria Alice Rodrigues Sousa.

O Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu início à sessão ordinária da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes e começou por colocar à votação a aprovação da ata da sessão da Assembleia Municipal de 24 e 25 de junho de 2024, informou que a mesma foi aprovada por unanimidade. Informou que a Mesa recebeu dois pedidos de voto de pesar e um voto de louvor, subscritos por todas as bancadas aos quais a Mesa da Assembleia, naturalmente, se associou. Votos de pesar pelo falecimento de Eduardo Soares, e pelas vítimas dos incêndios, e voto de louvor a todas as entidades e à população que combateram os incêndios, e concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira, para leitura do primeiro voto de pesar.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Voto de Pesar pelo falecimento de Eduardo Soares

É com profundo e sentido pesar que o Partido Socialista da Póvoa de Lanhoso lamenta o falecimento do nosso querido camarada Eduardo Soares, autarca do Partido Socialista que desempenhou funções entre os anos de 1982 a 1985, enquanto Presidente da Assembleia de Freguesia da Póvoa de Lanhoso (Nossa Senhora do Amparo).

Marido, pai e avô extremoso e socialista convicto, Eduardo Soares nasceu na Póvoa de Lanhoso, freguesia de Nossa Senhora do Amparo, a 29 de junho de 1943, onde veio a falecer a 15 de julho de 2024. Dedicou a sua vida à defesa intransigente dos direitos democráticos e à primazia dos valores e princípios do Partido Socialista.

A sua paixão e compromisso com a sociedade civil foram sempre evidentes em cada uma das suas ações e decisões. Eduardo era um exemplo vivo do que significava ser um verdadeiro servidor público, colocando sempre o bem-estar da comunidade acima de tudo.

A sua partida representa uma perda irreparável para o poder local da Póvoa de Lanhoso. Eduardo Soares foi mais do que um político; foi um amigo, um mentor e camarada. A sua

integridade, honestidade e dedicação são qualidades que todos nós admirávamos e que nos farão muita falta.

Eduardo Soares amava profundamente a Póvoa de Lanhoso, e este amor refletiu-se no seu trabalho diário enquanto exerceu as suas funções de autarca e na sua incansável luta por um futuro melhor para todos os seus concidadãos. A sua ausência deixa um vazio enorme nos nossos corações e na vida cívica da Póvoa de Lanhoso.

A Póvoa de Lanhoso perdeu acima de tudo um homem bom que sempre colocou os outros em primeiro lugar.

Assim, propõe-se para deliberação desta Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária de 30 de setembro de 2024:

- 1. Aprovar o presente voto de pesar pelo falecimento de Eduardo Soares, guardando-se um minuto de silêncio em sua memória;*
- 2. Manifestar as mais sentidas condolências à família e amigos, transmitindo-lhes o teor do presente voto de pesar.”*

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso, para leitura do segundo voto de pesar.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Voto de pesar pelas vítimas dos incêndios

Os múltiplos incêndios que nos últimos dias deflagraram em Portugal continental, com especial incidência nas regiões Norte e Centro, nos distritos de Aveiro, Porto, Vila Real, Braga, Viseu e Coimbra, provocaram nove vítimas mortais, de entre as quais três bombeiros que morreram enquanto heroicamente combatiam o fogo, ficaram ainda feridas mais de cento e sessenta pessoas, foi declarada a situação de calamidade em todos os municípios afetados pelos incêndios e um dia de luto nacional.

Outrossim, a região autónoma da Madeira, no passado mês de agosto, foi fortemente atingida por vários incêndios que lavraram durante vários dias e que se expandiram a pelo menos cinco concelhos, mais de uma centena de pessoas foram retiradas das suas habitações, foram consumidas áreas florestais e rurais, numa área de mais de cinco mil hectares, a floresta “Laurissilva”, património mundial da UNESCO, foi também atingida.

Em Portugal continental, o fogo consumiu, nas regiões do Norte e Centro de Portugal, uma área de mais de cem mil hectares, ou seja, oitenta e três por cento da área ardida em todo o território nacional, segundo dados do sistema europeu de informação sobre incêndios florestais “Copernicus”.

Grandes extensões de floresta foram devastadas pelas chamas, mas também dezenas de casas ficaram destruídas, os grupos parlamentares com assento nesta Digníssima Assembleia Municipal, manifestam o seu profundo pesar por esta situação calamitosa e lastimam todos os danos patrimoniais e pessoais causados pelos incêndios. Em especial,

apresentam às famílias e amigos das vítimas mortais, as suas mais sentidas condolências, desejando rápidas melhoras a todos aqueles que ficaram feridos.

Assim, propõe-se à Digníssima Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária de 30 de setembro de 2024, deliberar aprovar o presente Voto de Pesar, cumprindo um minuto de silêncio, pelas vítimas dos incêndios.

Póvoa de Lanhoso, 30 de setembro de 2024.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes, para leitura do loto de louvor.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Voto de Louvor

Os Grupos Parlamentares com assento nesta Digníssima Assembleia Municipal, vêm aqui hoje, com grande orgulho, apresentar o seu voto de congratulação: à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso, aos agentes da Proteção Civil, à Guarda Nacional Republicana, às Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia, bem como a todos os Povoenses, pela sua participação no combate ao flagelo dos incêndios que assolaram recentemente o nosso concelho.

Infelizmente há poucos dias, o fogo, esse inimigo comum, atingiu as terras de Lanhoso consumindo centenas de hectares de terreno, destruindo flora e fauna, assim como casas e alpendres, e ameaçou a segurança e o bem-estar da população Povoense.

Na verdade, o mal só não se transformou em “mal maior”, porque o esforço coletivo de Todos, impediu que tragédias acontecessem, os Povoenses, homens e mulheres, espontaneamente e sem hesitar uniram a sua força aos Nossos bravos e sempre dedicados Bombeiros, e lado a lado, com eles combateram as chamas, de forma incansável e resiliente!

Hoje aqui prestamos pois, a devida homenagem, a Todos Vós que prontamente e de forma abnegada e altruísta, foram capazes de proteger o próximo, as suas terras, as suas casas, os seus animais, os seus pertences, a Nossa Terra: a Póvoa de Lanhoso.

A Todos, prestamos tributo, apresentando o nosso profundo respeito e sentida gratidão! O nosso muito, muito, obrigado.

Assim, propõe-se a esta Digníssima Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária de 30 de Setembro de 2024, deliberar aprovar o presente Voto de Louvor, cumprindo-se uma salva de palmas, em congratulação aos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso, aos agentes da Proteção Civil, à Guarda Nacional Republicana, às Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia, e a todos os homens e mulheres Povoenses que estoicamente combateram as chamas no nosso concelho.

Póvoa de Lanhoso, 30 de setembro de 2024.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, colocou os votos de pesar e o voto de louvor à votação, informou que foram aprovados por unanimidade, pelo que seguidamente cumpriu-se um minuto de silêncio pelos votos de pesar e uma salva de palmas pelo voto de louvor.

Depois, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao primeiro secretário da Mesa, José Faria, para leitura da correspondência. E após a leitura da correspondência, agradeceu os convites e o acolhimento por parte de todas as entidades, nas festas e nos eventos realizados. Informou que estava aberto o período de inscrições para as intervenções do público, Juntas de Freguesia e Comissões Permanentes, e deu início ao PAOD concedendo a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A Mesa partilhou com todos vocês a carta que foi enviada para os Presidentes das Assembleias Municipais dos concelhos que integram a Braval. Nessa comunicação, apelávamos à problemática da capacidade do aterro estar comprometida devido ao facto de o alargamento, neste caso, a construção dos novos alvéolos ainda não ter iniciado, o que se converte num conjunto de problemas, cheiros nauseabundos, grande concentração de aves, e apelamos também a que fosse promovida uma assembleia extraordinária, com um ponto que visasse encontrar soluções mitigadoras para o flagelo de saúde pública e ambiente que existe na Braval e que continua a afetar sobre maneira o concelho da Póvoa de Lanhoso.

O Senhor Presidente do Município, Dr. Frederico é cumulativamente, o Presidente da Assembleia Geral da Braval, pelo que lhe questiono o seguinte: este assunto já foi debatido em Assembleia? Se sim, em Assembleia ordinária ou extraordinária? Que soluções mitigadoras foram encontradas até que os novos alvéolos entrem em funcionamento e como é que será feito ou está a ser feito o acompanhamento dessas medidas? Quando irá iniciar a construção do alargamento do aterro? E para quando se prevê que a mesma esteja concluída?

Ainda no que diz respeito a resíduos, e no que a biorresíduos diz respeito, verifica-se um agravamento da emissão de gases de efeitos de estufa a que se deve esta perda de qualidade de serviço?

Na Assembleia de 23 de fevereiro, deliberamos sobre a revisão da estratégia local de habitação. Nessa revisão foi vertido que o município seria promotor de 86 fogos no valor de 9.526.000 euros. A estratégia local de habitação no seu todo, contempla a construção de 173 habitações, num valor de sensivelmente 20 milhões de euros. Valor este que se a obra for executada no tempo devido, será comparticipada a 100%, uma vez que estamos a cerca de 20 meses do prazo limite de construção, portanto, junho de 2026, momento em que todas as habitações têm de estar concluídas para serem entregues aos

beneficiários, questiona-se qual o ponto de situação do arranque da construção destas 173 habitações?

PDM, o procedimento de revisão do PDM, todos nós sabemos, que iniciou em julho de 2020, em novembro de 2021, o PS estava muito preocupado com o atraso da revisão do PDM que podia, inclusivamente, pôr em causa a possibilidade de candidaturas a fundos comunitários e dessa feita até veio ao nosso concelho, no âmbito de uma sessão de esclarecimento, a CCDRN. Passaram praticamente três anos desde novembro de 2021, o prazo limite que ainda está em cima da mesa é 31 de dezembro de 2024, data em que deve estar concluída a revisão e que julgo que não terá ainda sido prorrogado. Esta Assembleia continua com os mesmos documentos que tinha em maio de 2022 aquando da primeira e única reunião plenária. Nada mais temos de informação, decorridos dois anos e meio, faltam três meses para este prazo limite de 31 de dezembro de 2024. O que é que este executivo nos tem a dizer sobre este assunto? O que é que está previsto ocorrer durante estes três meses? E para quando a vinda da CCDRN para prestar novamente esclarecimentos neste órgão?

Via circular, o parecer da APA, datado de fevereiro de 2024, veio demonstrar que o traçado da Via Circular urbana apresenta uma série de inviabilidades, contudo, o senhor Presidente da Câmara mostrou-se confiante que este parecer iria ser ultrapassado, mas até ao momento, ainda não conseguimos compreender quando e como será ultrapassado. Já sabemos que esta obra não constou da pasta de transição, mas sabemos que consta do plano plurianual de Infraestruturas de Portugal com um valor de 20 milhões de euros a ser executado nos anos de 2024, 2025 e 2026. Neste ano de 2024, está previsto que seja executado 10% da obra. Estamos a três meses do final do ano de 2024. Sabemos, senhor Presidente, que a realização desta obra é a grande bandeira do Partido Socialista para este mandato, 2021-2025. Temos que executar 2 milhões ainda em 2024, quando arranca a via circular? Qual é a calendarização desta obra até ao final do mandato, ou seja, setembro, outubro de 2025? Quanto já se gastou em projetos e estudos? Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente da Câmara, para este período antes da ordem do dia, gostaria de lhe colocar algumas questões sobre vários temas. O primeiro tema diz respeito ao flagelo dos incêndios rurais com que fomos flagelados alguns dias atrás, gostaríamos de saber se já dispõe, e se podem partilhar com esta assembleia alguns dados relativos ao levantamento no terreno das áreas ardidas e dos prejuízos causados aos municípios pelos incêndios? Gostaríamos de saber ainda que diligências foram executadas relativamente

a acesso a eventuais apoios de mitigação do impacto causado aos munícipes cujos bens foram destruídos. E, por último, que medidas de proteção estão a ser equacionadas contra a queda de chuvas intensas nas vertentes das encostas das zonas afetadas, principalmente nas de maior declive, como Geraz do Minho, Monte de S. Mamede?

O segundo tema prende-se com a falta de informação sobre o estado das diligências em relação à Ponte Eiffel. Assunto que nos é particularmente caro. Questiono por isso, sobre como está esse dossier que também nos demonstrou por várias vezes, e até mesmo na comunicação social ser de especial importância para si.

O terceiro assunto, senhor Presidente, até porque sou imensas vezes questionado por munícipes com a pergunta e seguramente, o senhor Presidente também o será, diz respeito às vidas adiadas de muitos povoenses por conta do atraso na conclusão da revisão do PDM. Fica, portanto, uma vez mais, a pergunta a que todos querem resposta, para quando a sua conclusão? Consegue dar aos povoenses uma palavra que os tranquilize, sobretudo aos munícipes que têm as suas vidas em standby por questões a ele associadas?

Para finalizar, senhor Presidente, e porque o CDS-PP valoriza as questões ambientais, tivemos conhecimento no passado dia 19 de setembro, de uma denúncia efetuada por um munícipe endereçada ao senhor presidente da Assembleia Municipal que reporta a 02 de março deste ano, relativa à eventual poda desproporcionada de árvores na praça Eng.º Armando Rodrigues, pelo que eu questiono sobre a atenção dispensada ao assunto e em que estado se encontra o processo de esclarecimento ao munícipe? Questiono ainda para quando será expectável a apresentação do Regulamento Municipal de Gestão de Arvoredo em meio urbano a esta Assembleia, para assim dar cumprimento, à obrigatoriedade legal da Câmara Municipal e desta mesma assembleia imposta pela lei 59/2021, no seu artigo 8º e que se encontra até à presente data em incumprimento, como é mencionado na denúncia do referido munícipe.

Colocadas as questões, termino com uma informação que nos parece pertinente para toda a comunidade e que nos merece todo o apreço que diz respeito à biodiversidade e à sustentabilidade das espécies cinegéticas no nosso concelho. Refiro-me ao edital publicado pelo Clube de Caçadores da Póvoa de Lanhoso, no qual dá nota do adiamento do início da prática cinegética em todos os terrenos da associativa adiado do dia 05 de outubro de 2024 para o dia 01 de dezembro deste ano, como forma de mitigação do impacto causado às espécies pelos incêndios rurais e florestais. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada, Sónia Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Venho aqui falar do Concurso Árvore Europeia do ano, sob o lema estamos à procura das árvores, com as histórias mais interessantes. Senhor Presidente, nós temos a matéria-prima, nós temos essa árvore, é o nosso Carvalho de Calvos, de que tanto nos orgulhamos e, portanto, a pouco tempo, poucos dias das candidaturas serem abertas e, portanto, o que se coloca aqui é saber se este ano irá ser utilizada uma estratégia de forma a não só submeter o Carvalho, mas também poder elegê-lo, porque efetivamente temos uma árvore magnífica, com história, com antiguidade, com beleza, que enriquece o concelho, que integra perfeitamente a marca Póvoa de Lanhoso e a atratividade do concelho e, portanto, efetivamente, nós não podemos só submetê-la a candidatura, temos de definir uma estratégia e trabalhar, não só o executivo municipal, e lançamos aqui hoje o desafio a todos os que nos vêm aqui presentes e também a todos os que nos acompanham em casa, sobretudo esta digníssima Assembleia Municipal para que todos, num esforço coletivo possamos eleger primeiro a nossa árvore a nível nacional e depois, porque não, elege-la a nível europeu?”

Só para que saibam, aqueles que são mais distraídos. Este ano, quem ganhou foi uma nossa vizinha, uma Camélia Japoneira da cidade de Guimarães e, portanto, porque não o nosso Carvalho? Senhor Presidente, o que se pedia aqui é que possamos assumir aqui um compromisso, hoje que também no âmbito desta Assembleia, se possa talvez estender às comissões que a integram e, portanto, conseguirmos definir estratégias que abarquem todas as entidades do concelho para que possamos eleger efetivamente a nossa árvore. Muito obrigada a todos e todas.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em primeiro lugar, eu queria deixar uma nota de acompanhamento total por parte da Câmara Municipal, pelo voto de louvor que foi aqui apresentado aos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso, a todos os agentes de Proteção Civil, a todas as corporações que vieram de fora do concelho ajudar a combater os nossos incêndios, foram muitos, e também à população em geral.

Quando falamos de todos os agentes de proteção civil, estamos a incluir muitas instituições. Estamos a incluir a GNR, estamos a incluir as juntas de freguesia, estamos a incluir uma série de instituições que dão o seu contributo, o ICNF, os sapadores, que pontualmente também estiveram connosco e, portanto, a todos eles o nosso reconhecimento, mas efetivamente um reconhecimento muito grande também à população que ainda hoje se falava nisso, eu vou falar também sobre esse tema de seguido, ainda hoje em Sever do Vouga, num encontro, numa reunião que tivemos com o senhor Primeiro-Ministro e com o Senhor Presidente da República, se falava da

importância do papel que a população teve nas inúmeras situações em que os meios foram insuficientes. E, os senhores Presidentes de junta sabem, eu cruzei-me com muitos deles ao longo desses dias de luta, as dificuldades no nosso concelho e os senhores Presidentes de junta sabem a importância do papel das populações também no socorro, aos vizinhos, aos conhecidos, aos familiares. Foi muito importante, foi mesmo muito importante e também não por acaso, a própria Câmara Municipal faz hoje oito dias, aprovou um voto de louvor e reconhecimento ao papel que todos tiveram no combate aos incêndios que assolaram o nosso concelho. E, portanto, o nosso louvor de reconhecimento e acompanhamento do voto que foi aqui apresentado, nós não podemos votar aqui, como é sabido, mas já tínhamos a semana passada de forma unânime aprovado um voto similar em Reunião de Câmara que ocorreu na freguesia de Garfe.

Relativamente à Braval, foi colocada uma questão em relação à Braval. Nós tivemos uma Assembleia Geral no início do Verão e nessa Assembleia Geral, tivemos oportunidade, por minha proposta, por minha sugestão de deixar em ata uma proposta de recomendação no sentido da CCDRN, acelerar o processo de autorização do avanço do alvéolo que tem de ser construído, precisamente, tendo em conta que estamos há meses a aguardar desde que os órgãos municipais se pronunciaram no sentido de alterar a localização que estava previsto inicialmente estamos, eu diria, seguramente, há um ano a aguardar que a CCDRN autorize e emita autorização de licença para que esse procedimento possa avançar. E posso até adiantar que a própria Braval tem do ponto de vista do procedimento de contratação, o processo absolutamente pronto e, portanto, sugeri inclusive que se movesse influência junto da CCDRN por parte dos restantes colegas Presidentes de Câmara, sugeri ao senhor administrador, ainda administrador que está a dias de ser substituído, mas ao administrador, Dr. Rui Morais que diligenciasse nesse sentido, que se fizesse acompanhar dos Presidentes de Câmara que fizesse o que fosse necessário para que esse processo fosse acelerado e, em última instância, sugeri mesmo e isso foi aprovado por unanimidade que lavrássemos uma recomendação à CCDRN que lhe fosse enviada no sentido de perceberem a importância que tem este tema para estes municípios, principalmente para o município da Póvoa de Lanhoso e que o processo fosse célere. Eu diria que o processo já não vai a tempo de ser célere porque para ser célere, já devia ter acontecido há muito tempo, mas digamos que essa tónica foi muito forte na Assembleia Geral da Braval e aconteceu pela minha mão e pelo intermédio e foi acompanhado por todos os colegas dos restantes municípios.

Relativamente à estratégia local de habitação, colocam o prazo de execução do nosso plano, da nossa estratégia local de habitação e da execução destas 173 habitações. Há um aspeto fundamental, que é assegurarmos junto da tutela e do IHRU que a verba correspondente seja colocada à disposição. Aliás, o meu ex-colega Presidente de Câmara de Esposende, Dr. Benjamim, que é uma pessoa de reconhecida competência e com quem nos relacionamos muito bem ao longo destes quase três anos é, neste momento,

preside, lidera os destinos do IHRU e, portanto, essa é também uma boa notícia para o distrito de Braga, ainda hoje falámos sobre isso, eu e outros colegas do distrito, que estiveram presentes também em Sever do Vouga, precisamente porque contamos que isso ajude a acelerar a execução, porque é certo que temos todos um prazo apertado que é junho de 2026, que só pode ser executado quando a verba for disponibilizada pelo IHRU e quando tiver correspondência orçamental também é verdade que este Governo e o atual Primeiro-Ministro já se pronunciou publicamente no sentido de querer assegurar a execução, uma execução ambiciosa, mas de assegurar uma execução de mais de 50.000 fogos. Não sei se são 54.000 ou 56.000, são mais de 50.000 fogos num período de tempo apertado e, portanto, eu diria que o Governo já começou a fazer aquilo que é necessário para que isso possa acontecer, que foi fazer mexidas no sentido de assegurar a concretização, de assegurar a ação no IHRU.

E eu quero dizer até que tenho boas razões para confiar que estas alterações que aconteceram e que a entrada do senhor ex-Presidente da Câmara Municipal de Esposende, o nosso amigo Benjamin seja uma boa notícia para todos aqueles que já têm verba e que já está prevista, não têm essa preocupação e já podem ir executando, mas aqueles que ainda precisam de cabimento aguardam que isso seja assegurado pelo novo organigrama, digamos assim, os novos responsáveis do IHRU.

Em relação ao PDM, dizer o seguinte. É verdade que qualquer município que não execute e não reveja o seu plano diretor municipal dentro dos prazos que estão estabelecidos, corre o risco de poder, não tem propriamente a ver com as candidaturas, mas tem mais a ver com a capacidade de licenciamento que possa ou não ter a partir do momento que, hipoteticamente, não fizesse a sua revisão do plano diretor municipal. Aquilo que acontece é que, desde 2020 que esse prazo tem vindo a ser sucessivamente adiado, foi adiado de 31 de dezembro de 2020 para 31 de dezembro de 2021, e assim sucessivamente, 2022, 2023, 2024. E temos hoje este prazo, sendo certo que eu diria e espero que isso não aconteça e nós na Póvoa de Lanhoso estamos preparados para poder logo que recebamos informação da APA e da REN, que são as duas entidades que têm neste momento de emitir parecer para que nós possamos avançar para a fase seguinte, termos condições de partir para a discussão pública, que é a última fase do processo, como sabem, a última fase em bom rigor é trazer aos órgãos municipais a ser aprovado, mas a fase administrativa, digamos assim, a última fase administrativa do processo e assim que nós recebamos os pareceres da REN e da APA, estaremos em condições de avançar para a sua concretização e a concretização da revisão do Plano Diretor Municipal. Eu espero, e é mesmo um desejo profundo que tenho, espero que o prazo não volte a ser adiado, não volte a ser protelado para 31 de dezembro de 2025, porque acho que isso à medida que os anos vão passando e à medida que vamos continuando a fazer adiamentos, vamos salvo seja não é o município, à medida que vão sendo propostos e aprovados pelos sucessivos Governos e pela CCDR, no nosso caso, pela CCDRN, o adiamento do prazo, temos centenas e centenas de munícipes que estão a

aguardar mais um ano e mais um ano que o plano diretor municipal seja aprovado para poderem ou não verem concretizadas as suas pretensões e, portanto, só com o encerramento do plano diretor municipal perceberemos o que é possível alterar, o que não é, qual é a pronúncia das entidades e em que medida é que conseguimos ir de encontro às expectativas das pessoas, dos habitantes do nosso concelho.

Também é verdade em bom rigor que à medida que vão sendo adiados os prazos e vai sendo assumido mais um ano de prazo, determinados munícipes, que por alguma razão, não tenham tratado os seus processos de anos anteriores, têm mais uma janela de oportunidade para poderem junto dos serviços municipais, instruírem processos de proposta de revisão da classificação dos solos.

Relativamente à via Circular, é importante dizer o seguinte. Existem aqui, eu diria três dimensões, a dimensão municipal, a dimensão nacional que se reparte entre a responsabilidade da IP e dos sucessivos Governos e uma dimensão que, desde fevereiro de 2024, eu passo a apelidar da dimensão técnica que diz respeito à APA. Relativamente ao cronograma e à dimensão municipal, até fevereiro de 2024, o município cumpriu escrupulosamente o cronograma a que se propôs sem nenhuma derrapagem, sem nenhum sobressalto, sem nenhum atraso, sem absolutamente nada de contratempo. Desde fevereiro de 2024, aquilo que aconteceu é que passamos a ter a obrigatoriedade de aprovação de uma avaliação de impacto ambiental, o que pressupõe, naturalmente, e que pressupôs ao longo destes meses até hoje, uma série de reuniões com uma série de entidades, nomeadamente com a APA desde logo, mas com uma série de entidades no sentido de nos sintonizarmos, e de encontrarmos aquilo que é a visão técnica da APA relativamente, por exemplo, às bacias de retenção, relativamente às obras de arte que estavam programadas e que estavam e que estão programadas em relação à via circular e que algumas delas, naturalmente, têm que ser repensadas, e têm vindo a ser repensadas desde fevereiro a esta parte e, portanto, todo esse trabalho pressupôs, naturalmente, aliás, como eu já tinha avisado várias vezes ao longo deste mandato, se quisermos ser rigorosos e honestos, do ponto de vista da análise, muitas vezes ao longo deste mandato eu fui avisando que se nós não tivéssemos nenhum contratempo de nenhuma entidade externa, isso está gravado, o cronograma que foi traçado pela Câmara Municipal tinha tudo, tinha todas as condições para poder ser executado. Bom, desde fevereiro deste ano essa realidade mudou e, portanto, tendo mudado essa realidade, necessariamente aquilo que existe é um atraso do processo e é um atraso do processo, não por força da ação da Câmara Municipal que tem vindo a trabalhar incessantemente com a APA e com a CCDRN e com as empresas que estão a colaborar connosco no sentido de encontrar a fórmula, que a APA aceite como uma fórmula capaz do ponto de vista técnico, para que a avaliação de impacto ambiental possa ser submetida e também em bom rigor, temos de assumir que tanto a IP como os sucessivos Governos ou os sucessivos titulares da pasta das Infraestruturas foram progressivamente, neste mandato já tivemos três titulares da pasta das Infraestruturas,

foram sucessivamente assumindo o compromisso e dizendo, nós cá estaremos para fazer o necessário. Aconteceu com os dois ministros que antecederam o atual ministro, que é o Ministro Miguel Pinto Luz que, numa reunião recente como já aqui informei, deu nota que estaria disponível para junto do seu colega das Finanças, fazer o necessário para que o respetivo respaldo orçamental esteja garantido. Isto tendo em conta, também é importante dizer isto, que pela primeira vez na história em 2024, existe no plano de atividades e orçamento da IP, uma verba que prevê a execução da Via circular na Póvoa de Lanhoso, que necessariamente tem que ter financiamento do Orçamento de Estado, portanto, a IP prever isso em termos de planeamento é muito importante e fundamental, diria eu, claro que é muito importante que depois os vários responsáveis pelas tutelas tanto das infraestruturas como das finanças façam o necessário para que essa verba esteja assegurada no orçamento da IP, portanto, em bom rigor, o município tem feito e fez tudo e continua a fazer aquilo que lhe compete, para que o cronograma seja cumprido.

Os sucessivos Governos fizeram tudo aquilo que lhes compete e eu quero acreditar, já agora dizer aqui, quero acreditar que assim que haja condições para isso, que a palavra do senhor Ministro Miguel Pinto Luz seja cumprida, não tenho nenhuma razão para não acreditar que assim seja e, portanto, quando chegarmos a esse momento, teremos de novamente conversar sobre o assunto, esperando que o senhor Ministro, consiga junto do Ministério das Finanças, assegurar o enquadramento orçamental necessário, aquilo que aconteceu de facto e que atrasa, de facto, este processo foi o surgimento de uma exigência por parte da Agência Portuguesa de Ambiente, que pretende que seja feita uma avaliação de impacto ambiental e que sejam revistas algumas soluções construtivas, digamos assim, que dizem respeito à via circular urbana, portanto, necessariamente, este processo sofre de um atraso desde fevereiro deste ano, pelas razões que eu acabei aqui de explicar, eu diria que o plano mantém-se. Existe um atraso justificado da forma que eu acabei aqui de explicar e necessariamente, não vamos executar este ano, não é possível executar este ano 10% da verba, porque não há condições nem técnicas nem políticas para o fazer. Aquilo que estamos a fazer é resolver este assunto junto da APA para que assim que possamos normalizar o processo, retomemos o ritmo que vinha a ser seguido desde o início deste mandato até fevereiro de 2024, até fevereiro deste ano.

Questionou em relação ao investimento que já foi feito por parte do município em estudos e em tudo aquilo que diz respeito ao trabalho que já foi desenvolvido. Foram gastos até ao momento, 453 mil euros. Na globalidade foi feito um investimento do município de 453 mil euros em todo o processo que diz respeito ao município e que foi desenvolvido desde o início do mandato até hoje.

O deputado Pedro Afonso questiona em relação às áreas ardidadas, aos apoios prestados e às diligências efetuadas. Em primeiro lugar, importa começar por dizer que, a Póvoa de Lanhoso viveu nos dias 16 e 17 de setembro, as piores 48 horas de sempre, no que diz

respeito a este flagelo e ao drama que foi efetivamente um drama e uma calamidade que aconteceu no nosso concelho em várias freguesias, só para terem uma ideia habitualmente, nós temos num ano ordinário, temos cerca de cento e cinquenta a duzentos e quarenta hectares de floresta ardida. Nessas 48 horas, tivemos mais de três mil hectares de floresta e não só, de floresta, de vinhas, de pomares, de quintais ardidos, portanto, só para termos uma noção de uma escala da dimensão daquilo que aconteceu. O município esteve presente no terreno a acompanhar de muito perto todas as ocorrências, todos os teatros de operação e teve desde logo nessa mesma semana, dia 18 de setembro, uma reunião em Penafiel com o senhor Ministro da Coesão territorial, o Dr. Castro Almeida que convocou os municípios da zona norte do país para fazer um ponto de situação e para tentarmos perceber se já haveria o levantamento dos danos causados. Estiveram presentes nessa reunião o senhor Ministro e seis secretários de Estado de seis tutelas diferentes. A reunião serviu efetivamente para fazer esse levantamento, mas serviu também para que nós pudéssemos e eu em particular, transmitir ao senhor Ministro a importância de percebermos aquilo que correu mal, de percebermos que tivemos em 2017, Pedrógão e a chaga que foi Pedrógão na nossa história e a gravidade de tudo aquilo que aconteceu em Pedrógão e de em 2024, não ter acontecido algo similar em algumas situações às quais eu assisti na primeira pessoa aqui no nosso concelho, de facto, os meios não eram suficientes, de facto, os agentes de proteção Civil, os bombeiros, os Presidentes de junta, a Proteção Civil da Câmara Municipal fizeram tudo aquilo que podiam para combater os incêndios. Mas eu assisti no nosso concelho, no nosso território, episódios que podiam ter corrido muito mal e, por isso, eu achei que era muito importante que o senhor ministro tivesse noção que não é pelo facto de não ter sido, e mesmo assim foram perdidas vidas, não na Póvoa de Lanhoso, felizmente, mas perderam-se vidas no combate aos incêndios no nosso país e fiz duas notas que eu acho que são muito importantes e já vou passar à questão dos danos e de levantamentos de , mas fiz duas notas nessa reunião que acho que são muito importantes e quero aqui reproduzir a primeira é que, enquanto nós acharmos que o problema das limpezas se resolve por decreto e que se aprova na Assembleia da República, uma lei, seja ela qual for que por si mesma será suficiente, ou tem que ser suficiente para que nós tenhamos o território em condições de poder enfrentar o período de verão que todos os anos tem vagas maiores ou mais pequenas de incêndios, enquanto nós acharmos que isso é suficiente, vamos continuar a ter este problema. O senhor Ministro concordava comigo, aliás, eu tive o cuidado de lhe dizer o senhor não é dos mais responsáveis, não é dos principais culpados por aquilo que está a acontecer, que está em funções há pouco tempo. Este Governo está em funções há pouco tempo, estamos a falar da responsabilidade que é preciso assacar aos atuais governantes e a todos aqueles que antecederam estes governantes de vários partidos, pouco importa, o que interessa é fazemos uma análise séria, mas também é verdade que compete a este Governo que está em funções, fazer alguma coisa e garantir que nós consigamos, nos

próximos tempos, levar a cabo políticas que assegurem que se olha para o território de outra forma, que se olha para a floresta de outra forma e que se olha, por exemplo, e dei uma sugestão, que eu sei que ele tomou boa nota muitos dos meios que nós disponibilizámos e colocámos à disposição para combater os incêndios. Uma parte desses, dos meios financeiros, uma parte desses meios poderiam e deveriam ser canalizados para apoiar os proprietários que não têm meios para executar a lei, para executar aquilo que está na lei, o próprio Estado precisa de encontrar uma solução, se nós canalizarmos dez, quinze ou vinte por cento daquilo que se gasta no combate aos incêndios, em prevenção, em medidas de apoio aos proprietários que têm, por vezes, um hectare, dois, dez, meio hectare e que não conseguem limpar os seus terrenos, não têm meios para isso, provavelmente não vamos eliminar, nunca vamos eliminar totalmente este problemas, vamos mitiga-lo, vamos atenua-lo.

Da mesma forma que falando ainda de limpezas e do estado dos terrenos não é possível, não é humanamente possível exigir aos municípios que tenham a capacidade para resolver aquilo que os privados não resolvem e fiz um exercício nessa reunião, que faço aqui com todos vocês também imaginem por hipótese, que nós recebemos uma denúncia, nós os serviços da Câmara Municipal de qualquer câmara recebe uma denúncia de um determinado terreno que precisa de limpeza e a limpeza não está feita e tem mato de um metro e meio. Desde o momento que nós recebemos a denúncia, até à notificação do proprietário, e vamos aqui admitir que o proprietário é suscetível de ser notificado. Muitos não são, como bem sabemos, mas vamos admitir que é mais rápido que é suscetível de ser notificado. Notificámos o proprietário, e o proprietário tem um prazo para levar a cabo a limpeza. No fim desse prazo, o município deve aferir se essa limpeza foi ou não executada, se tiver sido executado, ótimo, nos muitos casos em que ela não é executada, cabe então ao município ou por meios próprios ou através de contratação pública, limpar o referido terreno. Bom, primeira conclusão, desde o momento da denúncia até ao momento em que percebemos que esse terreno não foi limpo, passaram meses, se no momento da denúncia já estava num estado lastimável, imagine-se passado este período em que estado está o terreno, isto não funciona, isto não funciona e eu ia dizendo isto e o senhor Ministro a concordar comigo sempre, e eu sei que ele concorda genuinamente, aliás, disse-lhe nessa reunião, o senhor já foi autarca, sabe o que é ser autarca, conhece essas dificuldades. Eu sei que concorda com aquilo que eu estou a dizer e concordava de facto, portanto, não é possível termos uma lei que tem em termos de prazo, que se estende desta forma, em termos de prazo, não funciona, mas há outra coisa que não funciona, é que os municípios, olhe um colega meu de Baião dizia hoje na reunião que tivemos em Sever do Vouga, com o senhor Primeiro-Ministro e com o Presidente da República que recebeu no ano passado onze mil denúncias, onze mil denúncias, eu não contabilizei quantas denúncias recebemos, mas não são onze mil, mas são umas centenas, muito provavelmente, os municípios não têm capacidade, meios humanos para poder levar a cabo estas limpezas, nem tem meios

financeiros, nem os procedimentos de contratação pública permitem, em termos de prazo, ainda que houvesse meios financeiros que não existem, imaginem o que é fazer centenas de limpezas em centenas de terrenos e depois notificar os proprietários para pagarem, que é outro problema, isso é outro problema ainda. Portanto, são uns atrás dos outros, não é exequível, não é exequível.

O município da Póvoa de Lanhoso teve algumas situações ao longo deste ano, do ano passado, em que se viu forçado a promover a limpeza de determinados terrenos numa situação limite, mas não é exequível e nós precisamos mesmo, isto agora numa análise mais alargada do tema. Precisamos mesmo de promover políticas que assegurem que os proprietários têm acesso a determinados apoios que garantem que o território está em condições de poder enfrentar essas épocas do ano, porque se não, se não fizermos isso, fazemos aquilo que estamos a fazer agora que é fazer uma, e bem atenção, e bem, que é fazer uma apresentação pública das medidas que o Governo vai levar a cabo que totalizam o global de 500 milhões de euros que, numa primeira fase, estão asseguradas com 100 milhões de euros por parte do Orçamento de Estado, enquanto o acordo e a agilidade processual com a União Europeia não esteja concretizada, 6 milhões de euros assegurados e adiantados pelo Orçamento de Estado. Estamos a falar de gastar 500 milhões de euros, porque aconteceu tudo isto, e se não acontecesse? Fica a pergunta no ar.

Mas depois há outro aspeto que eu também tenho de referir aqui, e no passado dia 18, na reunião que tivemos em Penafiel, eu tinha estado nas 48 horas que antecederam esse dia no terreno a acompanhar as operações, mas sabia eu vou tentar não cometer aqui nenhuma inconfiência do ponto de vista do segredo dos processos judiciais, mas sabia que tinha sido detido na Póvoa de Lanhoso, um indivíduo na freguesia de Serzedelo, no domingo, dia quinze e que tinha sido presente a juiz na terça-feira, dia 17 aqui no nosso concelho e terça-feira, como devem imaginar tive enumeras outras coisas para tratar, infelizmente, mas dia 18, à primeira hora, tive o cuidado de tentar saber junto dos serviços do tribunal qual tinha sido o resultado dessa audiência e o resultado dessa audiência foi de ter sido decretada prisão preventiva, portanto, a pessoa que foi detida no domingo foi presente a juiz na terça-feira e foi decretada a prisão preventiva. A questão é que tivemos um episódio parecido com esse há uns meses atrás, noutra freguesia do nosso concelho, em que alguém também foi detido, também foi presente a juiz, também esteve em prisão preventiva e neste momento, está em prisão domiciliária. E, portanto, o meu alerta foi também, e quero aqui reproduzi-lo para todos saberem que esta é a minha opinião, foi assim que a reproduzi na reunião em nome do nosso concelho, em nome da Póvoa de Lanhoso e em nome de todos os nossos habitantes. É que, enquanto tivermos pessoas que são detidas num dia que têm determinada medida de coação que é alvo de recurso por parte do advogado que representa essa pessoa e depois a medida de coação é revista, enquanto tivermos este tipo de processos, vamos continuar a ter este tipo de problemas, é inevitável, se nós não fizermos nada diferente,

não vamos ter resultados diferentes e, portanto, daqui a sete meses, ou um ano, ou sete anos, Pedrógão foi há sete anos. O meu alerta foi o senhor Ministro, não estejamos daqui a sete anos, estes protagonistas ou outros, a discutir outra vez este tipo de problemas, porque a população não aguenta isto, isto não é aceitável, nem estas políticas e estas medidas e esta forma de olhar para o problema, algo de um país do primeiro mundo. E posso vos dizer que o Ministro, estava lá comigo o vereador da Proteção Civil, Ricardo Alves, o senhor Ministro concordou com tudo aquilo que lhe disse e registou tudo, o que eu espero que seja um bom sinal.

Em relação às medidas de apoio. Bom, em primeiro lugar, aquilo que está acordado é que todos os municípios devem fazer um levantamento em conjunto com as CCDR's respetivas, no nosso caso com a CCDRN. Nós já estamos, é suposto esse levantamento ser feito em conjunto por técnicos do município e técnicos da CCDRN. Nós já estamos a fazer esse trabalho e vamos continuar a desenvolvê-lo ao longo desta semana, um trabalho que nós pretendemos que seja articulado com os senhores Presidentes de junta, portanto, há Presidentes de junta que terão sido já contactados e visitados, os que ainda não foram contactados, vão ser contactados e vão ser visitados, queremos no terreno fazer um levantamento mais exaustivo possível para podermos apresentar esses resultados à CCDRN e depois, claro, os técnicos da CCDRN terão a premissa e a liberdade de querer poder aferir no terreno, nem que seja por amostra, aferir se esta ou aquela ocorrência corresponde, de facto, até porque um dos alertas que recebemos. Uma das coisas que correu mal em Pedrógão, desculpem dar este passo atrás, é que o excesso de voluntarismo e a falta de organização, porque era um episódio novo, era uma situação nova para todos, fez com que fossem cometidos alguns excessos e alguns exageros. Nós lembramo-nos de certeza de alguns desses episódios, portanto, aquilo que nós queremos assegurar neste processo é que o levantamento que seja feito, seja rigoroso e exaustivo e que tenha que ver com os danos causados efetivamente pelos incêndios, porque esse é um dos ensinamentos do passado, não é?

Nós tivemos no concelho três habitações, uma primeira habitação que ardeu parcialmente e duas habitações que não são primeira habitação que também tiveram danos, tivemos um automóvel que também ardeu totalmente. Tivemos uma plataforma de transporte da indústria de madeiras que também ficou completamente inutilizada na freguesia de Garfe, e tivemos muitos danos que foram causados a particulares, a agricultores, em pomares, em vinhas, em floresta e, portanto, todo esse levantamento tem de ser feito e vai ser feito para além de infraestruturas municipais. O que são infraestruturas municipais? Pode ser a rede de iluminação, há casos pontuais em que a rede de água pode ter sofrido, também podem ser, por exemplo, lembro-me de uma freguesia, ainda hoje falava ali com o senhor Presidente de Junta de Verim, Ajude e Friande, um depósito que sofreu danos na freguesia do senhor Presidente de junta e que tem que fazer parte, naturalmente, deste levantamento, não será o nosso caso, mas as próprias vias de circulação, em alguns casos, podem ter sofrido danos que precisem de

intervenção, portanto, tudo o que são infraestruturas municipais que tenham sofrido danos também têm que fazer parte deste levantamento, que terá depois em função das medidas que foram anunciadas hoje, se quiserem, depois posso enumerá-las também, mas elas são do conhecimento público, mas podemos fazer essa enumeração hoje, em função dessas medidas de apoio, receber o correspondente financiamento das CCDR's via Câmara Municipal, ou não.

Já agora convém esclarecer aqui um aspeto. Existe a possibilidade de os apoios serem atribuídos diretamente aos particulares, como existe a possibilidade, se, por alguma razão, por alguma limitação ou impossibilidade de os particulares poderem diretamente gerir esses apoios, serem transferidos às Câmaras Municipais e serem geridos pelas Câmaras Municipais e, portanto, hoje em Sever do Vouga e como devem ter acompanhado pela comunicação social, foi feito o anúncio público das medidas que este Governo preparou e que quer executar rapidamente. Uma execução que, como dizia o Senhor Presidente da República, e bem, tem de ser rápida, rigorosa e eficaz. Precisa de rapidez, precisa de rigor no levantamento e na atribuição das verbas e precisa de eficácia de resolver, de facto, rapidamente e com esse rigor, os problemas que foram causados pelos incêndios.

Bom, relativamente à Ponte Eiffel, eu não tenho nenhuma novidade relevante relativamente àquilo que nós já discutimos nas últimas assembleias municipais, portanto, relativamente à Ponte Eiffel, existe neste momento, várias possibilidades ou encontrarmos forma de financiar a colocação da ponte no nosso concelho. O que eu acho complexo, parece-me complexo, porque estamos a falar do investimento, cerca de um milhão de euros, chegarmos a algum tipo de acordo para que a infraestrutura regresse à origem. Se é verdade que nós somos os proprietários legais, a partir do momento que ela nos foi doada, também é verdade que nós temos uma responsabilidade moral em relação ao destino que não foi dado à ponte durante estes anos e que não devemos permitir que continue a protelar ao longo do tempo, portanto, acho que devemos tomar uma decisão decente, trata-se de uma decisão que se pretende que seja decente, não é só a questão legal nem a questão moral é da decência. Qual é a utilidade de termos a ponte encostada na Póvoa de Lanhoso há mais de três décadas se ela nunca foi instalada? Precisamos de ser práticos, e precisamos ser sobretudo resolutivos, portanto, eu diria que, nesta fase, estão todas as possibilidades em aberto, sendo certo que, na minha opinião, a possibilidade de nós instalarmos a ponte no concelho vai perdendo força com o passar do tempo e a possibilidade de nós chegarmos a algum acordo para que ela tenha uma solução digna, vai ganhando força com o passar do tempo. É a força das circunstâncias, é a força do nosso contexto.

Em relação ao PDM eu penso que respondi, mas questionou também, eu penso que respondi. E em relação ao regulamento do arvoredo urbano está em consulta preliminar, neste momento, o processo está a decorrer e, portanto, a informação que posso prestar é que está em consulta preliminar.

Por último, o concurso da árvore europeia do ano, a submissão, eu acho que é um dever deste executivo, de qualquer executivo, isso aconteceu sempre ao longo dos anos relativamente a submeter isso não terá grande discussão. Relativamente a eleger ou não, isso depende de dois fatores, primeiro depende com quem estejamos a competir há de depender, quer dizer, se nós tivermos concordará, deixe-me fazer uma analogia futebolística, o Sporting, neste momento, é a equipa que joga melhor futebol em Portugal, e eu não sou sportinguista, atenção, joga melhor futebol em Portugal, mas se jogar com o Real Madrid, ou com uma grande equipa de outro país já não é provavelmente a melhor equipa em campo, portanto, a nossa árvore que é a melhor para nós e que pode depender de uma estratégia coletiva com a qual eu concordo de movermos a influência necessária para que ela tenha mais probabilidades de ser escolhida, dependerá sempre das árvores com as quais estiver a competir. Parece-me evidente, portanto, acho que devemos ter uma estratégia conjunta, mas quando me diz que devemos assegurar a eleição, eu não lhe posso assegurar isso, posso-lhe assegurar que existe a vontade, depois o compromisso tem de ser de todos, tem de ser da comunidade, como é evidente, e o município fará a sua parte.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, vou seguir a ordem das perguntas que lhe fiz e das respostas que me deu a ver se chegamos aqui a algumas conclusões.

Relativamente à Braval, disse-nos que houve uma Assembleia Geral que foi realizada no início do verão, portanto, deve ter sido junho de 2024 e que terá havido vertido a seu pedido, uma proposta de recomendação para que a CCDRN acelere o procedimento relativamente à construção dos alvéolos. No entanto, senhor Presidente, não considera pouco? Neste sentido, nós temos o flagelo no verão das temperaturas altas, os cheiros intensos, as aves, mas temos um outro flagelo que vai começar, que é as chuvas. Se se recorda, estamos praticamente a completar um ano em que tivemos graves problemas na Ribeira de Riamondes por transbordo de lixiviados, portanto, nessa proposta de recomendação que elencou nessa assembleia não deveria ter ficado clarificado qual a posição da Póvoa de Lanhoso, nomeadamente as soluções mitigadoras que considera necessárias para acautelar estes problemas na nossa comunidade? Isto porque não podemos olvidar a fiscalização que ocorreu em março de 2024, pela própria CCDRN e que nos diz que a Braval estava a incumprir várias práticas ambientais e que isso até consubstancia novas contraordenações, portanto, fica aqui o repto. O inverno está aí à porta e poderemos ter novamente os cenários que tivemos o ano passado com dois ou três transbordos.

No que diz respeito à estratégia local de habitação, concordo inteiramente consigo. É um orgulho termos o Dr. Benjamin a liderar o Instituto de Reabilitação, é sem dúvida, uma boa notícia para o distrito. Agora, não me respondeu ao seguinte, estamos a aguardar o adiantamento? Quando diz que estamos a aguardar verba, deduzo que seja adiantamento, porque não vai ser tudo pago antes da construção ter início, pronto, o que lhe questiono é quando é que esse adiantamento foi solicitado e de que valor estamos a aguardar? Questiono-lhe, também, se relativamente a estes vinte meses e da consulta do mercado relativamente às empresas de construção, se vamos ter, se há previsão de realmente termos capacidade de resposta para as 173 habitações.

No que ao PDM diz respeito, sabemos, e acho que este assunto já foi repetidamente aqui abordado. Os prazos têm sido prorrogados ano após ano, mas não podemos também esquecer que entre 2020 e 2021, tivemos a pandemia e que foi esse o grande motivo para as primeiras pelo menos duas prorrogações. Agora, o senhor Presidente de Câmara diz-nos que aguardamos um parecer da APA e da REN. Deduzo que terá aqui algum cruzamento também com a via circular urbana, e com as condicionantes, agora, independentemente de o prazo ser ou não ser adiado a partir de 31 de dezembro cabe-nos a nós, enquanto município, andar ou não andar, que temos inúmeros concelhos de norte a sul do país que não ficaram dependentes desse prazo. Agora depois de termos o parecer da APA e da REN fecharemos a versão final, depois da versão final, teremos a segunda reunião plenária, depois da segunda reunião plenária, esperemos que haja consenso de todos os participantes para que essa versão possa ser remetida à reunião de Câmara e a discussão pública, concretamente, que timings estão em cima da mesa? Porque da mesma maneira que a Câmara Municipal tem prazo para responder aos organismos, deduz-se que os organismos também tenham aqui algum prazo para responder.

No que respeita à via circular urbana. Senhor Presidente, sim, tinha aqui uma diferençazinha de valor. Eu ia um bocadinho acima, mas 453 posso-me ter enganado eu tinha chegado a 470 mil em estudos, mas pronto, cifra-se em 453. O senhor Presidente, falou-nos aqui que temos três vertentes, uma municipal, uma nacional e uma técnica. Na nacional, o senhor Presidente falou-nos realmente que estava plasmado nas infraestruturas de Portugal, mas também não podemos esquecer que até ao momento, não tinha sido vertido em Orçamento de Estado, portanto, havia o compromisso dos ministros, mas não foi vertido na pasta de transição, isto é importante que fique muito bem gravado.

Relativamente à parte técnica, senhor Presidente, deduzo que não diga que o parecer que foi emitido pela APA não tenha os seus fundamentos, porque certamente os terá a pergunta que lhe lanço é, o que é que terá falhado ao nível do projeto de execução? Nós em 2023, já tínhamos gasto 325 mil euros em estudos e recebemos o parecer da APA em fevereiro de 2024. Neste momento, estão em cima da mesa mais estudos desde a prospeção geológica e geotécnica, a integração paisagística, às zonas inundáveis. Temos

inclusivamente um estudo que até lhe pedia para esclarecer o que é, que é uma alteração de traçado e alternativa de traçado da Via Circular. Não sei se é o estudo de viabilidade de mais do que uma solução que a APA sita no seu documento. Portanto, todos estes aspetos deveriam ou não já ter sido acautelados no projeto de execução, uma vez que se tratam de obrigações legais? É que a sensação que dá é que agora temos um bicho mau que se chama APA que está a adiar incessantemente o processo e precisamos de timings, porque repare senhor Presidente, os dois milhões transitam para o próximo ano? Se não forem concretizados este ano? O que é que acontece se houver um incumprimento relativamente aos 10% que já estão previstos?

Depois também não me respondeu relativamente aos biorresíduos, a emissão de gases de efeito estufa, mas podemos analisar isso mais cuidadosamente noutro momento.

Aproveito para questionar também como é que está a fonte de financiamento para as obras da Escola Secundária, se essa situação já está clarificada? E questiono, também, se a intenção do município, uma vez que estão abertas as candidaturas para refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação de espaços públicos, se é intenção deste município candidatar-se, uma vez que a comparticipação é de 85%, e se sim, em que áreas?”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu tinha aqui algumas questões relacionadas com alguns assuntos que foram aqui já mencionados e tinha também um esclarecimento relativamente ao esclarecimento enviado pela senhora deputada Fátima Alves.

Relativamente às questões, a forma clarificadora como o senhor Presidente abordas os assuntos, esvazia aqui um bocado as intervenções restantes, mas de qualquer forma, há aqui um apontamento relativamente à intervenção da senhora deputada Fátima Alves no que concerne à via circular. Em que dizia a senhora deputada Fátima Alves que a via circular é a grande bandeira do Partido Socialista, e eu corroboro com essa afirmação, mas é importante lembrar também que, foi também bandeira do PSD em período de campanha eleitoral e que ao longo deste mandato aqui em sede de Assembleia, foram muitas as vezes que deram conhecimento da importância que atribuíam a este projeto e todos faziam muita, muita força para que este projeto fosse uma realidade. Força essa que muitas vezes eu questionei e fiz referência que, na minha opinião, era uma falsa vontade e perdoem-me se estiver a ser injusto, eu acho que não, e na realidade é muito mais forte o desejo que esta não se realize do que o contrário.

Entretanto, o panorama político nacional alterou-se. O PSD chegou ao poder no Governo e abriu-se então uma oportunidade para que os protagonistas políticos do PSD na Póvoa

de Lanhoso dessem prova do com genuínos são quando dizem que querem muito que esta obra avance. A questão que lhes deixo é, da parte da Câmara Municipal, senhor Presidente, mais uma vez superiormente, tenho aqui relatado todas as diligências que têm sido feitas e, portanto, as negociações seguem o seu curso normal, mas a questão que vos deixo é quais foram as diligências que vossas excelências já encetaram junto dos vossos pares no Governo, para dar seguimento a este projeto e para criar condições para que ele realmente seja um projeto concretizado?

Relativamente ao esclarecimento que nos foi enviado via e-mail pela senhora deputada Fátima Alves, portanto, no dia 13 de setembro, recebemos da parte da líder do grupo parlamentar do PSD, um mail cujo assunto era esclarecimentos adicionais da Soginfer.

Quando digo recebemos, refiro-me aos líderes dos grupos parlamentares, aos partidos políticos, com representação parlamentar, ao senhor representante dos senhores Presidentes de junta, o senhor Presidente da Câmara e Mesa da Assembleia Municipal.

Não querendo voltar ao tema em si, porque esse já foi politicamente amplamente debatido e, ao que sei, há processos a decorrer e logo o tempo nos dará conta dos eventuais verdadeiros culpados e prevaricadores. Mas não posso, por princípio, ficar indiferente ao email e, sobretudo, à forma como a senhora deputada Fátima Alves se dirige aos diferentes responsáveis políticos democraticamente e de forma livre eleitos pelos povoenses. Desde logo, e isto é só uma opinião pessoal, uma apreciação pessoal, se quiserem a forma como continua a desconsiderar, a destratar a etiquetar de incompetentes os decisores políticos do seu próprio partido do passado, o executivo municipal anterior, e do presente, a Junta de Freguesia de Lanhoso, é na minha opinião, demonstrativo de uma falta de lealdade política que não há memória na Póvoa de Lanhoso. Evidenciar recorrentemente que as infraestruturas da Urbanização da Bela Vista estavam num estado lastimável e que o executivo municipal da altura atirava a responsabilidade para a Junta de freguesia é expor o Presidente de Câmara, o ex-Presidente de Câmara, o seu executivo, o seu gabinete de apoio, é expor o senhor Presidente da Junta de Lanhoso e todo o seu executivo que se veem assim visados por um dos seus.

Mas, como eu dizia, é apenas um sentimento pessoal que nada tem a ver comigo nem com o meu partido. E se os visados se sentem confortáveis, quem sou eu para me insurgir contra. O mesmo, não posso dizer relativamente aos considerandos finais do seu email, e aqui vamos por partes. Diz a senhora deputada no seu email e passo a citar: o escrutínio de que foi alvo a sociedade que represento só ocorreu porque sou a líder da bancada parlamentar da oposição, numa clara tentativa de silenciar, distrair e desviar o foco dos temas que são realmente relevantes para o nosso concelho, o que contou, infelizmente, com atitudes permissivas e passivas deste órgão. Fim de citação.

Ora, senhora deputada, para além de mais uma vez, estar aqui a colocar em causa quem superiormente dirige os trabalhos desta Assembleia, cuja única permissividade e passividade que demonstrou foi na realidade a seu favor, quando contra aquilo que está

previsto em Regimento, autorizou que usasse da palavra para defender o indefensável. O que a senhora está, por outras palavras, a tentar dizer às pessoas é que, num caso onde alegadamente uma qualquer pessoa ou entidade privada esteja sob suspeita de uso abusivo de infraestruturas públicas, esteja alegadamente sobre suspeita de furto de água da rede pública, esteja alegadamente sob suspeita de construções ilegais, sem licenciamento; de construção de um qualquer muro da sua responsabilidade em terreno público, diz a senhora deputada, às pessoas, que esta Assembleia deve ignorar o caso, deve não se pronunciar, deve assobiar para o lado apenas para não incomodar sua excelência. Ou quer esta afirmação dizer que o alegado uso de infraestruturas públicas de forma abusiva, o alegado furto de água que penaliza financeiramente o município e que a senhora e a sua bancada tanto criticaram quando este executivo teve que aumentar as tarifas e uma das suas receitas imediatas era precisamente terminar imediatamente com as ligações diretas e outras, talvez em jeito de aconselhamento ao Presidente da Câmara, por saber onde estavam os problemas e, portanto, cai também isso no bolso, dos povoenses. A alegada construção sem licenciamento, quando temos dezenas de povoenses cujas suas construções não avançam nos tempos idealizados, porque os processos de licenciamento se atrasam. Está a senhora deputada a dizer que isto não são assuntos de interesse para o concelho?

Sabe o que é que eu acho relativamente a isto, senhora deputada? Três coisas, a primeira, e contrariamente à insinuação que a senhora deputada faz, querendo se vitimizar ao dizer que só se fala nisto porque é líder do grupo parlamentar da oposição, é que este assunto só é falado agora neste momento, porque no passado alguém escondeu isto bem escondido para que não se falasse e, curiosamente, aqueles que nunca tocaram neste assunto para a proteger a si, são os mesmos que a senhora hoje não tem problema nenhum em expor, em acusar, em minimizar. A segunda, talvez não se lembre, mas foi a senhora que trouxe a esta Assembleia Municipal o tema, foi a senhora que falou dos processos que correram em tribunal contra particulares e, portanto, foi a senhora que abriu o precedente. A terceira, é que realmente este é um assunto que não tem interesse nenhum que aqui seja falado, muito menos que aqui seja esmiuçado, mas não tem interesse nenhum apenas para uma pessoa, que é para si.

Continuando nos seus considerandos finais, diz a senhora deputada líder da bancada do PSD, ao contrário das atitudes de que fui alvo, nunca pretendi o prejuízo para ninguém. Senhora deputada, nunca pretendi o prejuízo de ninguém. Bem, eu não sei se esse é o entendimento do senhor engenheiro de quem a senhora deputada fez uma queixa na Ordem dos Engenheiros, por simplesmente, este estar reformado e ter exercido sem ter feito manutenção da sua inscrição na ordem. Eu não sei se este é o entendimento do senhor engenheiro a quem a senhora deputada procurou visar pessoalmente e profissionalmente, só porque pretendeu acrescentar valor à sua atividade profissional, como a senhora fez no passado, ao ser gerente de uma sociedade e prestar serviços a outra entidade, nomeadamente fazer avaliações de construções de suas empresas de

construção concorrente. Não sei se esse é o entendimento, também, do senhor Fernando Miguel Almeida, a quem a senhora deputada apresentou uma queixa no Ministério Público, resultado da qual este foi constituído arguido. Não sei se é entendimento, também, do senhor deputado Pedro Silva, a quem a senhora deputada apresentou uma queixa no Ministério Público, resultado da qual este foi constituído arguido. E limito-me a falar apenas dos casos que resultaram de questões ou abordagens políticas, para que a senhora não possa dizer que estou a trazer para a esfera política questões do foro profissional, ou da sua vida privada, pois, se assim fosse, tinha muito e mais grave para dizer, mas não o faço, porque nesse caso sim, aqui não é lugar para discutir isso.

E poder-me-á dizer a senhora deputada, ok, mas eu movi esses processos ou queixas, não porque queria prejudicar as pessoas, mas porque faziam sentido, pois, mas não, senhora deputada é que nem o tribunal acreditou nisso e prova disso é o e-mail que o senhor Fernando Miguel Almeida fez chegar às lideranças da bancada onde relata e anexa a decisão do Tribunal. E qual foi a decisão do tribunal? O que é que a juíza desse caso a convidou a si a fazer relativamente a essa queixa, antes mesmo de passar para julgamento? Não sei se a senhora quer dizer, mas, se calhar, eu faço embora prometo não usar os mesmos tiques de tirania que a senhora usou quando neste púlpito divulgou a esta Assembleia, ter movido tal processo contra ao senhor Fernando Miguel. O resultado desse processo foi a desistência da acusação, mas não foi uma desistência porque sim, ou uma desistência porque, como diz a senhora deputada, não queria prejudicar ninguém, não, foi uma desistência aconselhada de forma muito veemente por quem decide em julgamento, aconselhada de forma até bastante, vamos-lhe chamar incisiva, inclusive com algumas chamadas de atenção daquilo que poderia acontecer, caso a senhora quisesse dar seguimento ao processo. Desistência essa que o visado permitiu que acontecesse.

E já agora que estamos a falar de desistências, falemos também do outro processo que fiz referência também a senhora deputada no seu jeito altivo que a caracteriza quando se dirige a este púlpito, anunciou ter processado o senhor deputado Pedro Silva por declarações que ele tinha feito nesta Assembleia. Qual foi o resultado desse processo, também? Terá sido diferente? Não, também aqui a senhora deputada foi convidada pela juíza a desistir e ainda houve tempo e espaço para ser questionado se andava a brincar aos tribunais, dado que nem aqui nem na China, nem em qualquer outro cenário, tais considerandos podiam ser considerados difamação.

Portanto, senhora deputada, no seu e-mail, tenta insinuar que as pessoas a querem prejudicar, fazendo-se passar por vítima e que nem percebe muito bem porquê, uma vez que, na sua perspetiva, ao contrário do que lhe fazem a si, sua excelência, não quer prejudicar ninguém. Reflita, pois, nos casos que acabei de enumerar e diga-me depois se a conclusão é a mesma. Eu vou-lhe dizer qual é a minha conclusão, senhora deputada. A senhora deputada, é do tipo “o ataque é a melhor defesa”, deixa-me lá intimidar esta

gente e pode ser que eles recuem nas suas convicções. Entendo que isso funcione com muita gente. Olhe, normalmente funciona com quem tem telhados de vidro.

E para terminar o seu e-mail, eis que a senhora deputada parte novamente para o ataque, e parte novamente para a ameaça, e neste caso e vou ler com alguma calma e tentar perceber se os restantes elementos da sua bancada se revêm nestas palavras, diz assim a parte final do seu email: perante esta circunstância, julgo que só restam duas opções. A primeira e mais sensata passa por pôr termo a estes comportamentos, e abre aqui um parênteses, para clarificar que os comportamentos a que se refere é o escrutínio da atividade política conciliado com os atos que prevaricam o erário público, sejam de entidade públicas, sejam de entidades privadas, fecha o parênteses, e dizia-nos então, primeira opção e mais sensata, passa por pôr termo a estes comportamentos. A segunda, e uma vez que está aberto o precedente, é haver um escrutínio geral dos membros dos órgãos do município, com as consequências que daí advierem, ficam estas duas opções para reflexão.

Senhora deputada, dizer-lhe aqui também três coisas, enquanto eu liderar esta bancada nunca nós nos vergaremos às ameaças de quem quer que seja, nunca o Partido Socialista será ameaçado muito menos por alguém que utiliza esse expediente para garantir que a sua posição seja inatacável. Segundo entre as duas opções que a senhora deputada nos impõe, eu escolho a segunda sem pestanejar, um segundo que seja, sabe porquê? Primeiro, porque não tenho nada a temer. Segundo, porque só faz sentido estar na vida política ou exercer cargos políticos, se o fizermos de consciência tranquila e não sob o lema do não mexas comigo, se não eu mexo contigo, pois então façamos esse tal escrutínio com as consequências que daí advierem.

Por último dizer que consideramos inaceitável o email que a senhora deputada enviou, considerámos inaceitável as ameaças que dirige a todos os membros dos órgãos autárquicos. Consideramos inadmissível que cada vez que algo não seja do seu agrado ou se sinta ameaçada, saia para aí a processar toda a gente numa clara tentativa de intimidação e, por tudo isto, também nós achamos que existem apenas duas opções. Ou a senhora deputada se retrata nesta Assembleia e reconhece que exagerou, ou esta bancada vai mandar o senhor Presidente da Assembleia Municipal para que sejam remetidas as últimas sessões da Assembleia Municipal ao Ministério Público e ainda mais algumas informações que alguns dos elementos desta bancada têm para que sejam apuradas todas as responsabilidades e, dessa forma, sejam dissipadas quaisquer dúvidas sobre quem são os prevaricadores de serviço nesta Assembleia. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Muito, me estranhou a sua intervenção, senhor deputado Filipe Silva, depois da última conferência de líderes, já vi o quão é valiosa a sua palavra. Dizer o seguinte, continuo a vincar que este assunto foi trazido cá para aproveitamentos diversos, um deles desviar o foco daquilo que realmente interessa ao concelho. Não ouviu o senhor Filipe Silva preocupado com via circular; com o PDM; com a Braval, não, nada disso, portanto, acho que cada um que está a ouvir esta Assembleia consegue tirar claramente as suas ilações. Como sabem, já prestei todos os esclarecimentos a que me comprometi no dia 13 de setembro e nada mais tenho a acrescentar, pelo que qualquer posicionamento deve ser lançado mão, e reitero as palavras do senhor deputado Filipe Silva, para lançar mão dos mecanismos que a lei confere e eu responderei em sede própria. Da mesma maneira que qualquer escrutínio das pessoas eleitas, a que me referi no e-mail será também em sede própria que serão averiguadas todas as suspeições e encontrados ou não prevaricadores. No que diz respeito àquilo que o senhor Filipe Silva falava, quanto que é que a bancada tem feito pela via circular? Olhe, infelizmente, temos pedido muita documentação a respeito da mesma para marcarmos uma reunião em Lisboa com os órgãos do Governo, mas, infelizmente, temos que estar 18 meses à espera de documentação e teremos também, de acordo com a última conferência de líderes, que lançar mão da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos para poder aceder aos mesmos e trabalhar em prol da Póvoa de Lanhoso, porque, infelizmente, temos dois pesos e duas medidas. E por último, senhor Presidente, esta digo-lhe porque li umas palavras suas num jornal de notícias de setembro de 2018 e o senhor Presidente censurou a utilização do processo de licenciamento da sua casa para fins políticos, quando essa atitude consubstancia má-fé e abuso de poder, não é sobre se é legal ou moral é sobre decência, como o senhor Presidente dizia há pouco. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu novamente a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à minha palavra ser valiosa ou não, corrija-me se estiver errado, eu disse-lhe em conferência de líderes que não tencionava pegar mais no assunto em si. E o que eu mencionei aqui foi o esclarecimento que a senhora fez e não voltei a falar no assunto, portanto, não lhe falei à palavra, mas por falar, também, em palavra, eu comprometi-me em conferência de líderes a fazer seguir um e-mail que nos foi remetido pelo senhor Fernando Miguel de Almeida e era acordo das bancadas, eu enviar para a minha bancada, não sei se a senhora cumpriu o acordo, mas, pelo menos, tenho o feedback de alguns Presidentes de junta, porque o senhor representante dos Presidentes de Junta ficou de enviar também e tenho o feedback que os senhores Presidentes de junta não receberam e, portanto, a minha palavra foi efetivamente cumprida no dia. Eu

estou a dizer que alguns Presidentes de junta me deram conhecimento que não receberam o e-mail, eu não disse que todos ou que ninguém recebeu. Mas de qualquer forma, eu mantive a minha palavra e em nada faltei com aquilo que me comprometi consigo. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu não vou acrescentar nada à discussão do ponto de vista da sua resolução, porque isto não complete a esta Assembleia Municipal resolver o que estamos aqui a falar e que nada interessa aos povoenses.

O que interessa aos povoenses é falarmos de assuntos de desenvolvimento da Póvoa de Lanhoso e eu quero aqui dizer e apelar a todas as bancadas que deixemos este assunto que tem que ser resolvido nas instâncias próprias, no tribunal. E, portanto, falemos aqui de assuntos do interesse da Póvoa de Lanhoso, dos povoenses e do desenvolvimento.

Dizer ao senhor Filipe Silva que, relativamente ao reencaminhamento do e-mail dos e-mails da Soginfer e do Fernando Almeida, o próprio e-mail foi enviado por mim para todos os deputados e confirma a recessão também, pelo menos na Junta de Freguesia de Vilela do e-mail enviado pelo representante dos Presidentes de junta, José Manuel Silva. E penso que todos os Presidentes de junta que estão aqui presentes também podem confirmar. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu novamente a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“É só para não deixar passar em claro este papel de bom samaritano que vêm cá fazer quando dizem que são assuntos que não têm interesse para a Assembleia Municipal, porque recordemo-nos da primeira grande discussão em sede da Assembleia Municipal deste mandato, aumento das taxas de água por parte do executivo, foi a maior se calhar, a maior discussão que nós tivemos nesta Assembleia, qual foi o grande argumento utilizado pela bancada do PSD para inicialmente chumbar a medida proposta pelo Senhor Presidente de Câmara? Foi que, antes de aumentarmos as taxas, deveríamos retificar a rede de água e acabar com os furtos de água, que isso é que podia resolver o problema, a questão que trazemos aqui fala precisamente numa suspeita de furto de água. Como é que podem os senhores considerarem que isto é um assunto que não tem interesse para o concelho? Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Tentando responder por ordem, fez referência ao sobressalto que nos deve prevenir a todos relativamente àquilo que foi no último inverno, as consequências das chuvas e aquilo que daí decorreu na contaminação de alguns lençóis freáticos do concelho, é também por essa razão que a Braval assumiu, e eu transmiti isso na última Assembleia Municipal que a Braval assumiu um plano de contingência que é suposto ter também em conta a necessidade de assegurar que este tipo de consequências não ocorram, portanto, a Braval assumiu com o município, e voltamos a falar desse plano de contingência também na Assembleia Geral, assumiu com o município a aplicação de medidas extraordinárias em situações de ocorrência extraordinárias que venham a acontecer no futuro. E também, como sabe, os municípios que fazem parte da Assembleia Geral, têm assento na Assembleia Geral em função das quotas que representam, mas a Braval tem autonomia de execução, tem autonomia estratégica, não é? E, portanto, e a gestão que é executada na Braval, por muito que possa ser influenciada, e é influenciada pelos municípios, por muito que possamos alertar e deixar recomendações, e eu deixei uma recomendação, ela faz parte da ata, aliás, vou-lhes confidenciar uma coisa. A proposta de ata que me foi enviada em relação a essa Assembleia Geral por parte da pessoa que tem essa responsabilidade na estrutura foi devolvida com o pedido de uma correção, portanto, para perceberem ao ponto e ao rigor que eu levei aquilo que foi a minha proposta de recomendação, é que aquilo que estava em ata não correspondia exatamente àquilo que eu tinha defendido na Assembleia Geral e eu pedi a correção para que fosse vertido, de facto, aquilo que eu achei que era, que reproduzia o que tinha lá sido assumido com o acordo, repito, de todos os municípios, precisamente porque acho que este é um assunto importante.

Agora, este assunto resolve-se quanto mais rapidamente se resolver o licenciamento que deve ser emitido pela CCDRN e quanto mais rapidamente avançarmos com concurso público, que levará a cabo a execução do novo Alvéolo, essa é que é a verdadeira solução, tudo o que acontecer até lá serão sempre medidas de contingência extraordinárias que não são desejáveis, mas que se forem necessárias, estão pelo menos já acordadas e estabelecidas entre as partes.

Em relação à estratégia local de habitação. Não se trata de um adiantamento trata-se mesmo do cabimento, trata-se da assinatura do contrato de financiamento, nós precisamos que o IHRU assegure e assine o contrato de financiamento, é disso que se trata e os processos têm vindo, alguns já foram assinados, outros ainda vão ser

assinados. Nós temos isso sim, a nossa estratégia local de habitação completamente fechada. Ela foi aqui discutida, como sabemos, portanto, completamente fechada, definida no investimento privado, no investimento público, precisamos é que ela tenha correspondência orçamental e só tem correspondência orçamental quando o contrato for assinado. Não depende do município, depende do IHRU.

Quanto ao PDM, não é muito relevante discutirmos as razões da prorrogação do PDM desde 2020. Se é verdade que nos anos possa ter ocorrido essa prorrogação por força das consequências da pandemia nos anos seguintes, essas prorrogações foram acontecendo, olhe desde logo, precisamente porque existem entidades que devem pronunciar-se e para as quais às vezes parece que não existe prazos, quando diz que devia existir um prazo limite para que a APA e a REN se pronunciassem. Eu não posso estar mais de acordo consigo, a questão é que as entidades pronunciam-se ou não, e nós não podemos, podemos barafustar, podemos pressionar, podemos explicar a urgência que temos, e temo-lo feito recorrentemente, mas o que é certo é que, enquanto essa fase do processo não estiver encerrada, não podemos avançar para a fase seguinte. E isso não depende do município, depende de o município cumprir com o seu papel nas reuniões de trabalho e dar resposta às solicitações quando elas surgem, mas já não estamos nessa fase, não estamos em fase de dar resposta a coisa nenhuma. Estamos em fase de aguardar que os pareceres da APA e da REN nos cheguem.

Relativamente à via circular, primeiro, quando diz que a verba correspondente à via circular não constava do orçamento de Estado dos Governos anteriores, a resposta é, não se começa a casa pelo telhado. Não existe em 2022 ou 2023 correspondência no Orçamento de Estado em relação a uma infraestrutura que precisa em primeiro lugar do acordo com a IP. Em segundo lugar do acordo das várias entidades que são consultadas e em terceiro lugar, que será o passo final, eu diria que é necessariamente o último passo, porque até sonho com isso, como deve imaginar, portanto já sei isso tudo de cor, é o último passo antes de nós exigirmos que o Orçamento de Estado preveja a verba correspondente à aprovação do projeto junto da IP, a aprovação do projeto junto da IP, portanto, perguntou o que falhou no projeto de execução. Senhora deputada não falhou nada, o que falhou no projeto de execução foi que existem entidades, da parte do município não falhou nada, falhou, foi o acordo de uma entidade e quem anda na vida pública há uns anos, sabe que se há entidade neste país, infelizmente, que é altamente burocrática, altamente complexa e de difícil acordo, seja em relação ao tema que possamos imaginar, é precisamente a Agência Portuguesa do Ambiente, isso é transversal a todas as entidades que se relaciona com a Agência Portuguesa do Ambiente, porque são mesmo minuciosos, picuinhas. E portanto, e picuinhas ao ponto quando diz se o traçado, não estava e quando fez a pergunta em relação ao trabalho que aquela empresa está a desenvolver, olhe, tem a ver, por exemplo, com necessidade de nós revermos o traçado, a tipologia do traçado entre o continente e o Intermarché. Em que estando previsto um aterro, terá de estar previsto um viaduto em que, estando

prevista um perfil de via com uma determinada característica, a APA sugere, eu diria as sugestões, da APA devem ser encaradas como exigências, não é? Quando estamos a relacionarmos com uma entidade que se vai pronunciar sobre o documento que estamos a elaborar uma sugestão dessa entidade, é o mesmo que dizer, façam isto se não, não é possível aprovar.

E, portanto, a APA sugere, por exemplo, que o perfil da via seja revisto nesse troço de quatro vias para duas para ter um impacto diferente do ponto de vista dos técnicos. Reparem que quem anda com a fotografia nos cartazes são os políticos, já agora, os políticos submetem-se ao voto dos eleitores, à vontade dos munícipes, ao escrutínio geral e absoluto e depois os técnicos de algumas entidades têm muitas vezes a faca e o queijo na mão e nós temos que nos entender e procurar soluções com uma diplomacia máxima, o que às vezes é muito difícil, mas é isso que temos feito. Desde fevereiro, é isso que temos feito e esse trabalho está a correr bem, mas está, de facto, a atrasar este processo todo, portanto, continua a ser uma prioridade absoluta, obviamente, continua a ser muito importante para o concelho que a via circular exista, e veja a luz do dia tão breve quanto possível e, repito, aquilo que já disse ali há bocadinho. Assim que a avaliação de impacto ambiental seja apresentada, analisada e aprovada. Estou em crer, até porque não há nenhuma razão para pensar o contrário, que poderemos retomar o normal ritmo que trazíamos desde o início do mandato até fevereiro deste ano. É esse o meu foco e é essa a nossa intenção.

Relativamente à escola secundária, as duas fontes de financiamento, como é sabido, são o PRR e o BEI, nós temos a vantagem de em termos de classificação, a nossa candidatura estar muito bem pontuada, o que é que isto significa? Significa que, em termos de ranking, se quisermos chamar-lhe assim, estamos bem posicionados e, portanto, se não for via PRR o financiamento foi assegurado de dois mil milhões de euros do anterior Governo junto do Banco Europeu de Investimento servirá para essa é a expectativa, a nossa e a dos outros municípios, que não têm assegurada a verba via PRR, terem assegurada a verba via fonte de financiamento que foi contraída pelo anterior Governo junto do Banco Europeu de Investimento. Sobre a refuncionalização de equipamentos, sim nós estamos atentos a essa oportunidade e é bem provável que venhamos a aproveitar esse aviso. Ainda estamos a fazer essa análise, mas eu diria que é muito provável. Em relação aos 18 meses de espera, eu registei embora não tenha feito essa pergunta, mas foi um comentário que fez ao deputado Filipe Silva. Eu pedia-lhe que me informasse, qual é a informação que está a aguardar há 18 meses e que tem que ver diretamente com o processo da Via circular urbana?"

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu início ao período de esclarecimentos e concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes, e no uso da palavra referiu:

“Portanto, pretendo fazer aqui dois esclarecimentos. Isto porque na última Assembleia Municipal foi diretamente visado pela representante da União de Freguesias de Calvos e Frades e tenho pena que a própria não esteja cá, até porque conseguiu animar de forma significativa e claqué do PSD e tinha aqui uma exposição que não seria possível de toda a forma expor em três minutos e, por isso, tive o cuidado de enviar email a esta Assembleia Municipal para que seja remetida a todos os deputados municipais para clarificar as inverdades que aqui foram ditas e explicar o porquê da minha exposição na penúltima Assembleia Municipal, tem muito que ver com duas declarações que aqui tenho e que juntei a esse e-mail, enviado a esta Assembleia Municipal duas declarações, uma delas subscrita pela eleita do PSD na Assembleia de Freguesia de Calvos e Frades, na qual atesta ponto por ponto, tudo o que eu disse na Assembleia Municipal e que a representante da União de Freguesias, veio aqui mentir e desdizer aquilo que disse para gáudio da claqué do PSD. Entre elas, foi questionado o valor da sede da Junta de Freguesia de Calvos, o custo e não foi obtida qualquer resposta. Foi questionada a data da conclusão da mesma obra, e não foi obtida resposta. Foi questionado qual o valor que a Junta de Freguesia suportaram em Assembleia de Freguesia, sempre em Assembleia de Freguesia, e não foi dada resposta. Foi questionado se era verdade que a Câmara Municipal tinha delegado competência na Junta de Freguesia, em relação à limpeza das bermas e sarjetas e sumidouros e foi dito que era mentira. Foi questionado se era verdade que a Junta de Freguesia recebia cerca de dois mil e quinhentos euros por mês nessa delegação de competência e foi negado.

Tenho aqui a declaração subscrita pela eleita da Assembleia de Freguesia a atestar que de facto, tudo isto que eu disse em Assembleia Municipal e que foi contrariado pela representante, foi verdade e aqui ficou atestado, por outro lado, ainda e para finalizar a propósito de aquilo que ela apelidou como parcela de terreno particular e que a Câmara Municipal terá limpo essa parcela, aquilo que é do conhecimento público é que essa parcela outrora foi privada. Sim, senhora, no entanto, e em acordo com a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, foi adquirido para alargamento da via de acesso ao monte de S. Mamede e é normal que a Câmara Municipal tem feito a limpeza, até porque é isso que faz todos os anos por uma questão de brio, para que todas as pessoas que vão às festividades de S. Mamede possam-no fazer com o devido cuidado, para além da questão de salvaguarda dos incêndios. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes, e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente a documentação a que me referia é a seguinte, 16 de março de 2023, no que diz respeito ao estudo de viabilidade, esclarecer definitivamente se foi feita uma análise de ponderação de alternativas ao traçado ou não? A 05 de julho, solicitamos a troca de correspondência entre o município e as Infraestruturas de Portugal, precisamente para preparar o dossier com vista a podermos colaborar em todo esse processo. Depois, solicitamos também relativamente à via circular, o relatório relativamente a parcelas de terreno e a expropriação, outros mais recentes, mas que não têm que ver com a via circular, basicamente, a documentação que está em falta é esclarecer se definitivamente se houve ou não estudo de viabilidade de alternativas, de mais do que uma alternativa e a documentação de todo este processo, para que possamos realmente ser parte da solução.

Terminava a minha intervenção só com uma sugestão que acho que poderá ser bem acolhida por este executivo que é a seguinte. No passado dia 27 de setembro, foi publicada a portaria com vista à viabilização da concessão de crédito à habitação própria permanente a jovens com menos 35 anos e sendo a obtenção de habitação de algo de muita importância, deixa-se aqui uma sugestão de ser promovida uma sessão de esclarecimento, inclusivamente convidarem-se entidades bancárias para ser esmiuçada esta legislação e conseguirmos melhores resultados na obtenção desta viabilidade de concessão a crédito, deixo à consideração de vossa excelência. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom, em relação aos pedidos de informação, sobre as alternativas ao traçado, as possíveis alternativas ao traçado. Eu lembro-me de nós debatermos isto várias vezes na Assembleia Municipal e de ter sempre esclarecido isso na própria Assembleia Municipal, portanto, de ter esclarecido todos os membros da Assembleia Municipal, que a própria IP aceitou a nossa sugestão de traçado desde o primeiro momento, nunca foi discutida uma alternativa aquele traçado precisamente porque reconheceram que a nossa proposta de traçado era aquela que melhor servia o interesse da execução desta via.

Sobre a documentação que diz respeito ao processo de troca de correspondência com a IP a possível documentação a que se possa estar a referir, provavelmente, tem que ver é com as reuniões que nós tivemos e com as reuniões de trabalho e com aquilo que nós desenvolvemos em termos de trabalho conjunto, porque com a IP, aquilo que nós podemos transcrever tem mais que ver com o agendamento de reuniões com o pedido de informação, com a articulação de processos ou de momentos ou de vindas de técnicos da IP, à Póvoa de Lanhoso, ou da minha própria ida, que aconteceu várias vezes, a

Almada, que é onde está a sede nacional da IP e, portanto, e tenho ideia que chegámos a falar sobre isso também aqui na Assembleia Municipal.

Os restantes pedidos de informação sim, que datam de 2023, e eu tenho-os aqui, tem que ver com o relatório dos serviços de avaliação e expropriação de realização de projetos da futura zona industrial e na via circular. Certo? É disso que se trata. O serviço e também o esclarecimento do relatório de avaliação e expropriação da via circular e zona empresarial. Os serviços que estão a prestar, que estão a assumir, digamos assim, essa tarefa têm desenvolvido esse trabalho em contínuo, nós não temos um levantamento final de todas as possíveis expropriações ou aquisições de terrenos, porque esse trabalho está a ser feito pela empresa que assumiu essa responsabilidade, portanto, esta é uma informação que teremos a seu tempo, aliás, que teremos seguramente quando chegar a hora de partirmos para a fase do processo, em que seja preciso adquirir ou expropriar os terrenos que dizem respeito ao espaço canal da via circular urbana e este pedido de informação é do ano passado, é de depois do Verão do ano passado. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o PAOD e passou ao período de intervenção dos Presidentes de Junta. E concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Garfe.

Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Garfe, Paulo Ferreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bem, o tema que me aqui traz é um tema negro e já aqui amplamente discutido, quando fiz a inscrição saberia que o tema seria amplamente discutido, no entanto, tem a ver com os incêndios e Garfe foi uma das freguesias diretamente visadas e das mais visadas no passado dia 16 e 17 de setembro e, naturalmente que não ficaria com a minha consciência plenamente tranquila, se não viesse cá também fazer um reconhecimento, naturalmente, acompanho o voto de louvor prestado por esta Assembleia, acompanho na sua íntegra e sim distinguir, principalmente os nossos bombeiros que, naturalmente, no terreno, foram aqueles que travaram de forma mais veemente essa luta. E eu pude presenciar e alguns, inclusivamente, estiveram envolvidos em situações de verdadeiro perigo que eu pude testemunhar in loco e destacar, naturalmente, todas as entidades que estiveram no terreno, desde logo pelos bombeiros, a GNR, o Serviço de Proteção Civil e no voto de louvor, não foi destacado nem mencionado, estaria naturalmente, dentro dos serviços de Proteção Civil, a Câmara Municipal, mas deixar aqui um reconhecimento também ao senhor Presidente, ao senhor vereador da Proteção Civil, Ricardo Alves, mais o assessor Luís Novais, que estiveram no terreno e eu pude acompanhar de perto o trabalho deles.

E deixar essencialmente o reconhecimento à população de Garfe, houve muita gente que esteve no terreno a combater o incêndio, houve muita gente que foi diretamente visada

e que perdeu muitos dos seus bens, desde logo uma habitação ou parcialmente, uma primeira habitação que, naturalmente, estamos a acompanhar e a ajudar a pessoa no restabelecimento dessa normalidade possível. Desde logo também o reconhecimento para uma equipa de voluntários que no passado sábado, esteve no terreno a fazer o, digamos, a remoção dos detritos para no mais curto prazo possível, começar a reconstrução dessa habitação e o retomar da normalidade essa pessoa, mas também todos aqueles que perderam matas, vinhas e foram muita, muita gente e que esteve no terreno, naturalmente, também esperamos que, digamos, o Estado e o Governo, digamos, acione os meios necessários para que as populações possam ser ressarcidas, não na íntegra, mas, pelo menos o mais possível dos prejuízos que daí tiveram. Portanto, uma palavra de agradecimento, sobretudo aos garfenses e de reconhecimento e, naturalmente, de tristeza, estamos de luto, porque toda a nossa freguesia ficou negra, não só nos montes, mas nos nossos corações. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu por terminado o Período de Intervenção dos Presidentes de Junta, informou que não existiam mais pedidos de intervenção pelo que fariam um intervalo de 15 minutos antes de passarem à ordem de trabalhos.

Após o intervalo, retomou os trabalhos passando ao primeiro ponto da ordem de trabalhos. **Ponto Um: Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador, Ricardo Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este relatório começa pelos serviços de educação e serviços sociais e de saúde. O ano letivo de 2024/2025 traz grandes inovações e melhorias para a comunidade educativa da Póvoa de Lanhoso, com uma forte aposta no sucesso escolar, no bem-estar dos alunos e no desenvolvimento de competências essenciais. Este ano, o município inaugura três novas turmas com uma no pré-escolar, outra no primeiro ciclo e uma no terceiro ciclo, aumentando a oferta educativa e garantindo maior capacidade de acolhimento em diferentes níveis de ensino. Uma das novidades deste ano letivo é o projeto "Povoarte Educa", que integra as artes no currículo dos vários ciclos de ensino. Este projeto pretende desenvolver competências transversais, promovendo a criatividade e o pensamento crítico, fatores essenciais para o sucesso académico e o crescimento pessoal dos estudantes.

O apoio escolar foi reforçado. O município reforça também o apoio à ação social escolar, beneficiando mais de 750 alunos do primeiro ciclo com oferta de cadernos de fichas e um kit escolar. Esta medida sublinha a aposta no desenvolvimento artístico dos estudantes e no estímulo às aprendizagens criativas. Além disso, foram reforçados materiais,

equipamentos nas salas de prolongamento do pré-escolar, criando ambientes de aprendizagem mais estimulantes.

Na área da alimentação destaca-se a contratação de uma nutricionista que supervisionará os refeitórios escolares, garantindo alimentação saudável e supervisionando as empresas fornecedoras. Para os estudantes do ensino secundário e superior, o município concede bolsas de estudo para apoiar o sucesso escolar. As candidaturas decorrem setembro para o ensino secundário e até outubro para o ensino superior. Todas estas ações estão em sintonia com o objetivo quatro dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável que visa assegurar uma educação de qualidade. O lema "Felizes temos sucesso" reflete o compromisso do município em garantir o bem-estar dos alunos e apoiar as suas necessidades ao longo do percurso escolar.

O investimento neste ano letivo ascende a dois milhões de euros. Destaques adicionais. O Programa "Devagar se vai ao longe" desenvolvido em duas escolas do concelho. A Assembleia Municipal jovem, os estudantes participaram em debates sobre temas como sustentabilidade e imigração. As moções foram posteriormente apresentadas aos deputados municipais, incentivando o pensamento crítico e a cidadania ativa. Projeto piloto "Em luta contra o desperdício alimentar" que, como resultado, houve uma redução de 10% no desperdício nas cantinas escolares e 71% das refeições foram consumidas sem desperdício.

No que diz respeito aos transportes escolares, apesar de já não ser uma competência direta do município, este também mantém um papel ativo na coordenação com a escola e a empresa responsável, assegurando a mobilidade e o acesso igualitário, à educação. O regime escolar de fruta e leite, o município assegura a distribuição de leite e fruta aos alunos do pré-escolar e primeiro ciclo promovendo uma alimentação equilibrada e saudável. Verificação das atividades de animação e apoio à família. Manutenção regular das infraestruturas escolares, como a instalação de ar condicionado e a melhoria da iluminação em diversas escolas, para garantir as melhores condições para a comunidade educativa. No que diz respeito aos planos complementares, o Plano Intermunicipal de Promoção do sucesso escolar, o projeto "Tu decides" e o programa Natural Lanhoso. O município participou também nas comemorações do 29.º aniversário da EPAVE, onde se destacou o reconhecimento aos alunos por projetos de mérito e a atribuição de apoios para obtenção da carta de condução, numa parceria com as escolas de condução locais.

No que diz respeito aos serviços sociais, o Núcleo local de Inserção e no que se refere à área da atuação dos serviços sociais, destacamos o trabalho desenvolvido pela equipa de serviço de atendimento e Acompanhamento Social, no qual, no que respeita ao acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social, Realizamos três reuniões de NLI, Núcleo local de inserção com a periodicidade quinzenal, onde, em conjunto foram avaliados os contratos de inserção e os acordos de inserção. Ainda relativamente ao Plano de ação do Núcleo Local de Inserção, iniciámos o Roteiro Social junto das Juntas de Freguesia do concelho. Este Roteiro social tem como objetivo

principal auscultar as necessidades de âmbito social de cada junta de freguesia e de que União de freguesias, assim como, dar a conhecer as respostas sociais existentes e a avaliar recursos disponíveis na comunidade.

No que respeita à dinamização da Eco loja social, concluímos a iniciativa loja aberta verão 2024, com atividades desenvolvidas ao ar livre e acessíveis a toda a comunidade. Fazemos um balanço muito positivo desta atividade que terminou a 27 de julho. Relativamente às comissões técnicas de apoios sociais, mantivemos a análise e processos diversos, apoio ao arrendamento, tarifário social, isenção de taxas e redução de IMI. No que se refere ao apoio ao medicamento, foram avaliados vinte pedidos entre renovações e cartões novos. A equipa de Radar Social, criada pelo município já está no terreno. O seu trabalho assenta na referência e reconhecimento dos problemas de pobreza e a exclusão social do concelho. Com a implementação de um sistema integrado de georreferenciação social, foram identificadas pessoas, famílias ou grupos em situação de vulnerabilidade social e ou em risco de pobreza e exclusão social. Apresentamos o plano de ação do projeto CLDS 5G - Lanhoso em sede de Conselho Local da Ação Social. O CLDS 5G - Lanhoso tem a duração de 48 meses, é promovido e será executado pela autarquia da Póvoa de Lanhoso, através do modelo de intervenção individualizado e concertado, o valor de investimento previsto é de 505.920€.

Continuamos a trabalhar para a população sénior, sobretudo através dos centros de convívio, mas também das IPSS's e de outras entidades parceiras. Depois de uma pausa, os centros de convívio reabrir no dia 9 de setembro. Das atividades desenvolvidas no decorrer dos últimos três meses, destacamos o tradicional arraial minhoto estará destinado a assinalar os Santos populares em que participaram mais de 350 utentes dos centros de convívio. O grupo de Cantares do Cancioneiro Minhoto deu continuidade aos ensaios e teve atuações públicas no âmbito das iniciativas, Póvoa em festa e Feira da Liberdade. O gabinete de apoio à parentalidade continua a desenvolver a sua atividade, sendo de referir o atendimento individualizado e a participação do encontro Grupo Temático de Trabalho dedicado ao brincar, no âmbito das cidades educadoras que decorreu no Porto no dia 5 de julho. No capítulo da formação parental, importa destacar a organização e preparação do próximo grupo de formação parental, no âmbito do programa "Mais Família - Mais Criança" dirigido a pais e mães de crianças até aos dez anos. Já no que se prende com a coordenação da rede de psicólogos escolares da CIM do Ave, zona Norte, foi articulada e dinamizada, a dinamização e apresentação pública do clube comunitário da EPAVE denominado Anjos de Rua.

No período em análise e no que diz respeito à habitação, destacamos a submissão de três candidaturas de beneficiários diretos, ao programa primeiro direito. No que concerne ao programa 360 - acessibilidades, vimos aprovadas quatro candidaturas no decorrer do período em análise. De referir que, no total, apoiamos 11 famílias através deste programa, o que significa que, todas as candidaturas realizadas pelo município, até à presente data, foram confirmadas. No âmbito do apoio ao arrendamento, foram

analisadas 45 candidaturas, sendo aprovadas 40 com escalões A e B, no que respeita ao apoio ao empréstimo foi analisado um processo que foi deferido com apoio em escalão B. No que diz respeito à saúde, durante o período em análise, o município permaneceu comprometido e empenhado na execução de diversos trabalhos de manutenção, reabilitação do edificado, sendo de sublinhar a reparação de pequenas avarias elétricas no edifício do Centro de Saúde.

No dia 2 de julho de 22 colaboradores da Divisão de Ambiente e Obras Municipais, participaram na ação de formação em suporte Básico de Vida e desobstrução da Via aérea. Promovemos ainda a adaptação e renovação de alguns gabinetes no Centro de Saúde, visando criar condições adequadas para a realização de consultas de psicologia e da psiquiatria, disponíveis através da referenciação pelo médico de família, desde o dia 8 de julho, na sequência de um projeto da Unidade Local de Saúde de Braga, relacionado com o Centro de Responsabilidade integrada de Saúde Mental. No dia 11 de setembro, procedemos à entrega das chaves de três veículos elétricos novos ao serviço da Unidade de Saúde Familiar das Terras de Lanhoso, da unidade de cuidados na Comunidade coração do Minho, e na unidade de saúde familiar Maria da Fonte, para prestação de cuidados primários de saúde adquiridas ao abrigo do plano de recuperação e resiliência. No que diz respeito à igualdade e inclusão imigrações. Neste âmbito, destacamos a realização de 206 atendimentos a vítimas de violência doméstica e de dois acolhimentos de emergência. Foram ainda abertos 26 novos processos. No âmbito da vertente preventiva, destacamos o início do projeto Igualdade, Cidadania e Direitos Humanos, para o ano letivo 2024/2025 junto de crianças do pré-escolar.

Na área de Juventude e desporto. No dia 9 de setembro foi aprovada em reunião de câmara a celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo para a época 2024/2025 com as coletividades do concelho e com associações distritais, cujo investimento ascende aos 186 mil euros. Este apoio às associações e clubes desportivos visa permitir a continuidade do seu trabalho em prol da comunidade, em especial no que se refere à prática do desporto pelos mais jovens. Durante o período de interrupção das atividades desportivas, procedemos a diversos melhoramentos nas infraestruturas desportivas. Adquirimos um marcador eletrónico novo, já colocado no pavilhão da Escola Secundária, e no decorrer do período em análise, instalámos no edifício, afeto campo Municipal de futebol, vários meios de emergência que visam garantir aquele local maior condições de segurança. No dia 7 de agosto o Sport Clube Maria da Fonte inaugurou o novo sistema de iluminação no campo dos moinhos novos, nesta intervenção realizada através de uma candidatura no valor de quarenta e seis mil 46.000 euros, apoiada pela Federação Portuguesa de Futebol e pela Associação de Futebol de Braga. A Câmara Municipal manifestou o seu apoio desde a primeira hora, e irá apoiar com 23.000 euros, correspondente a 50% do valor da candidatura. Em 2023, a Câmara Municipal já tinha financiado em 50% a nova iluminação LED do campo de jogos do grupo desportivo de Porto D'Ave e coube este ano ao Sport Clube Maria da Fonte beneficiar deste tipo de

iluminação, seguindo a preocupação continua do executivo municipal que visa a diminuição da pegada carbónica e a melhoria da sustentabilidade dos vários equipamentos desportivos do concelho diminuindo assim, de forma gradual, o consumo de energia e de água.

No que diz respeito aos eventos desportivos. No 29 e 30 de junho, realizou-se a segunda edição da Gold Cup com a participação de 16 clubes com mais de 600 crianças. Nos mesmos dias 29 e 30, apoiamos a realização de mais duas edições, uma do duatlo jovem e uma outra do triatlo das andorinhas. Cerca de 70 atletas participaram no duatlo jovem que decorreu no Parque do Pontido. O triatlo das andorinhas registou um número record de 245 participantes. Estes eventos foram organizados pelo Grupo Desportivo da Goma. No dia 13 de agosto, realizaram-se as finais da 7.ª edição do Open de Ténis. Participaram 39 atletas oriundos de Braga, Amares, Taipas, Guimarães, Felgueiras, Póvoa de Lanhoso e de França.

Nota ainda para referir que o nosso concelho foi percorrido por dois eventos desportivos que são uma referência a volta a Portugal em bicicleta e o Grande Prémio de Ciclismo Jornal de Notícias. No dia 1 de julho as piscinas descobertas abriram para a época balnear 2024, este equipamento esteve em funcionamento até ao dia 8 de setembro e já no dia 16 de setembro, reabriu a piscina coberta. A partir da equipa do espaço jovem continua a ser desenvolvido o programa Juventude em movimento desde o início deste ano de 2024, foram recebidas 86 inscrições, tendo sido realizadas 71 entrevistas. Foram integrados em vários projetos nas áreas da educação, animação, cultura, turismo, juventude, Ação Social, Serviços jurídicos, comunicação, Proteção Civil e Florestas. A rede de parceiros do programa de Ocupação de tempos Livres, reconhecendo a necessidade de promover o alargamento de respostas às famílias e o reforço dos programas de férias para crianças e jovens, as interrupções letivas, o município potenciou a título experimental a criação de uma rede de parceiros local com o intuito de promover e valorizar a oferta de respostas capazes e diversificadas de programas de ocupação de tempos livres, reforçando assim um contexto de respostas partilhadas e geograficamente transversais no concelho. No sentido, favoreceu a participação na rede de parceiros de instituições sem fins lucrativos e agentes económicos que desenvolvem de forma regular e estruturada trabalho nesta área, com a correspondente identificação e caracterização das valências e respostas que podem ser disponibilizadas por cada um deles nesse âmbito tendo sido possível através da rede integrar entre os meses de julho, agosto, 341 crianças e jovens entre os 6 e os 16 anos, no que diz respeito à coesão territorial e dando continuidade à descentralização do trabalho dos órgãos municipais, realizou-se mais uma reunião de câmara descentralizada na freguesia de Galegos.

Realizamos também visitas às seguintes freguesias e nas freguesias e União de Freguesias, União das Freguesias de Verim, Friande e Ajude; União de Freguesias de Esperança e Brunhais; Freguesia de São João de Rei; Freguesia de Geraz do Minho;

Freguesia de Serzedelo, freguesia de Taíde. O objetivo é verificar o andamento das obras em curso e ficar a par de novos projetos.

No que se refere às intervenções nas freguesias, destacamos várias obras que já foram concluídas e outras que estão em curso ou em vias de iniciar, das quais destaco só a título de exemplo, que a requalificação da Rua de Nasceiros e Rua de Santo Tirso na União de Freguesias de Campos e Louredo, requalificação da Rua do Outeiro, na União de Freguesias de Águas Santas e Moure; requalificação da Rua e Travessa dos Coimbras, bem como, do Jardim de Infância de Simões na União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira, requalificação da Avenida São Pedro e Rua da Quinta na União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude; requalificação da Rua de São Bento, Rua de Santo António e Travessa da Pedreira, na freguesia de Santo Emilião; requalificação da Rua de Damão, Rua da Eira Velha e Rua de Vilarinho, na freguesia da Póvoa de Lanhoso, entre outras. Ao nível das várias intervenções em espaço público, destacamos a manutenção em espaços verdes em estabelecimentos de ensino e no centro de saúde, manutenção de percursos pedestres, apoio a solicitações, Junta de Freguesia e Uniões de freguesia e de outras entidades, na limpeza de bermas e de outros espaços, nomeadamente para a realização de eventos desportivos e religiosos. Execução de infraestruturas de telecomunicações em fibra ótica que permite andar ligação dos edifícios públicos, nomeadamente a Escola Básica II da Póvoa de Lanhoso, o campo de Jogos Municipal, a Segurança Social, o centro de Saúde, a Escola secundária, a EPAVE, a escola António Lopes e a Casa da Botica. Destaca-se também a execução de rede de abastecimento de água na freguesia de Sobradelo da Goma e Galegos, execução de rede de ramais de abastecimento de água na União de freguesias de Esperança e Brunhais, União de Freguesias de Campos e Louredo, União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira, Monsul, Vilela, Lanhoso, Póvoa de Lanhoso, Nossa Senhora do Amparo, Taíde e Travassos; limpeza e lavagem de espaços públicos.

Referência ainda para a aquisição de um novo equipamento de fundição de tintas termoplásticas que permite a pintura da sinalização horizontal nas várias vias de circulação.

Por fim é de referir o processo de requalificação de parques infantis que temos em curso, está concluída a intervenção num dos parques infantis do Pontido, em execução estão o parque Infantil de Oliveira e o Parque Infantil de São Brás, ambos com equipamentos novos.

No que diz respeito a ambiente, no âmbito do alargamento do projeto de recolha de biorresíduos, levamos a cabo diversas ações para incentivar a adesão ao projeto e contamos já com 1.834 adesões. Estas ações realizaram-se aos sábados nas juntas de freguesia abrangidas na segunda fase, com a finalidade de proporcionar todas as informações necessárias, bem como, proceder à entrega de contentores e sacos específicos. Nesta segunda fase terminamos a campanha porta a porta. Durante o verão também efetuámos um reforço nas rotas da recolha de resíduos indiferenciados, assim

como na recolha de monstros, intensificamos ainda o serviço de lavagem de contentores com recurso ao novo equipamento adquirido para esse efeito.

No que diz respeito à saúde animal, anunciámos no dia 10 de julho, uma solução para novas instalações do centro de recolha oficial de animais, após o chumbo pela bancada PSD na Assembleia Municipal da proposta inicial, a nova solução assenta na utilização de um terreno anexo ao atual canil municipal, ocupado com equipamentos usados na antiga ETAR, entretanto desativada. Após negociações com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, ICNF, a candidatura vai ser concretizada até ao final do corrente ano. Continua em curso a campanha de esterilização de animais de companhia. Os proprietários devem dirigir-se à junta de freguesia da área de residência ou aos serviços veterinários municipais. Desde o início do ano já foram esterilizados 300 animais, sendo este um valor superior ao registado ao mesmo período do ano passado. No dia quatro de agosto, realiza-se a segunda edição da Festa Animal. Evento organizado pela Associação teclas tempo em parceria com o município. Esta edição superou a do ano passado, quer em termos de público, quer em termos de donativos. Neste sentido, foram recolhidos cerca de seiscentos quilos de ração. Já o valor angariado na ordem dos sete mil euros, será distribuído pelas associações zoófilas do concelho.

Centro de interpretação do Carvalho de Calvos. No período em análise, este espaço municipal dinamizou 18 atividades de cariz técnico, lúdico e pedagógico nestas iniciativas, contabilizou-se um total de 287 participantes. O programa Eco-Escolas tem vindo a destacar-se como um exemplo de educação ambiental e promoção de sustentabilidade, envolvendo a comunidade educativa de forma ativa. O envolvimento das escolas neste programa é ainda complementado pela colaboração ativa da autarquia que tem apoiado as instituições de ensino na concretização dos seus projetos. Ainda no âmbito deste programa Eco-Escolas a Escola Secundária e a Escola Básica do Ave participaram no desafio "O Mar Começa Aqui" pintando sarjetas com base na mensagem de que tudo o que cai no chão vai parar ao mar. A concretização do projeto implicou a conjugação de sinergias entre o município e as escolas. O trabalho executado pela Escola Secundária foi premiado com uma menção honrosa e o júri também decidiu premiar o município com uma menção honrosa pelo apoio prestado pelo trabalho desenvolvido em prol deste desafio.

Na área da mobilidade e no período em análise, continuamos o trabalho de acompanhamento, contínua com autoridade de Transportes da Comunidade Intermunicipal do Ave no âmbito da manutenção e gestão do serviço de transporte público rodoviário, incluindo medidas de apoio à redução tarifária e início de ano letivo foi ainda implementada a plataforma digital "EasyPark" para o pagamento de estacionamento nas artérias da vila abrangidas. Encontra-se em execução a repintura de passadeiras consideradas como prioritárias no concelho. Algumas junto a escolas no centro da Vila com o reforço da sua sinalização em alguns casos com guarda-corpos. No

âmbito da Semana Europeia da mobilidade, referência para a comemoração do Dia Europeu sem carros, com a realização de uma caminhada no dia 22 de setembro.

No que diz respeito à Proteção Civil, cerca de uma dezena de jovens integrados no Programa Municipal de Juventude em Movimento dedicado às florestas, desempenharam tarefas de vigilância florestal durante este verão. Nesse sentido, promovemos uma visita ao posto de vigia da rede oficial situado no Monte de S. Mamede, para que estes jovens pudessem inteirar-se sobre as tarefas de vigilância florestal, reforçar os olhos na floresta, foi o propósito que nos levou a implementar este projeto dedicado, especialmente à vigilância florestal jovem. No decorrer dos meses de julho e de agosto, com os objetivos de não apenas detetarem e reportarem o mais precocemente eventuais ignições, mas também de serem vistos e assim exercer uma presença dissuasora de comportamentos de risco. Para além da vigilância fixa a partir do Monte do Pilar, estes jovens realizaram na praia fluvial de Verim sensibilização e informação pública para temáticas da prevenção florestal, da prevenção de situações de risco de afogamento de crianças, bem como a partilha de informações relativas aos cuidados a ter com a radiação ultravioleta. O grupo teve oportunidade de conhecer as tarefas e funções do Serviço Municipal de Proteção Civil do Serviço de Proteção da Natureza da GNR. Ainda do Posto de Vigia de S. Mamede, os jovens desta Brigada Verde visitaram ainda o centro dos meios aéreos de Fafe, o comando sub-regional de emergência Proteção Civil. Esta oportunidade foi criada para que tivessem melhor perceção de todo o processo de combate a incêndios e que tomassem consciência da importância do trabalho da vigilância no âmbito do programa da Juventude em movimento. Foram instaladas no quartel dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso, quatro pontos de abastecimento de grande caudal para os meios de socorro. É assim possível que os autotanques já saiam do quartel abastecidos e prontos a entrarem em ação no combate a incêndios.

No período em análise, o Serviço Municipal de Proteção Civil esteve ainda no terreno a apoiar a resolução dos incêndios rurais que fustigaram fortemente o concelho, em particular no início deste mês de setembro, no âmbito de uma situação deveras excepcional. No dia dezanove de setembro, reunimos com o comandante sub-regional de emergência e proteção civil. Comandante Rui Costa para analisar toda a situação e também para começar a definir os passos que vão ser dados relativamente ao levantamento dos danos que foram causados pelos incêndios. Este assunto começou a ser discutido na reunião que decorreu no dia 18 de setembro em Penafiel com o Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, bem como outros membros do Governo, na qual participamos. No dia 5 de setembro, participamos também nas comemorações de aniversários de duas das mais relevantes instituições do concelho, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Póvoa Lanhoso, e o hospital António Lopes, Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso.

No que diz respeito ao ordenamento e desenvolvimento económico, o Plano diretor municipal e relativamente a este, o processo da segunda revisão do PDM está a seguir o procedimento administrativo exigido pelo regime jurídico de instrumentos de gestão territorial. No que diz respeito à via circular, o projeto da via circular urbana, em função das necessidades de alterações apresentadas pela APA, encontra-se a decorrer os procedimentos relacionados com nova prospeção, estudo hidráulico, hidrológico e medidas de demonstração de reduzido impacto ambiental.

No que se refere o empresas e emprego, o gabinete de apoio à empregabilidade foram registados 19 atendimentos dos quais 6 foram colocados nas diversas empresas do concelho. No que diz respeito à atividade económica, damos continuidade a algumas das iniciativas que já se impõe no calendário. O mercado PVL realizou-se no dia 10 de agosto. A feira de Antiquidades e velharias realizou-se no dia 24 de agosto. Prossequimos com os fins de semana gastronómicos e tivemos no dia 31 de agosto e 1 de setembro, demos destaque ao Bife à Romaria. No dia 15 de setembro, o parque do Pontido acolheu a primeira edição do mercado de Empreendedorismo jovem. O objetivo foi promover o empreendedor jovem do nosso concelho com o propósito de contribuir para o fortalecimento das suas ideias de negócio, bem como possibilitar a comercialização dos seus produtos. No dia 30 de julho, inaugurámos o espaço CoWork da Póvoa de Lanhoso, com capacidade para 21 postos de trabalho.

No período em análise e no que diz respeito à atratividade do concelho, destacamos o trabalho da Casa do livro que teve o ioga na biblioteca, comemoração do Dia Mundial da Biblioteca, Dia Nacional da PSP, dos fantoche, visita de utentes da Casa Trabalho, etc.

No Theatro Club destacamos a continuação do intercâmbio teatral pelo grupo Cénico Povoense, teatro para bebés, espetáculo "Perspectiva" pela turma de criação das oficinas de teatro do Theatro Club, entrega dos certificados de frequência referentes ao ano letivo 2023/2024 a todos os formandos das oficinas de teatro, o espetáculo Romeu e Julieta pela Jangada do Teatro.

Relativamente ao Castelo, no final de junho, o interior da torre de menagem atingiu o número de 5 mil visitantes. No dia cinco de agosto, para além da abertura da 28.ª exposição de artes plásticas com o tema cor da liberdade na galeria do Theatro club apresentámos o programa das comemorações dos 120 anos do Theatro Club, verdadeiro ícone cultural e histórico da Póvoa de Lanhoso. O vasto programa decorre até ao dia 5 de agosto de 2025, uma excelente oportunidade para celebrar o valor cultural deste mesmo equipamento. No âmbito do programa de caminhadas, promovemos caminhadas noturnas, dia 19 de julho e 23 de agosto. Realizámos ainda o 27.º Festival de Folclore, professor Gonçalo Sampaio. Damos continuidade ao programa das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril que decorre ao longo de todo o ano. Assim, para além da antestreia do documentário Memórias de Abril com diversos testemunhos e da divulgação semanal de imagens relativas à Póvoa de Lanhoso do passado, destacamos ainda a apresentação do espetáculo, a Revolução de Maria da Fonte pelo grupo cénico,

itinerância da exposição "Emigração no Estado Novo", a realização da Feira da Liberdade, intitulada "Bendas e Bailarico", a realização do acampamento jovem, o ciclo do Cinema Português, o evento, as bandas convidam de Zé Amaro.

No que diz respeito a turismo e eventos, o período entre 13 de julho e 25 de agosto ficou marcado pela realização de mais uma edição do programa Póvoa em Festa, que proporcionou momentos de âmbito cultural, desportivo, musical e lúdico. Fazemos um balanço muito positivo desta iniciativa. Foram diversos momentos dessa programação, que ficaram na memória e que podemos destacar dos quais, o sentir Póvoa que teve o tema deste ano o Castelo de Lanhoso; a noite jovem e o Summer Fest. Muito mais poderemos sublinhar. O nosso objetivo principal foi alcançado, proporcionar momentos de felicidade, de União e de encontro às nossas populações. Ainda no âmbito da programação do Póvoa em Festa, a Praça Eng.º Armando Rodrigues encheu-se de movimento e animação do projeto "Póvoa Dança", com uma atividade que teve como ponto principal diversas atuações com vários momentos, e estilos de dança apresentados por dançarinos e dançarinas de diversas escolas e grupos. No dia 19 de agosto, participámos na Diver Noite Gerações. A Câmara Municipal é a principal entidade parceira da organização, porque consideramos uma decisão estratégica apoiar a realização de eventos de grande dimensão que ultrapassam as fronteiras do concelho. A Diver Noite Gerações, que teve lugar no dia 30 de agosto, no âmbito da Romaria de Nossa Senhora de Porto D'Ave consegue atrair milhares de pessoas à Póvoa de Lanhoso e através desse movimento, proporcionar retorno económico, direto em direto, à economia local.

No que diz respeito à transição digital e modernização administrativa, a plataforma de serviços online com a possibilidade de instruir pedidos de licenciamento de autorização e comunicar comunicações prévias através da plataforma de serviços online. O número de requerimentos totais disponíveis é de 71 relativos, à Divisão do Urbanismo e à Divisão de Gestão Administrativa. Desde janeiro, deram entrada por esta via 406 projetos, à data, temos 800 utilizadores registados no portal de atendimento online.

No que diz respeito aos recursos humanos e no âmbito da conciliação familiar, do bem-estar e da felicidade no posto de trabalho. Agendou-se para 21 de setembro a segunda edição do dia do colaborador que, devido à previsão meteorológica foi adiado para dia 5 de outubro. Demos início à segunda fase, das atividades de bem-estar e felicidade no trabalho no âmbito do projeto equilíbrio emocional. O município está comprometido com a promoção de uma cultura corporativa mais saudável e feliz estão ao lado dos seus colaboradores, oferecendo ferramentas e recursos para promover a saúde mental e o bem-estar, numa missão de criar locais de trabalho mais felizes, produtivos e equilibrados. Neste sentido, destacamos a realização do workshop sobre gestão emocional e autoconfiança. Promovemos a realização de formação no âmbito da identificação de riscos precoces em crianças e jovens direcionada para assistentes operacionais e assistentes técnicos dos agrupamentos de escolas, com os objetivos do

capacitá-los com ferramentas que ajudam na identificação dos sinais de riscos precoce em crianças e jovens. No que se refere às microcredenciais, estas foram divulgadas junto dos colaboradores do município, através da parceria com a Associação Empresarial da Póvoa de Lanhoso, com o Instituto Politécnico de Bragança, o que possibilitou aos colaboradores/as a inscreverem-se em microcredenciais relacionadas com as atividades desenvolvidas na Autarquia.

Notas finais para referir o seguinte, no dia 6 de setembro, promovemos em parceria com as juntas de freguesia, o passeio concelhio à Malafaia em que participaram mais de 2.000 povoenses. Já no dia 14 de setembro, realizou-se o passeio concelhio a Fátima em que participaram aproximadamente 2.700 pessoas. No momento em que preparamos esta informação, temos definido o programa das comemorações de mais 25 de setembro, dia do concelho, assim como da Semana Europeia do Desporto, de 23 a 30 de setembro. Em agosto, recebemos a visita da Presidente Executiva da Casa do Minho do Rio de Janeiro, Maria de Fátima Gomes Pepes, no âmbito da comemoração do centenário da fundação desta instituição. Divulgamos nas redes sociais, o novo site do CIAB, o Tribunal Arbitral do Consumo. Esta plataforma foi desenvolvida com o objetivo de modernizar e simplificar a resolução de litígios de consumo, tornando mais acessível e eficiente para quem o utilizar. No dia 12 setembro foram entregues em sessão que decorreu nos Paços do Concelho, os certificados de formação de técnicos de apoio informático às mesas eleitorais, emitidos pelo Centro de Emprego e Formação de Braga. Por fim, é de referir que lançámos o primeiro número do boletim Municipal, uma nova forma de comunicação entre o município e os munícipes.

No que diz respeito a informação financeira datada de 19 de setembro, a execução orçamental da receita é de 22.201.755€ correspondendo a 62.1% do orçamento. Os valores a receber de participações comunitárias são de 614.761€; outras receitas, 1.016.205€ que dão o total de 1.630.966€. A execução orçamental da despesa paga é de 17.037.776€ correspondente a 47.6% do orçamento; o total da dívida é neste momento de 7.659.091€ e, finalmente, a 31 de agosto, não há nenhum pagamento em atraso na Câmara Municipal. Muito obrigado. Peço desculpa pela demora.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à atividade do município e como estamos em início de mais um ano letivo, começamos por destacar na educação, o projeto-piloto em luta contra o desperdício alimentar desenvolvido nos estabelecimentos de ensino concelhios que visa mitigar e educar os alunos no combate ao desperdício alimentar. Iniciativa que o CDS-PP desde já parabeniza e que associada ao regime de fruta e leite escolar, por nós tantas

vezes aqui defendido, será seguramente uma adição importante à qualidade dos serviços disponibilizados à comunidade escolar.

Em matéria de serviços sociais destacamos as candidaturas aprovadas no âmbito do programa 360 - acessibilidades, pelo impacto relevante e imediato que tem na vida dos municípios contemplados.

Em matéria de saúde, a realização da ação de formação ministrada a 22 colaboradores municipais da Divisão de Ambiente e Obras Municipais em suporte básico de vida e desobstrução da via aérea, competências básicas que deveriam ser transmitidas a todos os cidadãos no decurso do seu percurso escolar, no entender do CDS-PP, e o nosso país tem ainda um longo caminho a percorrer, é de facto, meritória. Ainda também em matéria de saúde, a entrega dos três veículos elétricos à USF Terras de Lanhoso para prestação de cuidados primários de saúde ao domicílio, entendemos que será deveras importante.

Em matéria de coesão territorial, dar boa nota às inúmeras intervenções de requalificação de arruamentos em diversas freguesias, sempre necessárias, e à requalificação do equipamento escolar do jardim-de-infância de Garfe. Ainda em matéria de coesão territorial, destacar a aquisição de equipamento de fundição de tintas termoplásticas que esperamos, vai permitir finalmente resolver vários dos problemas mais vezes aqui elencados pelo CDS-PP em termos de mobilidade urbana. Refiro-me à marcação das passadeiras e de lugares de estacionamento.

Não obstante as mais diversas e meritórias iniciativas levadas a cabo durante o período em análise. Gostaríamos de aproveitar o momento para ver esclarecidas algumas dúvidas pertinentes que surgiram após a passada Assembleia Municipal. Refiro-me à questão da construção do futuro centro de recolha oficial ou canil, se preferirem, no relatório mencionam que, após a reprovação da proposta de reconhecimento do interesse municipal nesta Assembleia que, diga-se, contou com o voto favorável do CDS-PP, proposta que, diga-se também em abono da verdade, foi apresentada para ultrapassar questões associadas, não ao projeto do edifício propriamente dito, mas relativas à localização inicialmente escolhida devido aos constrangimentos do PDM em vigor, informam agora que encontraram uma solução, o que é bom, sem dúvida, mas também avisam desde já que a mesma vai ser mais onerosa. Ora, se bem me recordo, foi aqui falado várias vezes no montante da comparticipação do ICNF em cerca de 217 mil euros num universo possível de 220 mil, o que é bastante meritório no que concerne à avaliação do projeto por parte do ICNF, mas nada foi dito quanto ao custo total da obra à data da referida Assembleia Municipal. Assim qual era o valor previsto na altura? E qual é agora o valor depois de ter encarecido com a nova escolha? Se bem entendemos, a localização deriva de decisão política e não de imposição técnica ou de qualquer outra entidade e não será vinculativa para a concessão do apoio. E não sendo nós, técnicos de saúde animal, até em questões de frio e humidade, não nos parece o local mais

adequado para os animais, mas presumo que tenham pareceres técnicos sobre a matéria que assegurem o bem-estar dos animais.

Coloco-lhe ainda duas questões finais, senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaríamos de saber se a localização escolhida não poderia ter sido outra desde o início, a título de exemplo, um qualquer campo de futebol desativado, terreno plano já vedado, que reduziria seguramente os custos globais do projeto, poderia e deveria, no nosso entender, ter sido considerado. E, por fim, gostaríamos também de perceber de onde virá o restante dinheiro necessário para financiar todo o projeto. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O principal ponto abordado, análise e atividade do município e a sua situação financeira. O relatório detalha várias iniciativas e programas da área da educação, serviços sociais, saúde, habitação, desporto, ambiente, juventude, entre outros destaques. A melhoria das infraestruturas escolares, oferta educativa e apoio escolar, bolsas de estudo, projetos de combate ao desperdício alimentar e promoção de saúde mental, requalificação de vias e espaços públicos, programas de inclusão social e apoio à mobilidade. E a gestão financeira com dados sobre a execução orçamental e a dívida do município.

Estas ações refletem o compromisso da Câmara Municipal em melhorar a qualidade de vida da população local, em foco na educação, saúde e bem-estar. Mas, senhor Presidente, sejamos concretos, na última Assembleia Municipal foi questionado e mesmo posto em causa os moldes do programa de como iria decorrer o programa de ocupação de tempos Livres. Os Senhores e as Senhoras deputadas do PSD anunciavam mesmo um desvirtuar pleno do programa e que as famílias não teriam possibilidades financeiras para arcar com o mesmo. Senhor Presidente, qual é o balanço concreto do programa? Afinal de contas, existiu ou não um hecatombe para as famílias e foi-lhe reportado ou chegou ao seu conhecimento que as soluções caseiras anunciadas pelo deputado Luís Carvalho na última Assembleia Municipal, na realidade, atingiu alguma das famílias que deferiu do Programa?

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados, há um ditado português que diz mais ou menos isto, e que se aplica muito em concreto a algumas senhoras e senhores Presidentes de junta, "depois do batizado feito, não faltam padrinhos". A este respeito esta frase reporta-se mais concretamente às obras que o município realiza nas juntas de freguesia e que depois os louros ficam para os senhores Presidentes de junta, senhor Presidente, consegue elencar-nos exatamente o investimento realizado em cada uma das freguesias e união de freguesias por parte do município até à presente data? Em

concreto falámos de que valores, há ou não há investimento em todas, repito, todas as freguesias, independentemente da cor política? Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sobre este ponto, análise da atividade do município, o PSD encontra-se inteirado e valoriza todas as atividades desenvolvidas nas várias áreas, e valoriza também aquelas que são feitas na área cultural e social. E vejo que o PS também valoriza essas atividades e nós valorizamos, porque, de facto, essas atividades são importantes e, portanto, e também somos coerentes porque no passado elas também eram de facto realizadas, mas agora o PS valoriza mas no passado, não valorizava, criticava, portanto, tem que haver esta coerência em política com as atitudes tidas no passado e com as atitudes tidas agora no presente.

Eu começo por destacar o dia do concelho realizado no dia 25 de setembro, a sessão evocativa enquadrada também no 25 de Abril, na comemoração dos 50 anos do 25 de Abril e começo por valorizar e felicitar o executivo municipal pela iniciativa que teve em homenagear os partidos políticos. No fundo, homenageou três municípios mas solicitou aos partidos que lhe fizessem essas indicações de municípios que tivessem tido um papel fundamental e crucial na implantação da liberdade, da democracia e também estiveram na fundação dos partidos políticos e, portanto, começo por felicitar essa iniciativa do executivo municipal.

Ainda neste âmbito, deste dia do 25 de Abril, não foi inaugurado uma obra, um jardim novo, o Jardim Moral, mas eu sei que o que vou dizer já não adianta nada, porque o jardim já está feito e até considero que esteticamente está bem conseguido. Eu só ponho em causa a utilidade daquele jardim, porque eu não estou a ver as pessoas a irem para as traseiras de um prédio e as traseiras de uma bomba de gasolina passar o seu tempo livre. Não é bem nas traseiras, é no enfiamento dum prédio e de umas bombas de gasolina. E digo isto porque os moradores daquela zona disseram que talvez fosse mais usar aquele espaço para parque de estacionamento. Foram pessoas daqueles prédios que foram ali que me transmitiram isso, porque também considero que o espaço é muito grande para ser usado para aquele jardim e, portanto, fica aqui a nota que, por vezes, é importante ouvir a população e se tivessem ouvido, se calhar a população ansiava outra coisa para aquele espaço.

Quero felicitar também as comissões de festas, das festas populares, porque entre a última Assembleia Municipal e esta realizaram-se muitas festas populares no concelho e eu quero para além de vos felicitar, louvar todo o trabalho que é realizado pelas pessoas que voluntariamente trabalham para manter vivos os nossos costumes e tradições, mas

aqui pegando nas festas, pegando também no programa de Verão do município e dizer aquilo que já disse o ano passado, que entendo que deve haver uma maior descentralização das atividades, porque vemos que a maioria das atividades do programa foram realizadas na vila.

Questiono aqui uma situação relativamente às moções apresentadas pelos jovens no âmbito da Assembleia Municipal jovem, e uma das moções que tinha a ver precisamente com os migrantes falava em como o município pode ajudar, e era pedido ao município e houve aqui o compromisso por parte da Câmara Municipal em ceder um espaço para centro de acolhimento de migrantes. Eu não vi isso explanado no relatório, queria saber se já fizeram algo nesse sentido, ceder espaço para centro de acolhimento de migrantes era uma, uma das solicitações de uma moção e houve o compromisso por parte da Câmara Municipal em ajudar.

O novo ano letivo iniciou e decorreu com normalidade e eu aproveito para desejar os maiores sucessos académicos a todos os estudantes e bom trabalho a toda a comunidade educativa. Mas tem havido diversas queixas de pais sobre a questão das refeições, nomeadamente na escola professor Gonçalo Sampaio, na Escola Secundária e na Escola Básica do Ave. Na escola Gonçalo Sampaio já é um problema que vem desde há três anos para cá, porque a empresa é sempre a mesma e tem havido queixas na qualidade das refeições e nas outras escolas, o ano passado na escola secundária, o problema aparentemente tinha sido colmatado com o serviço prestado pela Comissão de Melhoramentos de Santo Emilião, este ano volta a empresa que há dois anos estava lá a prestar serviços e que havia queixas e este ano, já há outra vez queixas nas refeições e, portanto, eu vi no relatório que foi contratada uma nutricionista, mas aqui não estou a falar da qualidade em termos de nutrição da refeição, digo a qualidade mesmo falam das refeições estarem frias, de vários problemas relativos às refeições que, no fundo, fazem com que as crianças não comam a refeição em muitos casos e, portanto, eu acho que o município deve mesmo olhar para este problema com muita atenção.

A questão do primeiro direito já foi aqui abordada e bem explicada. Nova época desportiva, já arrancou, e também aproveito para desejar bom sucesso a todos os clubes desportivos, e aqui eu só queria alertar para os contratos programa, vão ser assinados amanhã com os clubes e constatar que não houve revisão dos valores. Os valores deste ano são os mesmos do ano passado, e todos nós sabemos as dificuldades que os clubes passam, aliás, todos eles me transmitiram isso das necessidades que passam. As despesas são cada vez maiores, as receitas cada vez menores, julgo eu, que está na hora de fazer uma revisão a estes valores, os contratos programa para que os clubes possam colmatar de melhor forma as suas dificuldades.

Relativamente ao programa Juventude em Movimento, aqui só uma sugestão de rever o valor que cada jovem recebe atualmente fixa-se nos dois euros à hora, é um valor que, eu já participei na juventude em movimento e já foi há mais de quinze anos e já nessa altura era dois euros à hora, o que eu quero dizer é que o valor já é o mesmo há muitos

anos e penso que deve ser revisto, porque dois euros à hora é manifestamente muito pouco e acho que deve ser revisto.

Em relação ao programa de ocupação de tempos livres, eu gostava de ver aqui alguns esclarecimentos. Em 2021 nas férias ativas participaram 89 inscritos, em 2022, 151, em 2023, 104 inscritos, agora veio no relatório que foram distribuídos 146 vouchers ou seja, as crianças que têm escalão A ou do ensino inclusivo, e estes 146 vouchers não significa 146 crianças, porque cada criança podia usar quatro, ou seja, pode traduzir quantas crianças foram abrangidas por este programa?”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu vou prestar alguns esclarecimentos, depois os vereadores certamente complementarão a informação. Começando pelo centro de recolha oficial. Bom, o processo é sobejamente conhecido, aliás, nós fizemos questão de comunicar publicamente as várias fases do processo, tanto no que diz respeito à tomada de posição desta Assembleia Municipal, como naquilo que diz respeito, à solução que encontrámos, e ao acordo que foi estabelecido também com o ICNF relativamente a essa solução e à nova localização. A solução é mais onerosa, tendo em conta que o espaço que está previsto atualmente para execução do centro de recolha oficial pressupõe aterro e demolição de uma parte da infraestrutura que está contígua ao canil que, neste momento, existe naquele espaço. O valor que prevemos investir, tendo em conta já agora, até porque eu sei que existe alguma contrainformação sobre isso. Desde a consulta ao mercado, que foi feita numa fase inicial, até à última consulta que fizemos ao mercado e os vários passos que foram dados durante esse período, nomeadamente de emagrecimento, cumprindo as regras do ICNF, porque o financiamento pressupõe que determinadas valências estejam asseguradas, não deixando de cumprir essas regras, fomos encontrando soluções que do ponto de vista construtivo, sejam mais económicas, neste momento, a solução e não significa isso que essa seja a última etapa. Neste momento, a solução está na ordem dos 600 mil euros de investimento já foi bem mais elevado, não em termos de investimento consumado de decisão política, se quiser, mas em termos de consulta ao mercado, tivemos consultas ao mercado em que percebemos que os valores eram superiores, e isso está completamente fora de questão, portanto, nós queremos cumprir esse objetivo, queremos cumprir esse compromisso eleitoral, mas queremos fazê-lo em função dos meios que temos também, portanto, estamos a falar de cerca de quase 400 mil euros de investimento do município, para essa infraestrutura. Se essa solução for aquela que neste momento está em cima da mesa, ainda temos

esperança. Sim, para esta nova localização. Eu ainda tenho esperança que consigamos emagrecer um pouco mais a solução a levar a cabo.

O deputado Miguel Pereira referiu o programa de ocupação dos tempos livres, que foi um sucesso. Nós tivemos oportunidade de recentemente fazer uma reunião de avaliação desse período, juntamente com os restantes parceiros, sejam empresas, sejam instituições e eu diria que é claramente, foi um projeto piloto, como bem sabemos, é claramente um projeto a repetir no futuro e a reforçar é evidente que há arestas a limar. A minha intenção com a reflexão que fizemos em conjunto, não era tanto ouvir aquilo que correu bem, embora tivesse corrido muito bem, mas foi mais para perceber o que poderíamos melhorar. Quais eram as sugestões, quais são as sugestões dos parceiros no sentido de nós podermos melhorar e prestar um serviço ainda mais qualificado e tendo, simultaneamente, o objetivo que traçámos desde o início de alcançar o máximo de famílias do concelho, sendo certo que, neste primeiro ano, num projeto piloto, naturalmente, é dado um primeiro passo que depois pode e deve ser reforçado, aliás, informar que estamos a considerar, é uma decisão que ainda não está totalmente fechada, mas estamos a considerar a possibilidade de no próximo ano poder abranger meninos e as meninas do escalão A e do escalão B, passo que não podíamos dar este ano, porque poderia ter um efeito em termos orçamentais que fosse para lá da nossa capacidade que estava prevista no orçamento, portanto, muito provavelmente, no próximo ano, existirá algum tipo de apoio também, diferente claro está, aos meninos e às meninas que são abrangidas pelo escalão B.

Sobre o investimento nas freguesias, depois podemos fazer isto com mais algum detalhe, mas sobre o investimento nas freguesias, dizer-lhe que, no que diz respeito aos contratos interadministrativos até à data, estamos a falar de um investimento superior a 2.900.000 euros no ano de 2022, 2023 e 2024, que não está totalmente fechado, porque há freguesias que já apresentaram os autos e as faturas correspondentes para liquidação e outras que ainda não o fizeram, têm até final do ano para o fazer, portanto, estamos a falar de um investimento de quase três milhões de euros de uma medida, que como se sabe, tem verbas diferentes que estão definidas juntamente com o nosso orçamento, verbas diferentes para freguesias que não são união, para freguesias que têm o dobro da verba, quando é o caso de duas freguesias e para o único caso em que temos três freguesias em que estamos a falar do triplo da verba, portanto, uma união de três freguesias. Para além desse investimento, estamos a falar também de um total de 8.291.000 euros que diz respeito aos empréstimos contraídos em 2023 e aos empréstimos contraídos em 2024, os de 2023 estão todos praticamente executados, aliás, muitos deles foram elencados pelo senhor vereador, mas teria que elencar todas as obras que estamos a fazer em todas as freguesias, porque sim, já o disse aqui várias vezes que está a ser feito investimento em todas as freguesias, sem nenhuma exceção. Os senhores presidentes de junta, estão aqui são as melhores testemunhas disso, está a

ser feito investimento em todas as freguesias, sem exceção. Aconteceu o ano passado, está a acontecer este ano e vai acontecer no próximo ano também.

Sobre o tema, o deputado Luís Carvalho falou-nos do Jardim Moral, do jardim na Avenida. A primeira nota, senhor deputado, é que aquela parcela de terreno já é propriedade do município, como deve saber, ou devia saber, há muitos anos e, portanto, durante todos esses anos, essa consulta que defende nem aconteceu, não aconteceu nem consulta, nem obra, nem ideias, nem execução, nem coisa nenhuma, mas pronto, quando se fala em coerência e quando se fala em fazer correspondência com aquilo que uns partidos e outros defendiam no passado, é um exercício que lhe está a faltar. Ainda assim, aquilo que aconteceu neste caso foi de o município decidir, no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, dar um destino digno àquele espaço que primeiro sofreu uma intervenção de desaterro e de limpeza e que, num segundo momento, foi intervencionado precisamente para darmos um cariz comemorativo, a um espaço que será o Jardim Moral da Liberdade, que será frequentado pelos munícipes, não é só os moradores daquela área do concelho ou daquela área da vila, por todos os munícipes que queiram frequentar aquele espaço, que é um espaço agradável e que será todos os anos repensado em termos de mensagem. A nossa intenção é de que todos os anos a mensagem transcrita naquele espaço, tanto, no livro que lá está, como nas várias parcelas e nas várias leirinhas, se quisermos chamar-lhe assim, que tem aquele material que vai ser revestido e vai ser decorado, todos os anos possamos convidar uma instituição diferente que assuma a responsabilidade de definir os conteúdos que terão que ter sempre o único critério, é que terá que ter a ver sempre com as comemorações do 25 de Abril, mas depois uma instituição diferente, todos os anos, assumir a responsabilidade de definir os vários conteúdos que poderão estar expostos naquele espaço e ser sim, um hino à democracia, um hino à liberdade, um hino ao 25 de Abril. Acho que nunca são demais, nós já temos o monumento do 25 de Abril na Avenida 25 de Abril foi instalada há 25 anos atrás e que foi requalificado este ano e passaremos a ter um espaço diferente para o qual poderemos, por exemplo, convidar é uma das nossas ideias, convidar as escolas, convidar os agrupamentos, convidar os meninos e as meninas que, tendo a oportunidade de todos os anos de se debruçarem sobre o assunto, também vão estudar sobre ele e vão compreender melhor o que aconteceu no 25 de Abril e vão ver ali retratado todos os anos, o contributo deles próprios. Acho que é um espaço comunitário, será, passará a ser quando for inaugurado, não foi inaugurado devido às previsões de mau tempo, como sabemos, mas vai ser inaugurado e será um espaço comunitário que foi já agora totalmente executado pelos serviços do município, o que devo dizer que, para mim, e espero que seja para todos nós, mas para mim em particular, é um motivo de orgulho, porque foi totalmente executado por funcionários do município em função também dos meios que colocámos à disposição deles, muitos que já existiam, outros que adquirimos neste mandato e colocámos à disposição dos funcionários que executaram aquele jardim de A a Z. O que acho que é notável, porque

numa circunstância normal o que aconteceria num espaço daqueles é que seria feito um concurso público, uma empresa ganhava o procedimento e executava, o que não tem nada de errado, mas é especialmente notório para mim, e simbolicamente importante que tenha sido executado pelos funcionários da autarquia.

Relativamente à cedência de habitação aos imigrantes, nós não tivemos solicitações, mas é algo que está integrado, como sabemos também no projeto da implementação dos gabinetes da AIMA que estão numa fase de execução, nós ainda não chegámos a essa fase, quando chegarmos a esse momento, será um dos vários serviços que a AIMA vai assegurar no concelho, mas não tivemos até à data, nenhuma solicitação.

Sobre a qualidade das refeições nas escolas. É um problema aparentemente antigo, o que não quer dizer que nos podemos ou que nos devemos resignar ao facto de esse problema existir, mas eu diria que tem muito que ver também com as instituições, que vão ganhando os procedimentos e que vão assegurando esse serviço. Nós tivemos, infelizmente, isto está a ser gravado, portanto, eu tenho que ter cuidado com aquilo que vou dizer a seguir, mas tivemos, infelizmente, este ano instituições do nosso concelho, estou a olhar ali para o Presidente da Comissão de Melhoramentos de Santo Emilião que prestavam um excelente serviço e que, num procedimento público não foram, portanto, não ganharam esse procedimento, portanto, a empresa que ganhou esse procedimento não é do concelho, um concurso público, é isso mesmo, eu preferiria se dependesse exclusivamente de mim, se não se tratasse de um concurso, continuássemos a trabalhar com as nossas instituições que foram ao longo dos anos, fazendo sempre o melhor que podiam e, aliás, foi nesse sentido que nós contratámos uma nutricionista a meio tempo que nos vai ajudar a acompanhar e a escrutinar e a impor ou recomendar boas práticas nas cantinas das nossas escolas, dos nossos agrupamentos e que terá, entre outras funções e obrigações, o dever de nos relatar com o máximo de precisão, a qualidade do serviço que é prestado nas nossas cantinas.

Eu próprio com alguma frequência, desloco-me às cantinas das escolas sem pré-aviso já agora, porque eu sei que já andou por aí a ideia que quando o Presidente de Câmara vai às escolas que são avisadas as empresas que é para que naquele dia, não é nada disso, não é nada disso, nunca, tem a minha palavra de honra. Nunca foi feito nenhum pré-aviso quando o Presidente de Câmara decide ir a uma escola, experimentar uma das refeições, não avisa rigorosamente ninguém, ninguém, portanto, sim, depois é mais uma refeição que eles têm que servir e com a qual não estão a contar, mas, portanto, para eu próprio também aferir e a senhora vereadora também, a responsável por este pelouro, aferir da qualidade do serviço que é prestado e nós temos essa preocupação. A contratação da nutricionista também vai muito nesse sentido.

A revisão dos valores dos contratos programa desportivos. Há várias formas de apoiar as associações desportivas do concelho, como sabe e nós temos frequentemente atribuído apoios. Os apoios ordinários são conhecidos, mas os apoios extraordinários, ainda hoje foi relatado aqui um deles, com a substituição da iluminação do campo de jogos do

Maria da Fonte em que fizemos um investimento significativo. Já temos feito outros junto dos diversos clubes e temos intenção de chegar a todos, deixar isto claro também, portanto, se por alguma razão, até à data de hoje não foi atribuído nenhum apoio excecional, extraordinário, não há nenhuma obrigação de o fazer atenção, mas se por alguma razão, não foi atribuído nenhum apoio extraordinário, é porque ainda não existiu essa oportunidade e eu e o senhor vereador já falámos sobre isso e achamos que deve acontecer também em relação àquelas instituições desportivas que até hoje não foram contempladas, devem ser contempladas. Eu quero chegar ao fim deste mandato e poder dizer que nós, para além dos apoios ordinários, atribuímos apoios extraordinários sempre que nos foi solicitado na medida das nossas possibilidades. Vou recordar-lhe um investimento do início deste mandato e que tem que ver, por exemplo, com o Serzedelo, o investimento que estava previsto no campo de jogos de Serzedelo estava ou era muito aquém daquilo que acabou por acontecer, à medida que fomos percebendo as necessidades que existiam. Sendo rigoroso, o orçamento municipal na transição deste mandato, previa a execução do pavimento, do sintético, só quem conhece aquele espaço, e os senhores devem conhecer certamente, sabem que foi feito lá muito mais do que a substituição do pavimento, muito mais em termos de vedação, em termos dos bancos que são usados pelos suplentes, em termos de drenagem que precisou de uma intervenção profunda, drenagem aliás, está aqui a representante da Junta de Freguesia que sabe perfeitamente que aquilo que eu estou a dizer corresponde à verdade, portanto fizemos um investimento muito além daquilo que estava previsto, já aconteceu com outros clubes, e nos casos pontuais em que ainda não aconteceu há de acontecer. Porque eu tenho essa vontade e quero que seja assim, e vai acontecer. E ainda há pouco tempo, aliás, amanhã vamos assinar os contratos programa com as instituições desportivas e vamos fazê-lo num local no pavilhão da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso, que é um local que já foi requalificado neste mandato, como bem sabemos, tanto ao nível dos balneários como ao nível, por exemplo, de uma necessidade que tinha há muitos anos, vejam bem aos anos que aquele pavilhão existia, não tinha uma saída de emergência para aquela plataforma. Não estou a responsabilizar ninguém, estou a dizer é que não existia e deve existir, e nós fomos desafiados ao longo deste mandato a substituir o Placard de LED que faz a marcação dos resultados dos jogos, principalmente dos jogos de basquete, tem aqui a informação é mais complexa e mais diversa, mas entendemos que não devíamos fazer essa substituição, enquanto a saída de emergência não estivesse assegurada, foi o nosso primeiro investimento. A substituição desse placard LED aconteceu há poucas semanas e vamos amanhã assinar os protocolos naquele espaço, precisamente para que as pessoas percebam que nós vamos fazendo investimento à medida que vamos podendo e dos meios que temos. E temos vindo também a requalificar aquele espaço e outros espaços no concelho. Basta olharmos, por exemplo, para aquilo que foi o investimento que foi feito no polidesportivo da escola Gonçalo Sampaio, o estado em que estava aquele espaço e o estado em que se encontra

hoje, completamente requalificado, completamente renovado, o desafio seguinte. Há sempre desafios seguintes, o desafio seguinte é o pavilhão daquela escola. Sim, faz parte do nosso ITI, está previsto e assim que seja aberto um aviso por parte da CCDRN nós vamos submeter uma candidatura para requalificar aquele pavilhão.

Não podemos falar da relação do município com as instituições desportivas, só do ponto de vista dos valores dos contratos programa, há muito além disso, como bem sabemos. E há sobretudo uma coisa que eu acho que é muito importante, é a predisposição e a vontade de, se tivermos meios para isso, de ajudar a ultrapassar as dificuldades que as instituições têm. Essa predisposição existe e essa vontade existe, não podemos é ajudar todos ao mesmo tempo, isso não é possível, mas ao longo dos últimos três anos, temos vindo a fazê-lo.”

Interveio o vereador, Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu queria só complementar toda aquela informação que o senhor Presidente deu agora sobre os contratos programa desportivos, porque, de facto, o valor é de 186.000 euros, mas eu queria destacar que o apoio que a Câmara Municipal dá ao desporto na Póvoa de Lanhoso ascende a 400.000 euros, portanto, o valor dos contratos desportivos corresponde ao financiamento que é dado aos vários clubes. Há depois uma série de despesas que são suportadas pela Câmara no que tem a ver com o apoio e os gastos dos vários equipamentos desportivos que, portanto, ascende a um valor total de 400.000 euros e, como disse o senhor Presidente, nós vamos continuando atentos a todo esse apoio que é necessário para que cada vez mais haja mais desporto, haja mais gente a praticar desporto, e haja mais modalidades desportivas a serem colocadas em prática.

Respondendo ao senhor deputado Luís Carvalho, que tem a ver com as várias perguntas que colocou, o senhor Presidente, também já falou do juventude em movimento, é de facto algo que nós já diagnosticamos e que estamos a preparar para o próximo orçamento, esse reajuste e essa subida, ao fim e ao cabo, desse programa. E queria começar mesmo por aí, nós tivemos este ano no juventude em movimento variadíssimos jovens, mas 19 deles tiveram, por exemplo, afetos ao programa de ocupação de tempos livres. Estes 19 jovens que consumiram 2.497 horas que prestaram de apoio às 9 instituições que nós conseguimos juntar nesta parceria dos programas de ocupação de tempos livres, que veio substituir o programa de férias ativas. Respondendo à pergunta que o senhor fez, e fê-la muito bem, de facto, os vouchers foram 146 vouchers que, como disse também, e bem, não corresponde a 146 crianças, esses vouchers corresponderam a 88 vouchers que foram o que nós chamamos os vouchers de verão e, portanto, os vouchers que foram atribuídos a crianças com um escalão A e depois o voucher mais inclusivo que teve 58 vouchers que como o próprio nome indica, incluíam as crianças com necessidades especiais e algumas que tinham sido sinalizadas, nomeadamente pela CPCJ. Isto perfaz um número de 38 crianças que foram beneficiadas com estes vouchers.

E sim, de facto, o número parece reduzido, sendo que destas 38 crianças que foram apoiadas diretamente com estes vouchers, fazem parte de um grupo de 101 vagas que esta associação de parceiros conseguiu criar.

E respondendo também ao deputado Miguel Pereira, o conjunto de vagas que a rede tinha, foi de 341 crianças, o conjunto de vagas que a rede criou foi de 101 crianças, e aqui eu queria destacar dois ou três pontos que são importantes. O ano passado, foram criadas 94 vagas no programa de férias ativas da Câmara Municipal, o que quer dizer que com a criação desta rede, nós não só conseguimos ocupar ou dar resposta a essas crianças como ainda criar mais algumas vagas, e estou certo que o senhor se lembra com certeza, daquela situação do escalão A e daquela confusão que ia ser eu, pois, naturalmente, fui ver os dados e o ano passado com as 94 vagas que nós tivemos, houve 3 crianças de escalão A que beneficiaram do tal valor, que eram os 15 euros que se pagava para as crianças do escalão A, com este programa nós conseguimos chegar a 38 de um universo total de 250 crianças, o que quer dizer que como o senhor Presidente disse, e em resultado também da reunião que foi tida com estes 9 parceiros, nós estamos a preparar-nos primeiro para receber mais alguns parceiros que já sinalizaram essa vontade de entrar na rede e, portanto, se este ano conseguimos criar estas 101 vagas, estou convencido que para o ano conseguiremos encontrar mais.

Conseguimos agora analisar com maior rigor o número de crianças que têm uma resposta neste período que é sempre muito procurada por todas as famílias, mas eu queria também dar sobretudo ênfase, não só à criação da rede, à resposta que foi superior, ao número de crianças que também, que foi apoiada, superior, mas também aquilo que foi disponibilizado a esta rede. E nesse caso, eu queria destacar aqui dois ou três pontos que tem a ver com a disponibilização de 41 reservas do autocarro do município, só no que diz respeito a este programa de férias, as piscinas municipais deram o registo de 5.201 entradas de crianças ligadas a este movimento, a este programa, o espaço jovem recebeu 590 visitas, a casa do livro 279, o Castelo da Póvoa de Lanhoso, 98, o Centro interpretativo da Carvalho de Calvos 185 visitas, o equipamento do parque da Pontido 153, o pavilhão da escola secundária 27 participações, e portanto, esses são, de facto, dados que nos mostram que é um projeto, como o senhor Presidente disse, e bem também, é um projeto piloto que, de facto, se mostrou uma resposta capaz e que toda a gente, desde os pais, às crianças aos operadores que tiveram connosco todos eles, de facto, perceberam que é uma mais-valia e, naturalmente, queremos e vamos aumentar.

Eu queria também dar nota, e falou e bem, o senhor Presidente já respondeu, portanto, não vale a pena eu falar sobre o centro de acolhimento de Migrantes. Queria-lhe só dar nota que uma também das moções que foi apresentada na Assembleia jovem, foi a criação de uma Brigada Verde para apoio a ações de floresta e de vigilância que foi criada pela primeira vez também precisamente porque, desta forma, nós conseguimos libertar recursos do município que conseguem trabalhar, os jovens dos dezasseis para

cima, com programas diferenciados e esses também nós queremos aumentar, não só nesta área como noutras áreas no futuro. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em primeiro lugar, fazer aqui uma observação à intervenção do senhor deputado Luís Carvalho. É engraçado quando o assunto não lhe interessa, levantar-se para vir cá dizer, falemos de coisas de interesse para o concelho e depois numa tentativa de ser engraçado, vem falar do Partido Socialista no passado, votar contra, mas pronto, só repor o rigor nessa afirmação e quando o senhor acusa o Partido Socialista no passado, criticar o programa cultural, convém que seja rigoroso nas afirmações que faz. O partido Socialista, e muitas vezes, eu próprio criticava que a ação do executivo se esgotasse nos programas culturais, vá ver as atas e depois contradiga-me que eu cá estarei, e entendo que lhe dê jeito, deturpar um pouco a informação para poder defender a face, mas não há problema, eu venho cá as vezes que o senhor deputado necessitar para trazer rigor às suas informações quando se refere ao Partido Socialista.

Depois interessante também, na mesma frase, o senhor falar em coerência e dizer que não se ouve a população para a execução de uma obra. Este executivo está em funções há 3 anos. O partido que o senhor representa esteve 16 anos no poder. Eu não me lembro de uma única vez o senhor ter sugerido aos executivos anteriores que ouvissem a população antes de executar obra, e não estou com isto a dizer que não se deve fazer. Estou apenas a falar de coerência. Mais, os terrenos onde foi implementado o Jardim, o mesmo terreno que hoje o senhor veio cá dizer que a Câmara deveria ouvir as pessoas para decidir o que instalar lá, o senhor Presidente, já fez referência a isso, mas já pertencia à autarquia, pelo menos em grande parte do período em que vocês tiveram no poder. E pergunto senhor deputado, porque é que nessa altura não se ouviu a população para instalar no referido local outro tipo de infraestrutura? Porque é que o senhor deputado que demonstra agora na oposição uma faceta de iluminado, não se lembrou nessa altura de sugerir ao executivo do seu PSD, que avançasse com um parque de estacionamento nesse local?

Aliás, falando em parque de estacionamento, este executivo em dois anos já fez aquilo que vocês foram incapazes de fazer em dezasseis, temos hoje um parque de estacionamento com 120 lugares e sim, foi este executivo que resolveu um problema de décadas, ou minimizou um problema de décadas.

Para além disso, falar aqui também novamente de incoerência, e dar-lhe um exemplo do que é coerência, incoerência é dois presidentes de Câmara do PSD terem assumido um compromisso escrito com uma entidade reguladora, e vocês neste mandato terem

votado contra a intenção deste executivo e deste presidente de Câmara querer fazer cumprir esses acordos, isto é que é incoerência.

Depois pedir ao senhor vereador Ricardo Alves, que nos faça aqui uma apreciação de como correu esta época balnear que agora termina e uma vez que falou-se efetivamente muito de incêndios que assolaram o concelho, os estragos, mas tendo a seu cargo o pelouro da Proteção Civil, que balanço fazia desta época de incêndios também. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao vereador, Ricardo Alves, para resposta.

Interveio o vereador, Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu tenho só algumas informações para dar em termos de proteção civil. Eu gostava só de salientar a criação de um programa “Aldeia Segura, Pessoa Segura”, que desenvolvemos na aldeia de Carreira em Sobradelo da Goma, em algumas ações de sensibilização que temos feito ao longo dos últimos três anos e, sobretudo, também dizer e mais uma vez e apelar às tantas que no que diz respeito à proteção civil, todos nós precisamos mesmo de fazer aqui alguma reflexão sobre o que temos e para onde queremos ir, vivendo agora um inverno que esperemos que seja calmo e tranquilo, mas que nos permita perceber que mesmo no inverno, a Proteção Civil tem que trabalhar.

Há um conjunto de situações que todos nós podemos trabalhar e melhorar e eu queria mesmo dizer-vos que esse caso, por exemplo, do programa “Aldeia Segura, Pessoa Segura” deu um enorme jeito, um mês e meio depois de ser criado e, naturalmente, que foi mesmo para isso que ele foi criado e nós queremos desenvolver mais trabalho nessa área.

No que diz respeito à época balnear, ela começou logo em junho e, portanto, correu relativamente bem, tivemos no que diz respeito às piscinas municipais em julho, 5.755 entradas, em agosto, 8.364 entradas e setembro que foram dois ou três dias só, tivemos 173 entradas. Dar só nota de um consumo de água que foi de 1.367 metros cúbicos de água e dizer-vos também que, em termos de época balnear, o único contratempo que nós tivemos foi na praia fluvial de Verim, precisamente por causa de uma situação de saúde pública que teve que ficar encerrada durante duas ou três semanas. Tudo o resto correu na normalidade, temos e continuamos a ter uma dificuldade em angariar nadadores-salvadores e, portanto, se tiverem algum jovem que queira fazer formação nesta área, nós estamos também a preparar já dois cursos de formação de nadadores-salvadores, precisamente para dar resposta à piscina descoberta, à praia fluvial de Verim e a outros projetos que queremos também desenvolver no município.

Está aberta também mais uma época não balnear, mas de piscina, na parte da piscina coberta que também temos um grau de procura elevado e tudo faremos também para

que corra da melhor forma. Em termos de informações, enfim há aqui mais algumas informações que tem a ver com os espaços que utilizaram a piscina descoberta, mas acho que não há necessidade, basta percebermos que tivemos perto de 14.000 utentes na piscina e tudo correu pelo melhor. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que deu por terminado o ponto um.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do regimento da assembleia municipal.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto dois da ordem de trabalhos. **Ponto Dois: Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 2º Trimestre de 2024 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador Paulo Gago, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto dois desta Assembleia Municipal, a informação da Câmara Municipal, sobre o relatório de execução orçamental 2.º trimestre de 2024 da EPAVE, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, este coincide com o encerramento do ano letivo, 2023/2024 e foi fortemente condicionado pela ausência da aprovação da candidatura ao Portugal 2030. O aviso de abertura do programa do Portugal 2030 que deveria apoiar a continuidade e desenvolvimento das atividades da escola, apenas foi lançado em abril, tendo a EPAVE submetido a sua candidatura prontamente, no entanto, o resultado dessa candidatura só foi conhecida em julho, criando um intervalo de incerteza e ajustamento nas operações financeiras da instituição.

Em resposta a este atraso, o Governo procedeu em abril a um novo adiantamento de verbas com o objetivo de garantir o funcionamento das escolas profissionais. Estas verbas foram calculadas com base nos valores gastos no ano anterior, permitindo assim à EPAVE assegurar a continuidade das suas atividades educativas e administrativas.

Durante este trimestre, registou-se uma taxa de execução da receita e da despesa na ordem dos 30% e 20%. No que respeita à despesa, a baixa taxa de execução foi fortemente influenciada pela não utilização do adiantamento da verba destinada ao centro tecnológico especializado, vulgo CTE, o atraso no uso desses fundos está relacionado com a necessidade de organizar e executar os procedimentos do concurso público internacional para a construção do CTE, processos que são complexos e demorados.

Apesar desses desafios a EPAVE assegurou o cumprimento dos procedimentos necessários para garantir que a construção do CTE será realizada dentro do prazo estipulado com todas as formalidades legais e operacionais em conformidade. A conclusão deste projeto será essencial para reforçar a oferta formativa e o perfil técnico da escola, contribuindo para o desenvolvimento das competências dos alunos e para a inovação no ensino profissional da região.

Em resumo, o 2.º trimestre de 2024 foi marcado por uma execução financeira moderada, refletindo tanto a gestão prudente das verbas disponíveis quanto os constrangimentos resultantes do processo administrativo, dita candidatura ao Portugal 2030.

À margem do ponto, importa dar nota a esta assembleia da abertura do ano escolar da EPAVE. A Escola Profissional do Alto Ave deu início ao ano letivo com uma oferta formativa diversificada. Destacamos a abertura de uma turma de cabeleireiros, uma turma de mecatrónica, e quatro meias turmas na área da manutenção industrial, animador sociocultural, eletrónica e automação, bem como, instalações elétricas. No total a EPAVE conta este ano com 12 turmas em funcionamento, acolhendo um total de 206 alunos.

Uma das principais novidades para este ano foi a implementação do protocolo inovador com as três escolas de condução do conselho, que já aqui foi referido com o objetivo de apoiar os alunos no pagamento da carta de condução. Através deste acordo, os alunos que cumprirem critérios específicos de sucesso académico e assiduidade poderão receber um apoio de 300 euros, 150 euros fornecidos pela escola de condução e 150 euros pela EPAVE, aliviando assim parte dos custos associados à obtenção da carta de condução, um fator importante na empregabilidade dos jovens. O arranque do ano letivo decorreu dentro da normalidade, com grande estabilidade no corpo docente. A EPAVE continua a apostar em formadores experientes e qualificados, garantindo um ensino de qualidade, alinhado com as novas exigências do mercado de trabalho e das empresas parceiras, proporcionando aos alunos as competências necessárias para uma integração eficaz no mercado laboral ou para o prosseguimento dos seus estudos. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Começo esta intervenção para aproveitar o momento e desejar a toda a comunidade escolar da Póvoa de Lanhoso um profícuo ano letivo, pleno de realizações e de conhecimento e que decorra especialmente sem sobressaltos e interferências ao normal desenvolvimento das atividades letivas.

Da análise efetuada ao relatório de execução orçamental do 2.º trimestre da EPAVE e uma vez, como já aqui teve oportunidade de dizer o senhor vereador, que o exercício da

atividade da escola decorreu dentro da normalidade possível, tendo em conta os atrasos na abertura dos quadros comunitários de apoio ao financiamento de cursos profissionais. O principal considerando neste ponto, seria mesmo questionar como está o desenvolvimento do processo de criação do Centro Tecnológico Especializado.

Termino dando nota que o CDS se encontra inteirado do conteúdo do relatório de execução orçamental do 2.º trimestre de 2024 da Escola Profissional do Alto Ave. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Rita Teixeira.

Interveio a deputada Rita Teixeira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente a este relatório de execução orçamental da EPAVE precisamente quanto ao 2.º trimestre deste ano de 2024, os resultados apresentados, tendo em conta o período em análise, são satisfatórios. Verifica-se um saldo de tesouraria de 146.000 euros. Com a incorporação das fontes de financiamento da receita, o Fundo Social Europeu e o contrato programa das atividades de enriquecimento curricular, o adiantamento à escola provenientes do Orçamento da DGEstE, no sentido de minimizar os constrangimentos derivados dos atrasos na abertura do quadro comunitário Portugal 2030 e, por último, a incorporação na receita aquando do termo de aceitação. Contudo, verificam-se taxas de execução da receita e da despesa, respetivamente, com valores inferiores às taxas esplanadas no ano passado, que o senhor vereador já explicou anteriormente a razão.

Posto isto, o grupo parlamentar do PSD tendo em conta o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, quer dizer apenas que está inteirado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que deu o ponto dois por terminado.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 2º Trimestre de 2024 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, passou ao ponto três da ordem do dia. **Ponto Três: Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas, inerente ao 1.º semestre de 2024.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Três ou quatro referências que eu acho que são importantes. Em primeiro lugar, referir que o orçamento da receita é de 43% este ano, estamos a falar de um orçamento de receita que tem uma execução inferior também a 2023, tendo em conta que temos seis milhões de euros de empréstimos de médio e longo prazo ainda por executar e, portanto, reflete-se na receita não se reflete ainda na despesa. A execução de receita corrente é de 49%, a execução de receita de capital 32%. A execução de despesa corrente é de 41% e a despesa de capital de 30%. A dívida total situa-se neste momento nos 7.1 milhões de euros, portanto, diminuiu cerca de 133.000 euros face a 1 de janeiro de 2024.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Fraga.

Interveio o deputado José Fraga, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto em análise, informação da Câmara Municipal sobre o relatório semestral do revisor oficial de contas, ao 1.º semestre de 2024. Na análise da situação económica e financeira deste documento relativo ao semestre de 2024, depois da análise que tivemos a fazer em, passo a citar a nota do revisor de contas, o município que não elaborou demonstrações financeiras intercalares por não ser obrigatório. Deste modo, não dispomos do balanço, demonstração de resultados e respetivos anexos reportados a 30 de junho de 2024, mas apenas um balancete reportado à data, à qual revela amortizações e depreciações do semestre, imputação de subsídios ao investimento e outras estimativas de rendimentos e gastos apenas efetuados no encerramento do ano. Verificamos que a dívida não ultrapassa 1.5 da receita corrente líquida nos últimos três exercícios e verificamos, e é de louvar, melhorias no exercício da liquidez. Assim, mediante esta análise, a bancada do PSD encontra-se devidamente inteirada.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto em análise, dou nota que o CDS-PP se encontra inteirado do teor do relatório, salientando-se ainda, alguns aspetos importantes, constantes no balancete apresentado com uma menção à redução do passivo em 416.000 euros e da informação do revisor oficial de contas, onde se constata que o exercício do município

com as imposições legais impostas pela lei das finanças locais, tendo a receita corrente conseguido financiar as despesas correntes na sua totalidade, o que também é positivo. Para terminar, salientamos ainda a melhoria dos indicadores de liquidez da autonomia financeira e de solvabilidade, pelo que esperamos ver esta capacidade adquirida, traduzida em investimento a muito curto prazo. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que deu por terminado o ponto três.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da Câmara Municipal sobre o Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas, inerente ao 1.º semestre de 2024.

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, passou ao ponto quatro da ordem do dia. **Ponto Quatro: Proposta da Câmara Municipal para aprovação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2023 da EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M., para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador Paulo Gago, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Neste ponto quatro é apresentada a esta Assembleia Municipal, a proposta de aprovação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2023 da EPAVE. O exercício de 2023 foi marcado por circunstâncias excecionais que influenciaram o processo de prestação de contas, nomeadamente o atraso significativo no arranque de Portugal 2030, cujo aviso de abertura apenas ocorreu em abril de 2024. Este atraso teve impacto direto na gestão e execução das atividades da EPAVE impossibilitando a apresentação atempada do relatório de gestão e prestação de contas que se apresenta agora para aprovação. Durante este período, todo o processo adiamento foi articulado e justificado com a Câmara Municipal como com o Tribunal de Contas, garantindo assim a transparência e o cumprimento dos procedimentos legais.

No que respeita ao relatório de gestão e destacar que o plano de atividades teve uma taxa de execução de 77%, com a realização de 52 atividades. As 12 turmas em funcionamento foram mantidas, registando-se mesmo assim, um aumento do número de alunos. A abertura de 3 novas turmas no início do ano letivo de 2023, refletiu um aumento tanto dos rendimentos como dos gastos. Este aumento é também justificado com a celebração de um protocolo de delegação de competências para a Gestão das

Atividades de Enriquecimento Curricular, vulgo AEC's. No ano de 2023, o resultado líquido do exercício sagrou-se em 53.990,65 euros.

Em termos de financiamento, verificou-se um aumento de aproximadamente 10% em relação ao ano de 2022, passando de 1.234.313 euros para 1.372.059 euros em 2023. Importa também sublinhar que, no final do ano de 2023, foi recebido um adiantamento referente ao CTE cujo valor não foi utilizado nesse exercício. A EPAVE renovou com sucesso o selo de qualidade EQAVET após a auditoria realizada em novembro e dezembro. A atribuição do selo EQAVET confere às escolas profissionais um reconhecimento não só a nível nacional, mas também a nível europeu. Esta certificação assegura que as práticas pedagógicas, os resultados dos alunos e os processos de gestão da escola estão alinhados com os critérios estabelecidos pela União Europeia.

Relativamente à execução financeira a EPAVE, apresenta uma taxa de execução da receita de 88% e da despesa de 70%, sendo esta última impactada pela não utilização, como já referido do adiantamento do CTE, no montante de cerca de 300.000 euros. No campo dos resultados pedagógicos, os níveis de conclusão dos cursos no triénio 2020-2023 registar um aumento, bem como a colocação dos diplomados no mercado de trabalho. Regista também um aumento dos alunos que prosseguiram estudos para o ensino superior, conforme se detalha na página 16 do relatório.

Em suma, o ano de 2023 foi um ano de realizações positivas para a EPAVE, evidenciando o compromisso contínuo com uma gestão eficiente e com a dignificação e valorização do ensino profissional.

Por fim, e à margem deste ponto, importa dar nota relevante que, no ano de 2024/2025, temos 645 alunos a frequentar o ensino secundário, sendo que 326 frequenta o ensino regular e 319 o ensino profissional, no concelho da Póvoa de Lanhoso, 49% dos alunos do ensino secundário frequentam o ensino profissional, são dados relevantes e importantes que nos aproximam das metas da União Europeia, mas que também nos responsabilizam em termos da melhoria dos meios e da qualidade da formação prestada. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Vítor Hugo Silva.

Interveio o deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Neste ponto estamos em condições de deliberar sobre o relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2023 da Escola Profissional do Alto Ave, após a assinatura do termo de aceitação da candidatura para as atividades do ano letivo transato, de forma a que sejam refletidas nas contas da escola a estimativa de rendimento correspondente à mesma.

Verifica-se então aqui um incremento de 96% em relação ao período homólogo no resultado líquido do período correspondente a 54.000 euros, aproximadamente, e verifica-se aqui uma oscilação nos rendimentos e gastos, consequência do acréscimo de atividade com a abertura de três novas turmas e a assunção das competências de gestão das atividades de enriquecimento curricular, com a celebração do contrato-programa com o município.

A nível dos recursos humanos, verifica-se no relatório a volatilidade do número de elementos. Questiono se estas questões foram totalmente suprimidas de forma a manter o normal funcionamento da escola.

Também se realça aqui a incorporação do adiantamento do projeto PRR destinado ao cento tecnológico especializado, verba esta que se encontra cativa na rubrica em depósito bancário, eu questiono qual é o investimento do CTE, e qual o valor participado e se este será suficiente? Sabemos bem que os valores oscilam muito agora de mês para mês e também de semana para semana, é que esta questão é para saber se o valor da comparticipação é suficiente para financiar o centro.

Também se observa aqui no final do ano 2023, uma taxa de execução da receita igual a 88%. Eu era só para fazer aqui um reparo, senhor vereador, porque falou que era de 79% a taxa de execução da despesa e no mapa consta que é de 61, talvez seja melhor verificar essa situação.

Por último, também quero alertar aqui a descida dos indicadores de solvabilidade e de autonomia financeira e, conseqüentemente, o aumento do indicador do endividamento da empresa municipal refletindo aqui a descida na solidez financeira e a capacidade da empresa em cumprir as suas obrigações não correntes e assim como a descida abrupta da solvabilidade coloca em causa a capacidade da empresa em garantir a liquidação do seu passivo.

Contudo, são resultados que, na nossa ótica, estão dentro dos trâmites legais e aceitáveis e, perante o exposto, o grupo parlamentar do PSD irá abster-se a este documento. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto em questão, inteirados do relatório apresentado e da informação fornecida pelo revisor oficial de contas, na qual faz notar que as demonstrações de resultados foram por ele auditadas e se encontram corretas, elaboradas em conformidade com os normativos legais. Não há da parte do CDS nada mais a acrescentar, sendo que, neste ponto optaremos por nos abster.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu novamente a palavra ao vereador, para resposta.

Interveio o vereador, Paulo Gago, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao valor é cerca de um milhão de euros, mas ainda não recebemos, é suficiente para a construção do CTE.

Relativamente à taxa de execução, não sei, tenho ali essa informação de 77%, não lhe posso explicar mais nada relativamente a isso. Acho que me fez outra pergunta, como sabem eu não tenho esse pelouro, não lhe sei responder a isso, peço desculpa.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção pelo que colocou o ponto quatro à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 20 votos a favor e 24 abstenções, a proposta da Câmara Municipal para aprovação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2023 da EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M., para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Período de relato: 01-01-2023 a 31-12-2023

| Ata de apreciação das contas | | |
|------------------------------|---------------------------|--|
| 1 | Órgão competente | Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso |
| 2 | Data da reunião | 30 de setembro de 2024 |
| 3 | Total de votos | 45 |
| 4 | Total de votos presentes | 44 |
| 5 | Votos a favor | 20 |
| 6 | Votos contra | 0 |
| 7 | Declarações voto (total) | 0 |
| 8 | Declarações voto (contra) | 0 |

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto quatro e passou ao ponto cinco da ordem de trabalhos. **Ponto Cinco: Proposta da Câmara Municipal para aprovação da consolidação de contas, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Para continuar a otimizar então o tempo, vou dividir em três pontos rápidos a apresentação deste ponto cinco.

Relativamente ao orçamento trata-se de uma execução da receita de 99.9 pontos percentuais, a execução do orçamento da despesa de 89%. No património estamos a falar de um ativo consolidado de setenta e nove milhões que tem uma subida 2.8 pontos percentuais que tem fundamentalmente a ver com mais de meio milhão de euros, um pouco mais de meio milhão de euros de caixa e bancos e outro meio milhão de euros de dívidas a receber de subsídios.

Relativamente ao passivo de 11.8 milhões, registamos um aumento de 1.3 milhões de euros de passivo de curto prazo, que se deve ao acréscimo de 645.000 euros em diferimentos, portanto, essencialmente subsídios para participação de projetos que ainda se encontram a ser executados e 390.000 euros de adiantamentos efetuados à formação da EPAVE.

Sobre o património no valor que se situa nos 67.3 milhões de euros, uma subida de 2% que está essencialmente relacionado com o acréscimo do registo de património que resulta da delegação de competências. O resultado líquido do exercício é negativo de 520.000 euros, recorde que o ano passado era negativo em 652.000 euros e que diz respeito às depreciações, tal como já foi explicado no ano passado e há dois anos. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente a esta consolidação, portanto, a este agrupamento de contas da EPAVE e da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, nós quando aprovamos as contas do município, tínhamos visto que a receita total tinha tido por parte do município, uma percentagem de execução de 100.8%, agora com a consolidação de contas baixa para 99,9%. Da mesma maneira, a despesa total aquando da aprovação das contas, só do município, tinha atingido 90.9% e agora baixa para 89%, o que significa que as percentagens de execução da EPAVE estão a reduzir-se nas contas consolidadas, portanto, as percentagens de execução da EPAVE são menores que as percentagens de execução do município.

Relativamente à Caixa de Depósitos, o senhor Presidente de Câmara há pouco já explicou realmente do acréscimo de cerca de meio milhão que provém dos adiantamentos da EPAVE em termos de CTE e de Erasmus, salvo erro.

Em termos de resultado líquido, o Senhor Presidente, também já falou que passámos em termos de município de 650.000 para 567.000 negativos e agora com a EPAVE conflui, um valor positivo de resultado, cerca de 54.000 euros, portanto, o valor de resultados líquidos consolidados melhora ligeiramente em função de ter sido vertido o resultado líquido da EPAVE.

Relativamente a dívidas incobráveis, temos aqui uma agradável redução em 2022 resultavam 292.000 euros de dívidas em incobráveis e agora em 2023, temos 44.400. A questão que se levanta é a que é que se deve esta redução, que é que se implementou para efetivamente, conseguirmos ter um bom resultado em termos de incobráveis?

Em termos de execução o Senhor Presidente já deu aqui nota relativamente aos empréstimos estarem a influenciar as percentagens de execução em termos de receita e não de despesa. Nós estamos e isto falando aqui genericamente, no período de setembro, verifica-se que, em setembro de 2024, nós estamos com percentagens de execução de receita e de despesa inferiores àquelas que registamos em 2023 e em 2022, portanto, esperamos que até ao final do ano se consiga recuperar.

Quanto aos índices, nós já tínhamos verificado nas contas do município que a liquidez imediata e a liquidez geral tinham baixado e que o endividamento tinha subido.

Relativamente à EPAVE há pouco, o deputado Vítor Hugo também nos falou que a autonomia financeira e a solvabilidade na EPAVE tinham descido, aliás, a solvabilidade vai praticamente para metade, quando transitamos de 2022 para 2023.

Estas percentagens merecem aqui algum cuidado, e o endividamento subiu, portanto, nós em termos de consolidação de contas, compreendemos na íntegra os documentos que estão apresentados. Iremos, naturalmente, continuar a acompanhar estes rácios que estão a decrescer. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só mesmo para dar nota a esta Assembleia que, relativamente ao ponto em questão, tratando-se de uma obrigatoriedade legal associada ao relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2023 e tendo o CDS-PP optado por se abster em sede de votação do referido relatório em abril passado, irá manter a posição assumida à data optará também por se abster na votação deste ponto. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, Frederico Castro, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só acrescentar dois aspetos que acho que são importantes para não sairmos daqui com nenhuma ideia errada.

Em primeiro lugar, o facto de o CTE não estar em execução ajuda, naturalmente, a desvirtuar a taxa de execução da despesa em função das receitas que tivemos acesso,

que estamos a falar de um valor superior a um milhão de euros, portanto, é um valor significativo. Há de afetar positivamente, quando analisarmos a execução do CTE quando ele estiver já concretizado, mas até lá influencia a nossa taxa de execução da despesa.

Também é importante referir que estas variações não desvirtuam o resultado final, portanto, a consolidação de contas, estamos a falar de variações de menos de 1%, tanto na receita como na despesa, portanto, não desvirtua o resultado final que a Câmara Municipal apresenta face àquilo que tinha sido já apresentado sem a consolidação de contas.”

Interveio a deputada do GP do PSD, Fátima Alves, e no uso da palavra referiu:

“Era só mesmo para esclarecer então qual foi o procedimento que foi adotado a nível de incobráveis?”

O Presidente da Câmara, Frederico Castro, retomou a sua intervenção e no uso da palavra referiu:

“Não, o procedimento que foi adotado, foi aditivar a capacidade de cobrança, portanto, se temos menos incobráveis é sinal que fomos mais eficazes na cobrança, não foi feito nada de excecional. Pelo menos que eu tenha conhecimento, não foi feito nada de excecional.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção pelo que colocou o ponto cinco à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 20 votos a favor e 24 abstenções, a proposta da Câmara Municipal para aprovação da consolidação de contas, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro.

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, colocou à votação do plenário a continuação da sessão da Assembleia Municipal, uma vez que a mesma tinha chegado às quatro horas de duração. Informou que a proposta de continuação foi chumbada por maioria, pelo que deu por terminada a primeira parte da sessão e informou que a mesma seria retomada no dia 02 de outubro de 2024 no mesmo local às 20h30.

**Continuação da sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2024 realizada
a 02 de outubro de 2024**

Aos 02 dias do mês de outubro do ano de 2024, pelas 20h30, no Theatro Club da Póvoa de Lanhoso, sob a presidência de António Manuel Marques de Queirós Pereira, secretariado pelo primeiro secretário José Ângelo Saavedra de Almeida Faria e segunda secretária Eulália Margarida da Silva Rodrigues, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso para continuar os trabalhos iniciados no 30 de setembro de 2024.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Filipe Almeida Silva; Miguel da Cunha Pereira; Joaquim Armando da Silva Fernandes; Daniel Augusto Vieira de Oliveira; Pedro Alexandre Oliveira Vale e Fernando Leonel Brandão da Cunha.

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: João Carlos Oliveira; José Vítor Lopes Martins; Luís Carlos Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; José Miranda Gomes; Sérgio Matias de Sousa Reis; Sónia Margarida da Silva Fernandes; Vítor Hugo Araújo da Silva; José João da Costa Fraga; Rita Catarina Branco Teixeira e Diogo Amaral de Sousa.

Esteve presente o membro do CDS: Pedro Alexandre Dias Afonso.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União das Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União das Freguesias de Águas Santas e Moure e União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas e Ferreiros.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Paulo Jorge Fernandes Coimbra do Gago e Alberto Ricardo Teixeira Alves. Estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Olga de Jesus Oliveira Fernandes Duque; Alexandre Manuel Coimbra Peixoto e Maria Alice Rodrigues de Sousa.

O Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu início à segunda reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de setembro e 02 de outubro de 2024 relembrando que a reunião do dia 30 de setembro tinha terminado com a deliberação do ponto cinco da ordem de trabalhos, pelo que passou ao ponto seis. **Ponto Seis: Proposta da Câmara Municipal para aprovação do Plano Municipal de Ação Climática.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador Paulo Gago, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto seis traz a esta Assembleia Municipal a proposta de aprovação do Plano Municipal da Ação Climática aos nossos dias, as alterações climáticas, afiguram-se como um dos grandes desafios da humanidade. Urge assim, nos diferentes níveis de governação, trabalhar com vista à aprovação e execução de políticas climáticas. Neste sentido, dando cumprimento ao estabelecido na Lei de Bases do Clima, coloca-se à consideração desta Assembleia a aprovação do Plano de Ação Climática da Póvoa de Lanhoso, vulgo PMAC.

O PMAC, pretende traduzir o contributo do município para os objetivos regionais e nacionais em matéria de política climática, visando a redução de emissões de gases com efeito estufa em pelo menos 55% até 2030 e 90% até 2050, contribuindo para um território mais resiliente e climaticamente neutro. O PMAC acompanha as metas estabelecidas a nível nacional e contempla as dimensões de mitigação e adaptação às alterações climáticas, foca-se numa abordagem de curto prazo, 2030, estabelece objetivos e metas e prevê medidas e instrumentos para alcançar esse horizonte. Não dispensando a leitura integral do documento, destacamos as vertentes da mitigação e adaptação.

As medidas de mitigação visam atenuar os efeitos das alterações climáticas, promovendo a redução das emissões de gases com efeito estufa e aumento de sumidouros de carbono, minimizando assim a interferência humana no clima da terra. Para esse efeito, foram consideradas as principais fontes de emissões de gases de efeito estufa do concelho, como, por exemplo, a produção de eletricidade, os transportes ou a indústria para as quais são propostas medidas de sustentabilidade energética e climática, contribuindo para a redução da pobreza energética e para a criação de uma visão a longo prazo, visando alcançar a neutralidade climática até 2050.

Quanto às medidas de adaptação, pretende-se promover a adaptação do território às alterações climáticas e melhorar a sua resposta às vulnerabilidades, contribuindo para a criação de condições de resiliência dos sistemas naturais e das atividades humanas em áreas prioritárias de intervenção.

Este documento apresenta como linhas orientadoras uma transição energética justa, a adoção de padrões de consumo sustentáveis, a redução da pobreza energética e a promoção de um sistema económico adaptado, resiliente, coeso e inclusivo.

Por fim, devemos salientar que este plano apresenta um carácter dinâmico e será revisto e atualizado em função da evolução do conhecimento científico e técnico sobre esta matéria. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sensíveis que somos a esta matéria desde há muito tempo, temos trazido a esta assembleia as mais diversas preocupações em matéria de ambiente, mundo rural e defesa dos animais. Pelo que, e passo a citar, o sumário do próprio plano, onde podemos ler a participação do município nestas iniciativas, reforça os objetivos e metas de sustentabilidade estabelecidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS, nomeadamente, quanto à saúde e qualidade da água potável e saneamento, energias renováveis e acessíveis, cidades e comunidades sustentáveis, produção e consumos sustentáveis, a ação climática e proteger a vida terrestre.

Mesmo para os mais distraídos, em algum momento se recordarão que nas nossas intervenções nesta assembleia, é notória a atenção dada a todas estas matérias de abordagem, muitas vezes delicada em contexto local, mas pelas quais o CDS-PP nunca deixou de se bater em defesa das liberdades e garantias da nossa população. Nesse sentido, temos vindo ao longo dos anos, não só a alertar o município para os problemas que vão surgindo, como também partilhando informação e conhecimento em matéria de programas de apoios e incentivos. Exemplo disso e desde logo no início do presente mandato, a partilha dos programas de incentivos lançados pelo fundo ambiental aqui nesta assembleia, como também temos constantemente trazido a esta assembleia propostas de intervenção que beneficiam não só o dia a dia da nossa comunidade, como aumentam a atratividade concelhia para todos os que nos visitam.

Assim, é com muito agrado que vemos a proposta de aprovação do Plano Municipal da Ação Climática, desejando desde já a rápida implementação do maior número de medidas previstas no Plano de ação. Medidas que, mais uma vez, demonstram a atenção do CDS-PP nesta matéria. Refiro-me às intervenções nos edifícios de serviços e residenciais em matéria de transportes e mobilidade nos resíduos e águas residuais, na agricultura, um tema do CDS, uso do solo, alteração do solo e florestas. Que tantas vezes aqui falamos que, como podem facilmente atestar de entre todas as medidas previstas só mesmas as medidas associadas à indústria, no tratamento dos gases florados não foram aqui trazidas a debate pelo CDS-PP.

Para terminar, gostaria de transmitir que o CDS-PP irá votar favoravelmente a proposta. E concludo a minha intervenção neste ponto com mais uma achega nesta matéria relativamente ao ODS 11 - cidades e comunidades sustentáveis, desta vez para que o

executivo e os partidos aqui representados atentem à política nacional de arquitetura e paisagem que podem consultar no site da Direção-Geral do Território, através do endereço pnap.dgterritorio.gov.pt e cujo plano de ação de 2021 a 2024, temos todo o gosto em disponibilizar ao executivo e demais bancadas parlamentares para que sobre ele possam refletir e a seu tempo apresentar propostas para o seu desenvolvimento no nosso concelho. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Vítor Hugo Silva.

Interveio o deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Somos presentes a deliberar o Plano de Ação Climática do Município da Póvoa de Lanhoso e trata-se de uma resposta legal à Lei de Bases do clima, promulgada em 2021 e que representa um firme compromisso em fortalecer a resiliência do território perante a emergência das alterações climáticas, colocando o nosso território na vanguarda do desenvolvimento ambientalmente sustentável.

Este documento que é normal ser extenso, descreve de uma forma vasta a caracterização do nosso concelho, inclui o inventário que reflete as respetivas emissões e as principais vulnerabilidades. Com base nesta situação de base, são apresentados então os níveis de ambição a curto e longo prazo em matéria de ação climática, alinhados com a política nacional e a definição de medidas específicas em matéria de mitigação e adaptação que permitam que os objetivos e metas estabelecidos possam ser atingidos.

De acordo com as orientações disponibilizadas como guia no âmbito do Pacto dos autarcas, a Lei de Bases do Clima refere que os planos municipais da Ação Climática deviam ser elaborados até ao dia 1 de fevereiro de 2024, devendo a posteriori aprovados aqui em sede de Assembleia Municipal. Eu questiono se o município poderá ter alguma implicação, alguma consequência, por estarmos só a aprovar este plano agora.

Também aqui temos no relatório definida a estratégia local de mitigação e adaptação às alterações climáticas, visando a redução das emissões de dióxido de carbono equivalente. Não posso deixar de questionar sobre a qual projetos futuros não estão contemplados, ou podem estar, é que nós temos aqui na página 85, a evolução das emissões de dióxido de carbono equivalente até 2050. Eu questiono se estas emissões se foram calculadas conforme as infraestruturas atualmente implementadas no concelho, ou se já há aqui perspectivas de novas infraestruturas que fortaleçam a coesão territorial do nosso município.

Adicionalmente, referem também a adoção de medidas para as compras públicas sustentáveis com a implementação do ENCPPE 2020, enquanto instrumento complementar das políticas públicas nacionais na área da sustentabilidade, questiono

que medidas é que estão a ser implementadas no âmbito das compras ambientalmente sustentáveis? Para já é só, obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A análise do Plano Municipal de Ação Climática da Póvoa de Lanhoso foca-se na mitigação e adaptação às alterações climáticas, estabelecendo metas ambiciosas de redução de emissões de dióxido de carbono equivalente com o objetivo de diminuição de 90% até 2050. O documento reconhece o impacto da emissão dos gases de efeito estufa e a necessidade de investir em energias renováveis e tecnologias sustentáveis para alcançar uma economia de baixo carbono.

Um dos pontos principais, a mitigação e eficiência energética. A proposta engloba medidas de eficiência energética e aumento da produção de energia renovável em diversos setores, incluindo transportes, edifícios públicos, residenciais, indústria, adaptação climática, avaliação de riscos climáticos futuros para o território, como ondas de calor, incêndios, inundações com ações prioritárias para setores como a agricultura, a biodiversidade e recursos hídricos e a participação comunitária.

O PMAC, assim chamado, o Plano de ação Municipal ressalta a importância de mobilizar a comunidade local para contribuir para a implementação das ações climáticas. Porém, deixamos aqui algumas sugestões.

Senhor vereador, a monitorização contínua é crucial, implementar mecanismos robustos de monitorização e atualização das ações, conforme o progresso das metas estabelecidas, incentivos locais, promover incentivos locais para estimular o uso das energias renováveis entre os cidadãos e as empresas, educação e consciencialização, criar campanhas de sensibilização sobre a importância da ação climática voltadas, principalmente para os grupos mais vulneráveis, como idosos e crianças.

Posto isto, a bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente o ponto.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao vereador Paulo Gago, para resposta.

Interveio o vereador, Paulo Gago, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à pergunta do senhor deputado Vítor, penso que não haverá nenhuma consequência para o município, porque até acho que haverá ainda municípios que também não o têm ainda aprovado.

Relativamente também em relação ao cálculo de emissão de gases, como há de compreender este documento é muito extenso, tem cerca de quatrocentas e tal páginas e eu sinceramente, em termos de cálculos, não lhe posso dar essa resposta que não lhe sei dizer. Isto foi feito tecnicamente, foi assessorada a Câmara Municipal, por uma empresa, a empresa Irradiar salvo erro, também, e presto aqui também publicamente o apoio executado pelos nossos serviços, nas pessoas da Eng.ª Adriana, da Eng.ª Filipa e da Eng.ª Vanessa, porque fizeram um excelente trabalho de articulação com esta empresa que nos asseguram na composição deste plano.

Relativamente também às compras, e na preparação deste plano, todas as divisões e todos os serviços municipais foram ouvidos, penso que estarão a seguir esse plano que está agora a ser colocado à aprovação nesta Assembleia Municipal. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Vítor Hugo Silva.

Interveio o deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“E penso que aquilo que eu vou falar agora, que futuramente, irá ser uma das coisas que a Câmara Municipal irá implementar, refere a implementação numa das medidas do sistema tarifário payt, que é o sistema tarifário do concelho poluidor-pagador. Houve um decreto-lei aprovado no início deste ano que refere que, a partir do dia 1 de janeiro de 2025 todos os utilizadores não domésticos, devem começar a pagar as tarifas variáveis conforme o residuo que produzem. Trata-se de um tarifário com um elevado grau de complexidade e nós, após consultar o regulamento de gestão de resíduos do município, há já alguns anos aprovado aqui também em sede de Assembleia Municipal, queria saber também se já estão a encetar aqui as diligências, de forma a que, ele seja aprovado para que, no capítulo do sistema do tarifário, este tarifário seja lá incluído? Que perspetivas é que têm de auscultar os comerciantes, os utilizadores não domésticos sobre este tarifário?

E também adicionalmente, já temos aqui a recolha dos biorresíduos implementada no concelho, também gostava de saber qual é que é a perspetiva de ampliação do sistema, às restantes freguesias da Póvoa de Lanhoso?

E também aqui, também adicionalmente, na ficha da qualidade dos serviços da ERSAR 2022, nós temos aqui um indicador que refere a sinalização de emissão dos gases de efeito de estufa no ano de 2022, devido à recolha dos biorresíduos e dos resíduos indiferenciados, uma vez que nós estamos aqui a alargar a recolha dos biorresíduos, questiono também que medidas estão a ser implementadas pelo município de forma a mitigar e a reduzir o valor referenciado pela ERSAR?

Contudo, o grupo parlamentar do PSD, tendo em conta a problemática da ação climática, e tendo em conta que este documento também tem aqui as linhas

orientadoras para a resolução destes conflitos climáticos, irá votar favoravelmente este documento. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu, novamente, a palavra ao vereador Paulo Gago, para resposta.

Interveio o vereador, Paulo Gago, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao tarifário poluidor-pagador, sim, já estamos no início e estamos já em consulta de mercado para ver, para alguém nos assessorar na realização, desse tarifário e na implementação do próprio.

Falou-me também aqui do alargamento dos biorresíduos, sim é um projeto que foi iniciado por nós e será de todo, terá evolução praticamente todas as freguesias, é logico que há freguesias que são mais rurais provavelmente as pessoas aproveitam muito mais os biorresíduos para alimentação dos animais, ao contrário destas que estão a ser abrangidas, como onde reparar começámos na vila, alargamos para Fonte Arcada e Oliveira, São Martinho de Campo e Louredo, Lanhoso, são freguesias mais urbanas, mas futuramente e provavelmente irá ser alargado a todo o concelho.

Não sei se me estou a esquecer de alguma coisa, relativamente à ERSAR, relativamente a isso, tudo que seja, combater a pegada carbónica está a ser levado a efeito pelo município e será sempre protegido e calculado na sua redução, o máximo que podemos fazer iremos fazer, em termos internos de serviços, em termos de transportes, mobilidade em termos da própria BRAVAL a própria construção e medidas de adaptação, a própria construção da circular em tudo, tudo o que o município puder em termos de redução da pegada carbónica o irá fazer.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que colocou o ponto seis à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação do Plano Municipal de Ação Climática.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto sete da ordem de trabalhos. **Ponto Sete: Proposta da Câmara Municipal para aprovação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município da Póvoa de Lanhoso.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador Ricardo Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Póvoa de Lanhoso é, como sabem, um documento técnico formal que define o modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a desempenharem operações de Proteção Civil a nível municipal. Assume-se como um plano de âmbito geral elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência, situações de acidentes graves, catástrofes, que se admitem que possam acontecer em qualquer município e, naturalmente, no nosso também.

Este plano foi elaborado em conformidade com o disposto na resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015, de 7 de maio, onde se estabelecem os critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização destes mesmos planos de emergência, pelo que colocámos à vossa consideração.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Nesta matéria, para a qual o CDS-PP tem vindo sucessivamente a sensibilizar não só os sucessivos executivos e esta Assembleia, como também os povoenses em geral, é com muito agrado que vemos finalmente concluída esta segunda revisão ao Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil com a importantíssima atualização de conteúdos em matérias como cadastro e cartografia relevante para o efeito, o inventário de meios e recursos disponíveis, a avaliação atualizada dos potenciais riscos aos quais estamos expostos enquanto comunidade ou ainda a definição de orientações na articulação entre os mais diversos organismos, serviços e estruturas, agentes de proteção civil. Pelo trabalho até aqui desenvolvido parabeneza todos os intervenientes deste processo, responsáveis políticos, técnicos municipais, chefias das entidades externas, entre outros. Como todos sabem, os planos são essenciais, mas a sua operacionalização e consequente capacitação dos diversos agentes é ainda mais importante, é nas horas mais críticas que essa preparação pode fazer toda a diferença. Sensibilizamos uma vez mais os responsáveis nesta matéria para a necessidade de investimento na operacionalização do plano, sobretudo através da realização de ações de sensibilização e simulacros, principalmente junto das faixas de população mais constrangidas na capacidade de ação, as crianças e os idosos. No infortúnio de exposição a situações de risco são estas duas classes etárias que necessitam de maior atenção, porque a adequada preparação através da sensibilização de planos de evacuação e de emergência e de medidas de autoproteção nos diversos estabelecimentos devem ser uma preocupação global da comunidade e devem merecer todo o empenho dos diversos agentes com responsabilidade em matéria de proteção Civil.

Damos hoje aqui um passo importante nesta matéria, mas é imprescindível não baixar o foco, investir fortemente nesta área, tanto na disponibilização de recursos operacionais como na formação da população. Cientes da importância deste plano e solidários com todos aqueles que têm vindo ao longo do tempo, a empenhar todo o seu esforço e dedicação à Proteção Civil no nosso concelho, dos quais elencamos a autarquia, as juntas de freguesia, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso, a Cruz Vermelha Portuguesa, o Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana, a Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, os agrupamentos de escolas do concelho, as IPSS's concelhias, de entre muitos outros, a quem peço desde já desculpa por não elencar, a todos eles o CDS-PP agradece e votará favoravelmente a proposta. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Póvoa de Lanhoso, embora siga os parâmetros normativos e metodológicos vigentes na análise a que procedemos, entendemos que tem fragilidades, porque há pontos que necessitam efetivamente de ser complementarizados para garantir precisamente uma resposta mais eficaz e mais abrangente a situações de emergência.

Quanto a essas fragilidades, por assim dizer, identificamos desde logo, uma falta de atualização operacional e uma definição clara de estratégias específicas. Isto porque, apesar de no anexo dois se apresentar um conjunto de estratégias de mitigação para os riscos identificados, há, no entanto, uma ausência de detalhes quanto à operacionalidade real dessas medidas. Muitas das ações que estão descritas no plano carecem de uma abordagem mais prática e detalhada, nomeadamente, não existe uma clara definição de meios ou dos responsáveis pela monitorização, portanto, pelo acompanhamento, pela supervisão contínua de alguns riscos, como sendo, por exemplo, os movimentos de massa em vertentes, portanto, os deslizamentos de terras ou de rochas, ou a gestão de barragens em situações de cheias.

No nosso entender, falta ainda uma descrição precisa dos processos de coordenação entre as entidades envolvidas nos exercícios de Proteção Civil. Por outro lado, embora sejam referidos, o plano não detalha calendários regulares de simulacros ou os métodos de avaliação de eficácia desses mesmos simulacros.

Quanto à tipificação e prioridades de risco, embora o plano identifique os principais riscos naturais e tecnológicos, a hierarquização dos riscos também não está clara, o que pode dificultar a priorização em situações de emergência. Assim, a matriz de risco apresentada, apesar de quantificar probabilidades e gravidades, não reflete, contudo,

uma análise atualizada que considere as mudanças recentes nos padrões climáticos e de urbanização.

Verifica-se também ausência de um acompanhamento mais detalhado dos novos riscos emergentes, como, por exemplo, aqueles que advêm do impacto das mudanças climáticas. As mudanças climáticas, como temos visto, têm provocado aumento de cheias, também o aumento das secas prolongadas, o aumento dos incêndios rurais e a violência com que estes têm acontecido, isso foi visível no nosso concelho há poucos dias, mas também no país e no mundo. E, portanto, tudo isto coloca uma lacuna no planeamento estratégico a longo prazo.

Depois, entendemos também que quanto aos grupos vulneráveis, como acabou de dizer o ilustre deputado Pedro Afonso, o plano não aprofunda estratégias específicas para estes grupos, particularmente vulneráveis, como os idosos, as crianças e as pessoas com mobilidade reduzida. São medidas gerais que carecem de ser mais especificadas, diferenciadoras, atenta às necessidades especiais que estes grupos apresentam. Isto numa situação de emergência, claro está. Assim, não há menção detalhada a planos de evacuação, ou a abrigo que também garantam precisamente a acessibilidade e o suporte adequado para estas pessoas com deficiências físicas ou mesmo deficiências cognitivas.

Encontramos também limitações no que toca ao inventário de meios e recursos, embora a parte três do plano liste os meios e os recursos disponíveis. A ausência de uma atualização contínua, ou de uma metodologia clara para garantir a disponibilidade desses recursos é também um ponto crítico. O inventário dos meios não está associado a um plano de manutenção ou renovação regular, o que pode comprometer a prontidão operativa em caso de emergência. Mais, não há garantias de articulação, interoperabilidade dos sistemas de comunicação entre as várias entidades que deverão cooperar numa situação de crise.

Quanto à comunicação com a população, as ações de informação e sensibilização pública, embora mencionadas no plano, não estão suficientemente detalhadas, quer quanto ao seu alcance, quer quanto à sua frequência e assim não há indicações, como é que estas campanhas serão implementadas na prática, especialmente no que toca à formação da população para responder a emergências. Portanto, poderia e muito o plano beneficiar de uma estratégia de comunicação integrada que utilizasse não só os meios tradicionais, mas também, por exemplo, as redes sociais ou outras tecnologias digitais tão em voga nos nossos dias para alcançar a população em tempo real. É, pois, necessário, no nosso entender, melhorar a comunicação à comunidade, assegurando à população que está informada e preparada.

Em jeito de conclusão, podemos dizer que entendemos que, ainda assim, o Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil da Póvoa de Lanhoso, apresenta uma base sólida e, por isso, merecerá o voto favorável da bancada do PSD, no entanto, carece de melhorias em aspetos essenciais como enumerei e que afetam diretamente a sua

eficácia em situações de crise. É, portanto, necessário um esforço coordenado para priorizar e atualizar a matriz de riscos, incluindo uma análise mais detalhada dos riscos emergentes. Implementar medidas específicas para os tais grupos vulneráveis, garantir a atualização contínua dos recursos e a definição clara da responsabilidade dos operacionais e melhorar a comunicação à população, assegurando que ela está preparada e informada.

Propõe-se, portanto, que sejam adotadas revisões periódicas mais detalhadas e que envolvam todas as entidades intervenientes, portanto, todos os atores no teatro de operações, mormente os senhores Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões de Freguesia, os Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso, a Guarda Nacional Republicana e todas as outras entidades da nossa sociedade local e tudo isto para garantir que o plano seja efetivamente robusto e adaptado às necessidades locais numa situação de crise, numa situação de emergência. Muito obrigada a todos e a todas.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este plano de emergência e Proteção Civil é uma revisão do plano que contempla efetivamente, algumas importantes melhorias, ao ora existente. Se há realmente uma área onde se tem denotado um trabalho acentuado a vários níveis, é precisamente na Proteção Civil, seja por ação, seja por cooperação com as demais, talvez organizações, se assim lhe poderemos denominar.

Quanto às fragilidades que a senhora deputada Sónia Fernandes aqui menciona, e só uma pequena reflexão sobre esta intervenção, ainda bem que com esta revisão, como dizia o senhor deputado Pedro Afonso do CDS, torna este plano mais completo, é que mesmo com estas melhorias, a senhora deputada Sónia Fernandes consegue identificar mais pontos negativos do que pontos positivos e, portanto, eu imagino o que teria para dizer a senhora deputada Sónia Fernandes nos anos anteriores a 2021. Não me recordo, mas, pelo que ouvi hoje, penso que nesse período deve ter feito uma intervenção bastante crítica ao anterior executivo, eventualmente, terá votado contra neste ponto, fico deveras admirado com a sua intervenção e fico admirado, também, como é que conseguem justificar depois desta intervenção, como é que conseguem justificar o voto favorável a um plano que é tão mau.

O Partido Socialista votará favoravelmente este plano. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu, novamente, a palavra ao vereador, Ricardo Alves, para resposta.

Interveio o vereador Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu gostaria de esclarecer aqui, sobretudo a Dra. Sónia do seguinte facto, o Plano Municipal de Proteção Civil, ele é elaborado em primeiro plano por uma empresa profissional que faz todo um trabalho que é apresentado ao executivo e, naturalmente, ao coordenador da Proteção Civil, que também acompanha este trabalho, e ao vereador. Depois ele é apresentado à Comissão Municipal da Proteção Civil, onde foi analisado por toda a gente e onde foi devidamente aprovado. Posteriormente ele é enviado para a Autoridade Nacional da Proteção Civil que fez a sua análise, que enviou os seus ajustes e as suas sugestões que foram introduzidas neste mesmo plano. E, posteriormente, ele colocado em análise pública, e portanto, há 30 dias para que toda a gente consiga poder opinar, poder sugerir e dar contributos. O que a senhora fez nestes últimos cinco minutos, foi contribuir para mais alterações e mais contributos neste plano do que a própria Autoridade Nacional de Proteção Civil e todo o Conselho Municipal. Isso até não seria mau, sendo que, na prática, como saberá a Autoridade Nacional de Proteção Civil e mesmo o Conselho Municipal de Proteção Civil que tem os representantes das mais variadíssimas áreas, nenhum deles acrescentou, tanta informação como a senhora acrescentou.

Mas eu vou elencar, como disse muitos pormenores, eu queria elencar alguns, naquilo que são, por exemplo, os problemas dos movimentos de massas. Ora bem, isso pode acontecer a qualquer altura em qualquer lugar, mas, por exemplo, está a acontecer agora em algumas freguesias que foram vítimas dos incêndios e agora com as chuvas e, naturalmente, mais uma vez, a proteção Civil está a fazer esse acompanhamento, temos tido a ajuda do ICNF, a ajuda também da brigada de sapadores da CIM do Ave, mas já fizemos isso no ano passado, tivemos um inverno terrível com quedas de muros por todo o lado, com o movimento de massas um pouco por todo o concelho, e isso naturalmente, faz parte do trabalho da Proteção Civil, mas não faz parte, assim tanto da Proteção Civil essa previsão de, há naturalmente, organismos que têm essa obrigação e, portanto, que também colaboram com a Proteção Civil.

Depois falou também de simulacros e definir datas. Eu acho que foram feitos mais simulacros nos últimos três anos do que às tantas nos últimos dez, para não aumentar muito o espaço temporal. Mas eu lembro-me, nós fizemos simulacros que também já se faziam, e portanto, demos continuidade sobretudo no simulacro da vítima de acidente da estrada, que estamos a preparar um outro brevemente, temos feito todos os anos simulacros na área dos terremotos, portanto, com o exercício "a terra treme" que está a ser brevemente também, vai ser novamente repetido, temo-lo feito nas escolas e várias instituições. Temos comunicado como nunca, aliás, eu gostei da sua sugestão da comunicação através das vias digitais, deixe-me dizer que foi exatamente este executivo que criou a página Municipal da Proteção Civil nas redes sociais. Com um único objetivo que é poder comunicar com as populações o mais rápido possível, em situações tão

simples como um simples acidente que acontece e que cortam a estrada nacional e que muita gente que vai circular, que tem a intenção de ir, por exemplo, para Braga, se a Nacional 103 está bloqueada, nós rapidamente fazemos isso, mas também fazemos com alertas e vocês todos são testemunhas disso, temo-lo feito ao longo destes últimos três anos, e não agora nestes incêndios que houve, alertas amarelos, laranjas, vermelhos, alertas extremos. Chamamos a atenção para a proibição de lançamento de fogo de artifício. Fazemos muita sensibilização para a proibição das queimas e as queimadas, enfim, alertas variadíssimos, sendo certo também que 90% das juntas de freguesia da Póvoa de Lanhoso, que estão aqui representadas, muito raramente duplicam esses alertas, o que também nos deixa um pouco entristecidos. Não é preciso partilhar a página da Proteção Civil da Póvoa de Lanhoso, porque alguns têm alguns problemas disso, mas o que eu costumo dizer que quando há algum tipo de tragédia, ninguém discute quem é do Benfica ou do Porto, vimos isso nos últimos incêndios, e toda a população das várias freguesias que foram afetadas por estes incêndios deram uma mostra gigantesca. Se há alguma coisa que eu vou levar para o resto da minha vida é exatamente da capacidade solidária e de entre ajuda de todas as pessoas nas várias freguesias.

Dizer que também lacuna no planeamento estratégico que eu confesso que não sei muito bem, onde é que a senhora viu as lacunas nesse planeamento estratégico, porque ele é feito exatamente por técnicos que trabalham nessa área há muitos anos. As mudanças climáticas, eu diria que isto é mesmo algo que, bem, só o Donald Trump é que ainda não percebeu que há mudanças climáticas, toda a gente já percebeu, toda a gente está a trabalhar nessa área e mais uma vez, nós também fazemos essas sensibilizações. Criámos, para ter uma ideia, a semana da Proteção Civil, não sei se teve oportunidade de acompanhar, a primeira ou a segunda edição, as várias iniciativas que tivemos com riscos rodoviários, de acidentes rodoviários com situações de simulacro nas escolas, ajudámos e potencializamos a criação do primeiro clube de Proteção Civil na escola Gonçalo Sampaio. Estamos com muita vontade de poder replicar nas outras escolas e, portanto, temos trabalhado muito com os idosos para ter uma ideia, disse que fazemos até fizemos uma ação nos centros de convívio de como se apaga um incêndio que pode acontecer numa cozinha, portanto, ou o que se deve fazer no caso de um incêndio florestal, ou como às vezes corre mal uma queimada, porque uma pessoa idosa que vai queimar os resíduos que tem lá no seu campo, pode-se intoxicar, pode muitas vezes não tem grande mobilidade e, portanto, nós temos feito esse trabalho.

Fizemos, também, ultimamente e mais recentemente, um lançamento, eu já falei nisso na segunda-feira, do programa "Aldeias Seguras, Pessoas Seguras" que desenvolvemos na aldeia de Carreira, portanto, na freguesia de Sobradelo da Goma e que, porque às vezes parece coincidência, mas um mês e meio depois ele foi muito útil, porque o oficial de segurança, que assim se chama, ele sabia exatamente quantas pessoas estavam, onde é que elas estavam, quem é que estava acamado. E, portanto, nós temos estado a

trabalhar intensamente nisso, vamos naturalmente continuar, porque há uma coisa que nós sabemos na Proteção Civil, nunca nada está feito, nunca nada está concluído, temos sempre que evoluir.

Estamos a preparar também ações com a associação de invisuais do distrito de Braga. Temos feito um trabalho enorme para fazer simulacros em todas as áreas. Vamos continuar a fazer, mas, de facto, não se consegue fazer tudo em três anos e, portanto, temos ainda muito trabalho para fazer.

Sobre meios, recursos e planos de manutenção desses mesmos meios. Ora bem, os meios da Proteção Civil e mais uma vez, vamos destacar aquilo que aconteceu no último dia 16 e 17 de setembro. O que nós vimos foi, de facto, a máxima de todos somos Proteção Civil elevado a um expoente, absolutamente fantástico, havia lá meios de Proteção Civil que eram tratores, cisternas, tudo aquilo que pudesse levar cinco litros de água, era utilizado. Essa manutenção é feita pelas pessoas que têm esses equipamentos, pelos nossos agricultores, pelas pessoas todas que têm uma simples motobomba em casa, pode tanto servir para regar o quintal de casa como colocada numa piscina, pode servir para salvar a própria casa, portanto, esses planos são importantes.

Eu já agora também sugeria que aqueles kit's que foram distribuídos aqui há uns anos atrás, pelas juntas de freguesia, por algumas, era importante saber também se esses kits, e nós também fomos analisando isso, se esses kits estão operacionais, se não estão, qual é o grau de investimento que é feito para a manutenção? Tudo o resto são sobretudo, e não vamos aqui esquecer-nos do principal, são meios dos bombeiros. Nós ainda ontem estivemos numa cerimónia dos bombeiros e mais uma vez, nunca é demais salvar, e ao fim e ao cabo, enaltecer o trabalho que os bombeiros fazem em todas as áreas, e já agora e fica também isto que estamos todos aqui a falar para quem está na sala, mas também para quem nos vê lá fora. É inacreditável aquilo que é a sensação fantástica que qualquer cidadão no nosso concelho tem de quando numa situação qualquer de emergência, pode ser um familiar em casa, pode ser um acidente que se vê na rua, pode ser mesmo um incêndio, a facilidade que se tem de ligar aos bombeiros, e nós todos hoje sabemos que temos, de facto, um corpo de bombeiros de referência a nível distrital e às tantas até a nível nacional, excelentemente bem equipado e ainda por cima, e isto é fundamental, excelentemente bem formado. E, portanto, é muito fácil, é muito barato fazer um telefonema, às vezes é até gratuito, e todos nós contamos sempre com essa parte automática, a segurança vem rápido e os meios vêm rápido.

E eles vêm sempre tarde, como dizia o Presidente da associação ontem, quando toca a sirene, quando toca o telefone, nós saímos sempre atrasados, porque já aconteceu alguma coisa. E, portanto, a Câmara Municipal também tem feito nesse aspeto, um reforço no apoio aos bombeiros. Foi com este executivo que tivemos a terceira equipa de intervenção permanente é com este executivo que foi adquirido equipamento de proteção para os próprios bombeiros, porque muitas vezes eles vão colocando a sua vida em risco, e nem equipamento de proteção eles tinham e, portanto, eu podia ficar aqui a

dizer, um conjunto de coisas que nós, de facto, temos feito nos últimos três anos, mas, já agora só porque às vezes também se diz algumas coisas, sem muito conhecimento, para ter uma ideia, também, do que são as nossas preocupações. Nós fizemos nos últimos três anos, a melhoria em 75 quilómetros de caminhos florestais teve um investimento aproximado de 163.000 euros. Fizemos ações de sensibilização um pouco por todo o lado. Trabalhamos mesmo, uma coisa que tem de ter alguma resistência na comunidade, que são as organizações de eventos religiosos, eventos desportivos, porque chamámos à atenção constante daquilo que pode acontecer e muitas das pessoas estão nesta sala acham que não acontece nada, até que um dia chega-se a um 16 de setembro e qualquer coisa acontece. Pode ser daqui a 24 horas, ou aqui esta noite mesmo, uma tromba de água, portanto, há pessoas que também acham que a Proteção Civil é só quando arde ou quando há incêndios, ou quando está calor, as alterações climáticas estão também tidas em conta neste plano.

E, permita-me que lhe diga, que de facto, é um muito bom plano que, naturalmente, terá sempre a oportunidade de ser trabalhado junto da população que eu acho que é essa a grande lacuna. Todos nós em Portugal, temos que perceber que, quando é proibido deitar foguetes é proibido deitar foguetes, quando não se pode aceder a determinados espaços, porque são declarados em planos municipais de defesa da floresta contra incêndios, como de risco extremo de incêndio, temos que evitar esse acesso, e esse é que é o grau de consciência que nós todos temos que ter, a começar pelas pessoas que estão nesta sala. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Excelentíssimo senhor vereador, queremos agradecer-lhe a excelente explicação que nos fez aqui e que vem precisamente corroborar a nossa explanação, ao contrário do que fazem querer passar foi, de facto, uma enunciação muito pormenorizada e muito séria que vem, portanto, de encontro àquilo que se disse. O plano é um plano sólido, e por isso é que a bancada parlamentar do PSD votará favoravelmente. É pelo facto de estarem a trabalhar, como disse, estamos a trabalhar continuamente e há trabalho feito, porque senão a bancada do PSD nunca teria o voto neste sentido. Ainda bem que fazem simulacros, porque é isso que têm que fazer, ainda bem que estão atentos ao movimento de massas em vertentes como falou, aos simulacros, aos incêndios e às inundações. Muito bem, é efetivamente o trabalho que tem de ser feito, nada mais do que isso.

E, portanto, efetivamente, nós também dissemos e sabendo que o plano foi aprovado pelos diversos organismos e entidades competentes na matéria, por isso é que também se disse logo no início, que o plano obedece aos parâmetros normativos e metodológicos

vigentes, no entanto, o que a bancada parlamentar do PSD fez aqui foi uma análise objetiva, minuciosa e construtiva a este plano, tendo em conta sempre o bem-estar da população numa situação de crise. E portanto, isto é o que a bancada parlamentar do PSD fez, e irá fazer sempre, pese embora os achincalhamentos de que é alvo constantemente pela bancada parlamentar do PS. Ainda assim, e apesar de vos desagradar em muito, a bancada parlamentar do PSD, nunca se irá aquietar. Muito obrigada.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou o ponto sete à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município da Póvoa de Lanhoso.

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós Pereira passou ao ponto oito da ordem do dia. **Ponto Oito: a) Proposta da Câmara Municipal para aprovação de projeto de Regulamento Municipal de Apoio ao Investidor e à Criação de Emprego, nos termos da alínea g) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

b) Proposta da Câmara Municipal para aprovação de projeto de Regulamento Municipal de Funcionamento e Utilização da LEIRA – STARTUP PÓVOA – LEADING INNOVATION RISING AMBITION, nos termos da alínea g) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal. E concedeu a palavra à Câmara para apresentação do ponto.

Interveio o vereador, Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto tem a ver com a necessidade de proceder à alteração do Regulamento Municipal do Apoio ao Investidor e à Criação de Emprego que foi aprovado nesta Assembleia, como se devem lembrar em sessão ordinária do dia 18 e 19 de dezembro de 2023. Nessa altura, houve a vontade de acrescentar algumas sugestões da parte dos senhores deputados e nesse âmbito, foram realizadas as consultas aos líderes das bancadas, onde, naturalmente, tivemos atentos a tudo o que foram as sugestões que foram apresentadas e que, naturalmente, foram vertidas neste novo regulamento e, por isso, trazemos aqui para vossa análise e aprovação.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumpriu novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Tal como tivemos oportunidade de referir na Assembleia Municipal de dezembro passado, de há muito tempo a esta parte que o CDS tem vindo a solicitar a criação de um regulamento deste género. Ainda que não seja exclusivo, este é, sem dúvida, um instrumento essencial para a dinamização do empreendedorismo no nosso concelho.

Damos desde já boa nota à receptividade demonstrada pelo executivo em relação à sua criação e ainda aos alertas lançados na Assembleia de dezembro, pelo CDS-PP e também pela bancada do Partido Social Democrata. Não só quanto ao teor de alguns pontos do documento apresentado em dezembro, bem como, algumas omissões que entendemos serem pertinentes, à data, e às quais fizemos referência. Alertas pertinentes que resultaram na realização de uma reunião de trabalho com vista ao aperfeiçoamento do regulamento que agora nos é proposto para votação novamente.

Uma vez aprovado, reiteramos desde já o apelo ao executivo para a sua eficiente promoção e publicitação não só sobre a forma de notícia na página do município, mas, sobretudo através da criação de um separador próprio na página principal do site do município, em linha com o que já acontece com o turismo, um separador exclusivamente destinado ao empreendedorismo, no qual seja possível consultar não só os regulamentos em vigor, como aceder a infografias explicativas do processo de candidatura, localização dos parques industriais disponíveis no concelho, etc. Ou seja, toda a informação relevante nesta matéria, compilada de forma sucinta, de modo a funcionar ela própria como um fator adicional de atratividade aos potenciais investidores nacionais ou estrangeiros com interesse em fixar-se na Póvoa de Lanhoso. Apelamos a que a informação seja logo que possível, traduzida para língua inglesa pela sua universalidade e posteriormente adaptados os conteúdos para francês e castelhano, por motivos óbvios. Entendendo o CDS que o documento apresentado se reveste de extrema importância para o desenvolvimento económico concelhio e as salvaguardas legais agora introduzidas robustecem a sua aplicação, votaremos favoravelmente esta alínea do ponto.

Relativamente ao ponto b) também como referimos em dezembro passado, é com agrado que vemos a materialização de um regulamento essencial para o fomento do empreendedorismo, cuja criação há muito tempo o CDS reclamava. Tidas agora em linha de conta as notas pelo CDS-PP elencadas em dezembro passado, em particular as observações efetuadas quanto à definição de prazos de resposta aos candidatos por parte do júri e ainda a obrigatoriedade de apresentação do registo criminal, como salvaguarda para o próprio município. É entendimento do grupo parlamentar do CDS-PP que o documento aditado reúne todas as condições técnicas, pelo que votará favoravelmente a proposta. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Já falou aqui, o senhor vereador e o senhor deputado Pedro Afonso, tivemos cá em discussão no passado dia 18 e 19 de dezembro de 2023, então estes dois regulamentos, quer a bancada do CDS quer a bancada do PSD fizeram aqui algumas sugestões, sugestões estas que também passaram por uma reunião de trabalho, e dar nota e agradecer na pessoa do senhor vereador Ricardo Alves, a reunião que foi promovida com o senhor Eng. Campos em representação da parte técnica, estivemos presentes eu, na qualidade de líder parlamentar do PSD e o deputado Pedro Afonso do CDS e o Dr. Joaquim em representação do PS. Foi uma reunião profícua, portanto, todas aquelas sugestões que haviam sido elencadas na última e única Assembleia que versou sobre isto foram vertidas, houve aqui algumas sugestões para novos regulamentos, de traços muito gerais dizer que houve aqui uma destrição daquilo que são investimentos que tenham operações urbanísticas e as que não tenham operações urbanísticas, precisamente porque os tempos de execução são outros, essa situação ficou acautelada. Ficou também acautelado o facto de, uma vez que a derrama é votada anualmente nesta Assembleia, não fazer sentido que ela incorporasse o regulamento ficasse indexada num regulamento que, ano após ano, poderia sofrer alterações em termos de taxa.

Foi também revisto o facto de o investimento não se cifrar em 250.000 euros e passar aos 75.000 euros, portanto, neste momento, poder-se-ão candidatar e depois da aprovação deste regulamento, quer haja um investimento superior a 75.000 euros ou quer sejam criados 5 postos de trabalho.

Foi também clarificada a equipa multidisciplinar de apoio ao investidor. Ela contará como membro da Divisão de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Territorial; um membro da Divisão Administrativa; um membro da Divisão de Gestão Urbanística e um membro da Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território.

Ficou também combinado, apesar de, julgo, não está vertido no documento aquilo que o deputado Pedro Afonso há pouco citou, a importância de termos de um micro site, uma página única dedicada ao apoio ao investidor, de forma a ter lá vertida toda a informação pertinente que lhe permita escolher a Póvoa de Lanhoso como destino dos seus investimentos.

Ficou também incluída a possibilidade de ampliação, ou seja, não só para novos negócios, mas criar mais valia nos negócios existentes, como disse o deputado Pedro Afonso, há pouco, ficou também prevista a obrigatoriedade de apresentação do registo criminal, quer em termos de empresa, quer em termos dos sócios-gerentes, ficou também estabelecido e criou-se uma redação específica para isso, que é o facto de haver a

certeza da apresentação de uma situação económico-financeira equilibrada através da apresentação do estudo de viabilidade, portanto, qualquer e toda a candidatura que seja apresentada para o nosso concelho deverá vir acompanhada do referido estudo de viabilidade.

Mais situações que ficaram previstas, foi definido, como já disse aqui o deputado Pedro Afonso, o prazo para análise desta candidatura que ficou em 20 dias, salvo erro, depois de apresentação, será os 20 dias. Ficou como disse, também, a questão da construção, reabilitação e ampliação e foi também criado um parâmetro que não seja limitador, ou seja, que não implique que a sede seja cá basta que seja criado no concelho da Póvoa de Lanhoso, um estabelecimento. A sede da empresa poderá ser eventualmente num outro concelho, mas se cria um estabelecimento na Póvoa de Lanhoso, ou seja, estabelecimento este que irá ter investimento associado e postos de trabalho, se cumprir os requisitos, ficará também ele abrangido. Em termos de alterações, essencialmente, foram estas.

O mesmo a nível do Regulamento Municipal de Funcionamento da LEIRA também ficou vertido a obrigatoriedade de registo criminal. Neste regulamento foi feita a atualização de cinco gabinetes para três gabinetes, uma vez que dois dos gabinetes que estão disponíveis na LEIRA são para serviços Internos, ou seja, para a própria logística da infraestrutura.

Ficou também definido e certamente iremos trabalhar nesse sentido, foi um dos compromissos começarmos a trabalhar no regulamento de interesse municipal e no regulamento de interesse estratégico, precisamente para acautelar todas as situações dúbias que nos são aqui apresentadas e que reiteradamente dizemos, vamos caminhar no sentido da sua clarificação. Os senhores vereadores na reunião de Câmara, julgo que deram nota de três imprecisões, meros lapsos de escrita, mas julgo que não estão ainda vertidos no documento final. Um deles é o facto da lei, Lei 75/2013, depois, na parte dos serviços de incubação e outro que é preciso caracterizar o artigo referente à contratação pública.

Pronto, basicamente, é isto demonstrou-se com esta reunião de trabalho que, efetivamente juntos, conseguimos trabalhar em prol de um melhor regulamento, portanto, um bem-haja pela aceitação desta reunião de trabalho e certamente que, tal como este regulamento sofreu, estes aditamentos todos aqueles em que nós possamos acrescentar valor, estaremos certamente disponíveis para esse efeito. Obrigada a bancada parlamentar do PSD, naturalmente, votará favoravelmente esta alteração de proposta de regulamentos. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao vereador Ricardo Alves para resposta.

Interveio o vereador Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A deputada e Eng.ª Fátima Alves veio aqui e descreveu perfeitamente o trabalho e as considerações que foram tidas em conta, de facto, prova-se que juntos somos mais fortes e é isso que nós também pretendemos. Eu só vim aqui dar nota da parte do que o deputado Pedro Afonso e a deputada Fátima Alves, também falou, no que diz respeito ao site.

Nós estamos no município a trabalhar, também sabem, do projeto de bairros digitais e, portanto, há toda uma preparação de uma renovação da linguagem digital que queremos ter no futuro, que irá também, naturalmente, abranger essa área e, portanto, só dar nota que já estamos a trabalhar nisso, porque, de facto, os munícipes, as pessoas que querem vir trabalhar para a Póvoa de Lanhoso, investir na Póvoa de Lanhoso, têm que ter uma ferramenta mais focalizada naquilo que são os seus interesses e estamos também a trabalhar já nesse aspeto. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que colocou o ponto oito à votação do plenário, votando-se as duas alíneas, separadamente.

Deliberação alínea a): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação de projeto de Regulamento Municipal de Apoio ao Investidor e à Criação de Emprego, nos termos da alínea g) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Deliberação alínea b): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação de projeto de Regulamento Municipal de Funcionamento e Utilização da LEIRA – STARTUP PÓVOA – LEADING INNOVATION RISING AMBITION, nos termos da alínea g) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, passou ao último ponto da ordem de trabalhos. **Ponto Nove: Proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia de Covelas; Ferreiros; Travassos; Galegos; Lanhoso; Monsul; Rendufinho; São João de Rei; Geraz do Minho; Sobradelo da Goma; Serzedelo; Taíde; Vilela e as Uniões das Freguesias de Esperança e Brunhais; Campos e Louredo e Fonte Arcada e Oliveira, para delegação de competências, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, e aprovação de minuta de contrato interadministrativo e respetiva tabela anexos à informação interna n.º 11/2024.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador, Paulo Gago, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente a este ponto número nove, este refere-se à celebração de contratos interadministrativos entre a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e várias juntas e uniões de freguesia no âmbito de transporte escolar. É importante, aqui destacar a significativa colaboração destas entidades locais que assumem esta responsabilidade, indo além das competências legais previstas para o transporte de crianças e alunos até às escolas.

As juntas e Uniões de freguesia, cientes da importância do apoio às famílias, têm demonstrado um compromisso que vai além do estritamente obrigatório proporcionando um serviço de proximidade, muitas vezes, este serviço traduz-se em recolher as crianças e jovens à porta de casa e assegurar o seu transporte até à escola, o que oferece tranquilidade às famílias e garante o bem-estar e a segurança dos alunos.

Neste contexto, a autarquia propõe manter o apoio concedido no ano anterior, que já foi atualizado durante este mandato, com base em critérios transparentes e claros para todos. Por seu lado, as juntas e uniões de freguesia têm investido na melhoria contínua da disponibilidade e qualidade do serviço prestado, mostrado um empenho constante em responder às necessidades da comunidade.

Qualquer constrangimento que tem surgido em relação ao transporte escolar tem sido gerido com diligência pela autarquia e pelos executivos das juntas de freguesia, sempre com o objetivo de encontrar as melhores soluções. A autarquia manifesta a sua total disponibilidade para continuar este trabalho em diálogo aberto e focado no bem-estar das nossas crianças, alunos e suas famílias.

Um transporte escolar realizado em condições de segurança e confiado a entidades de proximidade, representa um contributo essencial para o sucesso educativo e para o desenvolvimento harmonioso dos alunos ao longo dos seus anos escolares. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto em questão de o CDS-PP encontra-se inteirado do teor da proposta e, uma vez, como já foi aqui explanado a mesma se refere à atribuição de subsídios às freguesias para estas fazerem face aos custos associados ao transporte escolar das nossas crianças, obviamente, nada tem a opor. Deste modo e como aconteceu em setembro passado, votaremos favoravelmente a proposta. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente a este ponto aqui, agradeço a apresentação do senhor vereador e foi genuíno, quando faz o reconhecimento e valorização daquilo que é a dedicação e os trabalhos que são levados a cabo pelos senhores Presidentes de Junta. O ano passado aquando da aprovação também desta proposta, que isto é uma competência que é da Câmara Municipal e que através de contrato interadministrativo delega nas juntas de freguesia. No passado falámos devia de haver um acompanhamento e uma valorização financeira, e o valor que é atribuído este ano, repete o valor que foi atribuído no ano passado.

Esta é uma diferença clara que existe entre aquilo que é a visão da nossa bancada, porque nós temos demonstrado, e demonstrámos em mandatos anteriores, que contratos interadministrativos, depois passaram uma parte deles a acordos de execução, tinham sempre um reforço financeiro e se se recordam, os Presidentes de Junta darão boa nota disse, que no mandato anterior tivemos uma valorização nas transferências para as Juntas de 50%. Este ano, os valores mantêm-se, os mesmos de 2021 e aquilo que deveria ter acontecido em primeiro lugar, uma reunião com os senhores Presidentes de Junta, uma apresentação destes valores antes de vir a esta Assembleia Municipal.

Sei que, naturalmente que os senhores Presidentes de Junta e as Juntas de Freguesia farão este trabalho, darão continuidade, mas quero deixar aqui bem claro que esta é, de facto, uma grande diferença entre aquilo que é a nossa visão política, e este é um local em que cada um deve defender a sua visão política, a nossa visão é de não colocar, no fundo, um garrote às juntas de freguesia, porque o valor em todas as transferências mantêm-se o de 2021 e os custos associados a estas despesas, naturalmente que são muito diferentes. Deixo aqui uma recomendação que temos o plano e orçamento em novembro, dezembro que vem a esta Assembleia Municipal que possa aí a Câmara Municipal, poder fazer aqui, não direi uma compensação, mas que possa olhar para este esforço, porque as juntas de freguesia com o valor de 2021 mantêm os mesmos serviços, mantêm a mesma qualidade, mas, naturalmente, a nossa capacidade financeira está muito reduzida e todos nós queremos fazer um trabalho de excelência é, por isso que nós lutámos nas nossas freguesias, fomos eleitos para isso.

E é importante que neste próximo plano e orçamento que a Câmara Municipal, porque como sabe, não tem maioria nesta Assembleia Municipal, porque isto é a casa da democracia é a vontade dos povoenses, está aqui bem clara, e está aqui bem expressa e para naturalmente que iremos votar favoravelmente esta proposta.

Antes de terminar, que é o último ponto em que quero deixar aqui duas notas, uma afetiva e outra se quiserem mais racional. Como eu disse aqui devemos ter a vivacidade dos debates políticos, mas também devemos deixar de lado aquilo que é o populismo, porque o populismo no fundo, só dá em mediocridade e a mediocridade no fundo é a mãe da pobreza, e acho que todos nós queremos um concelho forte, um concelho com melhores soluções, com melhor presente e com melhor futuro. E acho que para bem desta casa, para bem da democracia, para bem daqueles que nos elegeram e quero também deixar aqui uma saudação muito especial, ao Presidente da Assembleia que também percebo que para ele não tem sido um trabalho fácil, deixar-lhe aqui este reconhecimento, o meu reconhecimento e da minha parte, tudo farei para manter aquilo que são os princípios e os valores da Assembleia Municipal, que é isto, é o debate é, naturalmente, termos visões diferentes e temos nesta matéria uma visão claramente diferente deste executivo, naquilo que tem a ver com as juntas de freguesia, que tem a ver com as transferências para as juntas de freguesia e que este executivo entendeu manter os valores de 2021, naturalmente, a política que é defendida pela nossa bancada, é uma política de valorização e de dar maior autonomia financeira aos senhores Presidentes de Junta. Tenho dito boa noite a todos.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu, novamente, a palavra ao vereador Paulo Gago, para resposta.

Interveio o vereador Paulo Gago, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor deputado José Manuel, eu também fui Presidente de Junta, eu era Presidente de Junta na União de freguesias de Fonte Arcada e Oliveira, recebia por cada carrinha 100 euros mensais para o transporte das crianças. Atualmente, a União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira recebe 550 euros. É só fazer as contas. Falei, muito obrigado a todos. Boa noite.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que colocou o último ponto a votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia de Covelas; Ferreiros; Travassos; Galegos; Lanhoso; Monsul; Rendufinho; São João de Rei; Geraz do Minho; Sobradelo da Goma; Serzedelo; Taíde; Vilela e as Uniões das Freguesias de Esperança e Brunhais; Campos e Louredo e Fonte Arcada e Oliveira, para delegação de competências, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, e aprovação de minuta de

contrato interadministrativo e respetiva tabela anexos à informação interna n.º 11/2024.

Por fim, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, colocou à votação do plenário a aprovação da Ata em minuta, para imediata produção de efeitos das deliberações tomadas. Informou que a mesma foi aprovada por unanimidade e deu por terminada a sessão da Assembleia Municipal desejando a todos uma boa noite.

Anexa-se à presente ata a documentação adstrita aos pontos da ordem de trabalhos, fazendo dela parte integrante.